

Resistência e luta

«O país vai no terceiro ano consecutivo de diminuição real da produção agrícola e piscatória. Há já três trimestres que a produção da indústria transformadora apresenta evolução negativa. A actividade dos serviços entrou em desaceleração. O investimento em bens de equipamento estagnou. As exportações portuguesas perdem quotas de mercado no estrangeiro. Só os efeitos induzidos pelos fundos estruturais comunitários permitiram que o PIB apresente, ainda, valores positivos em 1991 e 1992.»

«É justo e necessário que, no desenvolvimento das movimentações sociais em curso, mais e mais portugueses, duramente atingidos nos seus interesses e condições de vida pelas medidas do Governo, compreendam que só o protesto e a luta podem deter e fazer recuar a sua impiedosa política de desestabilização, destruição, desorganização, desprotecção, desigualdades sociais, degradação dos rendimentos e nível de vida da população.»

Conferência de imprensa com Carlos Carvalhas divulga apelo da Comissão Política do CC do PCP

Pág. 3

«É justo e necessário que, rejeitando todas as pressões no sentido do silêncio, da acomodação e da resignação, cada cidadão tenha sólida consciência do valor da sua opinião, da força da sua razão, do peso do exercício dos seus direitos democráticos e da eficácia da sua luta.»

«É justo e necessário que cada cidadão compreenda que é a solidariedade activa com todos os que sofrem as injustiças, as agressões, os desmandos e prepotências da política governamental que melhor defende os interesses e aspirações de cada um e de todos.»

O secretário-geral-adjunto do PCP, acompanhado de Rosa Rabiais, do Comité Central, durante a conferência de imprensa de anteontem



Angola: derrotadas provocações da Unita

Págs. 16 e 17

Vitória de Clinton: o fim da era Reagan

Pág. 14

congresso

ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

PCP

O XIV Congresso e a «questão militar»

Pág. 4

É preciso dizer não!



Carlos Carvalho apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Política do PCP

RESUMO

28

Quarta-feira

O Presidente da República, Mário Soares, promulga a chamada Lei dos disponíveis da Função Pública e veta a Lei dos Feriados ■ PSD e PS chegam a acordo para a reforma da Assembleia da República ■ Médicos e funcionários administrativos concentram-se frente à Administração Regional de Saúde de Faro numa acção de protesto contra a falta de pagamento de trabalho prestado ■ O Conselho de Segurança da ONU condena a rádio oficial da UNITA pelos repetidos ataques e acusações contra Margaret Anstee, a representante do secretário-geral das Nações Unidas em Angola.

29

Quinta-feira

Dois mil estudantes concentram-se às portas da Universidade de Aveiro em protesto contra o aumento das propinas, apesar da Associação de Estudantes ter assinado o chamado «pacto social» com o Governo ■ O PS interpela o Governo sobre política económica ■ O Governo aprova a privatização da Rádio Comercial por operação pública de venda em três fases ■ As sondagens aos eleitores norte-americanos dão um aumento do número de indecisos mas uma confirmação de favoritismo de Bill Clinton para futuro presidente dos Estados Unidos ■ O parlamento italiano ratifica o Tratado de Maastricht ■ O Parlamento Europeu considera que as eleições em Angola foram justas e democráticas.

30

Sexta-feira

A UNITA volta a pegar em armas e ataca em vários pontos de Angola, apesar de ter dito anteriormente que aceitava os resultados eleitorais ■ O ministro Fernando Nogueira diz à Comissão Parlamentar de Defesa que um cargueiro japonês carregado com plutónio poderá passar na Zona Económica Exclusiva de Portugal com destino a França ■ A síntese mensal do banco de Portugal revela que o investimento em Portugal está em queda enquanto o consumo continua a subir ■ O matutino Diário de Notícias, com 128 anos, apresenta-se ao público com uma profunda remodelação gráfica e editorial ■ Em entrevista ao Diário de Notícias, o primeiro-ministro Cavaco Silva reafirma ser o próximo Orçamento de Estado «um orçamento de aperto».

31

Sábado

Cerca de dois mil militares entregaram até hoje, fim do prazo legal, o pedido de passagem a reforma no âmbito da chamada «Lei dos Coronéis». O número é muito superior ao que o Governo previa ■ Carlos Carvalho participa no encontro da Juventude Comunista em Setúbal, onde acusa o PS de ter inviabilizado qualquer verda-

deiro debate nacional sobre o Tratado de Maastricht ■ Um número indeterminado de mortos é o resultado do tiroteio entre a UNITA e a polícia em Luanda. Portugal envia um avião para recolha de portugueses que queiram regressar. O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução que condena o uso da força ■ Na Bósnia-Herzegovina aumenta a intensidade dos combates com uma ofensiva sérvia cerca as principais cidades ainda em poder dos muçulmanos.

1

Domingo

A polícia angolana e populares armados conseguem expulsar as forças da UNITA de Luanda e registam-se confrontos em Benguela, Lobito, Lubango e Uíge. O Governo português anuncia que foi alcançado um cessar-fogo no Huambo que se procura estender a todo o país ■ José Manuel Beza, procurado pela polícia desde 1990, afirma numa entrevista à SIC que vai comparecer numa audiência com o juiz que julga o seu caso de fraude ■ Martins Goulart, do PS-Açores, demite-se de presidente regional daquele partido ■ A partir das zero horas a Alemanha inicia um processo de repatriação para a Roménia de milhares de ciganos.

2

Segunda-feira

É anunciado que alguns dos principais dirigentes da UNITA foram presos ou mortos durante os combates em Luanda. O recolher obrigatório é instaurado e desconhecido o paradeiro do líder da UNITA, Jonas Savimbi ■ José Manuel Beza é preso no aeroporto da Portela ■ Os radiologistas deixam de aceitar requisições do Sistema Nacional de Saúde que lhes deve dois milhões de contos ■ Anuncia-se que as rendas de casa vão subir oito por cento (contratos feitos depois de Outubro de 1990) enquanto as de correcção extraordinária sobem 12 por cento ■ A Rússia decreta o estado de emergência na Ossétia do Norte e Inguchia, na sequência de combates entre nacionalistas ossétios e inguches.

3

Terça-feira

Carlos Carvalho apresenta as conclusões da reunião de ontem da Comissão Política do PCP ■ Na AR os partidos comentam a situação em Angola ■ É confirmada em tribunal a detenção de José Manuel Beza ■ O navio alemão «Jupiter» descarrega em Leixões uma grande quantidade de cianeto de vinilo, denuncia o «JN» ■ Os 22 subchefes da «super-esquadra» dos Olivais pedem transferência para outros locais ■ Chegam ao aeroporto da Portela os primeiros portugueses vindos de Angola após os confrontos do fim-de-semana; o Governo angolano e a Unita iniciam conversações ■ Bill Clinton vence as eleições presidenciais nos EUA.

O

s últimos dias ficam assinalados por acontecimentos internacionais e processos internos de grande importância que não deixarão de ter, no futuro próximo, forte influência na situação do nosso país e no mundo.

No plano internacional, destaca-se a evolução dramática mas positiva da situação em Angola, com a derrota da tentativa sangrenta da UNITA de tomar o poder pelo terror e a força das armas, depois de se recusar a reconhecer a sua derrota nas eleições. Tornou-se mais uma vez evidente o prestígio e o apoio de que desfrutam o Presidente José Eduardo dos Santos e o MPLA junto do povo angolano e a determinação e perseverança com que percorrem os caminhos da paz, da democracia e do progresso de Angola.

Merece também um destaque positivo, o resultado das eleições nos Estados Unidos, pois por muito que se considere que não há diferença sensível entre os dois partidos da alternância americana, a derrota de Bush representa a derrota do «reaganismo», do neoliberalismo, da sacralização do mercado e da abolição de todas as políticas de solidariedade social que foram associadas pelo eleitorado americano à recessão económica e à profunda crise social com que se debate o seu país. A expressiva vitória de Clinton traduz este juízo e uma grande vontade de mudança.

O terceiro destaque da situação internacional vai para a contestação ao Tratado de Maastricht que se desenvolve a par da recessão na generalidade dos países da Comunidade e da crise das políticas comunitárias, especialmente do SME.

As lutas sociais contra a forçada convergência nominal que o Tratado impõe, a oposição enérgica à mutilação da soberania dos Estados membros e os obstáculos de natureza jurídica à sua entrada em vigor, comprometem cada vez mais a chamada União Europeia, como foi talhada em Maastricht, ao gosto das transnacionais.

N

o plano nacional, Maastricht está também e justamente na primeira linha da actualidade política.

De forma positiva, porque continua a desenvolver-se a campanha pelo «Não», nos aspectos mais salientes que tem assumido: o trabalho de esclarecimento, as tomadas de posição e a recolha de assinaturas. Damos o maior destaque à tomada de posição a favor do «Não» de um grande número de sindicatos, uniões e federações num impressionante movimento que a Assembleia da República não pode deixar de ter em consideração.

De forma negativa, encaminha-se para a fase de ultimção o processo de revisão da Constituição para adaptar a Lei Fundamental do país ao texto do Tratado.

O que mais choca neste processo é a atitude do PS, perfeitamente sinto-

nizado com o PSD e o Governo e em completa colaboração com eles, na recusa do referendo, na fuga ao debate nacional, na aceitação dos termos por eles impostos para a alteração da Constituição, naquilo a que o deputado João Amaral chamou sugestivamente um «bloco central pró-Maastricht».

Há todas as razões para reacear que mesmo em relação à consagração constitucional dos poderes da Assembleia da República relativamente ao processo de integração (que em caso nenhum poderão compensar a sua efectiva perda de competências no caso de Maastricht vir a vigorar), o PS, que erigiu essa matéria em ponto de demarcação com o PSD, venha afinal a contentar-se com umas reles migalhas sem qualquer significado ou consistência.

O

colaboracionismo do PS em relação ao Governo adquire especial significado por incidir na ratificação do Tratado de Maastricht de graves consequências para Portugal, mas também pela conjuntura política institucional em que tem lugar.

Quanto a esta última, cumpre dizer que a publicação, pelo «Povo Livre», da moção de estratégia para o Con-

A política do Governo expressa nas propostas do Orçamento do Estado e das Grandes Opções tem como objectivo fazer pagar aos trabalhadores e às classes e camadas médias tanto os custos do processo da reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, como o preço da convergência nominal imposta pelo Tratado de Maastricht.

gresso do PSD que tem como primeiro subscritor Aníbal Cavaco Silva, veio confirmar todas as preocupações em relação a uma nova ofensiva governamental no sentido da desfiguração do regime democrático.

Em relação ao Presidente da República, Cavaco Silva esquece as suas competências, mas usa vários longos parágrafos para lhe assinalar as obrigações, designadamente a de não se tornar «um contrapoder relativamente ao Governo».

Ao tratar da Assembleia da República, não se esquece de insistir no sistema de multas, e mostra que o PSD só transitoriamente abandonou o propósito de amadornar o debate no plenário (através da redução das suas reuniões), referindo-o como «fraseologia oca» para «inibir, condicionar, retardar, protelar ou adiar decisões e soluções».

O mais grave, no entanto, é a guerra que declara aos «órgãos fiscalizadores do Estado» - Tribunal Constitu-

cional, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral da República e Provedor de Justiça.

O Primeiro-Ministro, por enquanto, não põe em causa a existência desses órgãos, mas manifesta o seu incómodo pela exagerada autonomia e capacidade de actuação que detêm, repreende-os severamente, «não consentirá, em nome de superiores interesses da democracia, que terceiros procurem confundir funções e níveis de actuação do Estado». Remete-os para a mera fiscalização formal. Recomenda-lhes que não façam ondas.

Do que se trata, afinal de contas, é da grave limitação dos mecanismos de fiscalização da acção governativa, que o PCP caracteriza, nas Teses para o XIV Congresso, como um dos traços mais inquietantes da perversão e desfiguração do regime democrático e do perigo da instauração de um regime de cariz autoritário.

N

o plano nacional, salienta-se especialmente, no entanto, o importante caudal de lutas em curso contra a política económica e social do Governo, com destaque para os grandes momentos de confluência de 13 de Novembro (com a greve nacional da Administração Pública a que já aderiram outros sectores profissionais) e de 19 de Novembro (com a manifestação convocada pela União dos Sindicatos de Lisboa, do Rossio à Assembleia da República).

Numa dinâmica própria, da luta contra o aumento das propinas, está também convocada pelo movimento estudantil para 18 de Novembro uma concentração na Assembleia da República.

Como salientou Carlos Carvalho, ao apelar para a mais ampla participação nestas lutas, na conferência de imprensa da Comissão Política do PCP na passada terça-feira: «Ninguém se deve deixar iludir com as pressões e manobras governamentais para que os trabalhadores aceitem o mau para evitar o pior...».

É imperioso lutar para contrariar os mais perversos propósitos governamentais, designadamente a degradação dos salários, a estagnação das reformas e pensões, os despedimentos maciços, o alargamento do desemprego, a generalização das reformas compulsivas, a precarização e desestabilização do emprego na Administração Pública e em todos os outros sectores.

É imperioso lutar para que melhor e não regridam as condições de acesso à saúde, ao ensino, à habitação, à segurança social e à justiça.

A política do Governo expressa nas propostas do Orçamento do Estado e das Grandes Opções tem como objectivo fazer pagar aos trabalhadores e às classes e camadas médias tanto os custos do processo da reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, como o preço da convergência nominal imposta pelo Tratado de Maastricht.

É uma carga insuportável. É preciso dizer não.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CFC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guffões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

Comunicado da Comissão Política do CC do PCP

Impõe-se uma luta firme e decidida

Em face da situação de crise que se adensa em importantes sectores da vida nacional, uma séria advertência se impõe em relação ao prosseguimento da política do Governo PSD e um vivo apelo à resistência e à luta se torna imperativo dirigir ao povo português.

1. É hoje inquestionável que a economia portuguesa vive um clima depressivo e que o espectro da recessão está à vista de todos os que não fecham os olhos à realidade nacional.

O país vai no terceiro ano consecutivo de diminuição real da produção agrícola e piscatória. Há já três trimestres que a produção da indústria transformadora apresenta evolução negativa. A actividade dos serviços entrou em desaceleração. O investimento em bens de equipamento estagnou. As exportações portuguesas perdem quotas de mercado no estrangeiro. Só os efeitos induzidos pelos fundos estruturais comunitários permitiram que o PIB apresente, ainda, valores positivos em 1991 e 1992.

A teimosa persistência do Governo numa política comprovadamente errada - de prioridade absoluta à convergência nominal, de favorecimento da actividade financeira e especulativa em prejuízo da produção material, de sobrevalorização artificial do escudo e de elevadas taxas de juro reais nos empréstimos bancários - só pode conduzir a uma recessão global, com dolorosos e prolongados custos económicos e sociais. Essa política é, por si só, impeditiva da necessária reestruturação do aparelho produtivo nacional e do reforço estrutural da competitividade da economia portuguesa e está a conduzir a economia à progressiva desindustrialização e subcontratação com um carácter cada vez mais apendicular e vulnerável. É uma política que rouba o futuro à economia nacional.

Directa e indirectamente, as privatizações em curso estão a debilitar a capacidade da economia nacional enfrentar os embates da crescente abertura ao exterior e do próximo mercado único. Directa e indirectamente, as privatizações têm conduzido à transferência de empresas e sectores estratégicos para o domínio do capital estrangeiro e das suas estratégias transnacionais. Têm conduzido à redução substancial do número de postos de trabalho nas empresas privatizadas e lesado os direitos constitucionais dos trabalhadores.

As privatizações já efectuadas têm sido rodeadas de escandalosas negociações em favor do grande capital e com prejuízos incalculáveis para o património e o erário públicos e sacrifício dos contribuintes. Escândalos a que agora se juntam as propostas orçamentais de aumento das indemnizações para 270 milhões de contos e a transferência para a Petrogal (agora controlada por uma empresa francesa) de parte do actual imposto sobre os combustíveis.

O PCP desafia Cavaco Silva a autorizar o grupo parlamentar do PSD a aprovar o Inquérito Parlamentar ao processo de privatizações que o PCP apresentou na Assembleia da República na última sessão legislativa, e que a maioria numérica do PSD então inviabilizou.

A intenção manifestada pelo Governo de privatizar, até ao final do corrente ano, mais seis empresas públicas do sector financeiro, no quadro da crise que afecta a economia e o mercado de capitais, é uma manifestação indelével do fundamentalismo irracional do Governo contra tudo o que é público e da sua obsessão doentia pelo favorecimento dos interesses particulares do grande capital nacional e estrangeiro.

A proposta de Orçamento do Estado que o Governo apresentou para 1993, talhada na subordinação ao "espírito" de Maastricht, ao mesmo tempo que acentua a política de cariz recessivo, pretende impor a redução dos salários reais dos trabalhadores, retira verbas às autarquias locais, agrava uma vez mais a injustiça fiscal e introduz profundos cortes com graves consequências nas funções sociais que ao Estado incumbe garantir, como a saúde e o ensino públicos.

A verdadeira declaração de guerra do Governo em relação à função pública, consubstanciada no propósito de impor uma significativa redução dos salários reais, na insistência na "lei dos disponíveis" e em cortes orçamentais que significam o desemprego para muitos milhares de trabalhadores, representa uma política extremamente grave que, para além dos seus sérios efeitos sociais, contraria um verdadeiro processo de modernização da administração pública portuguesa.

As responsabilidades do Governo na actual situação universitária constituem um aspecto para o qual importa também alertar a opinião pública. O estrangulamento financeiro das universidades públicas (concebido como "motor" da privatização do ensino superior), a tentativa de imposição do aumento significativo das propinas (que está a levantar uma profunda vaga estudantil de resistência) e a repetida violação da autonomia universitária, são políticas do Governo que, a não serem rapidamente alteradas, são susceptíveis de provocar uma crise universitária de largas proporções.

O chamado "protocolo de acordo" entre o Governo e algumas associações estudantis laranja, forjado para quebrar a resistência dos estudantes ao aumento das propinas e para

quebrar também os apoios a essa causa ao nível do corpo docente e de órgãos escolares, constitui uma grave e escla-recedora peça. Porque procura envolver associações na aplicação do aumento das propinas. Porque faz promessas no domínio da acção social escolar que, apesar de muito insuficientes, o Governo não tenciona cumprir, como se pode ver já no Orçamento para 1993. Porque procura, perversamente, promover factores de conflitualidade entre estudantes e professores, ao mesmo tempo que admite inadmissíveis intromissões na esfera científica e curricular. E por último, mas não menos grave, porque viola grosseiramente a autonomia universitária.

Os novos valores das pensões e reformas aprovados pelo Conselho de Ministros, além do nível extraordinariamente baixo em que são mantidos, contrariam anteriores promessas de aproximação ao valor do salário mínimo nacional e aprofundam o fosso existente entre os diversos regimes. Isto põe em evidência a hipocrisia das proclamações de "solidariedade social" e a verdadeira política anti-social prosseguida pelo Governo em relação a um vasto sector da população, que é credor de condições de vida condignas e merece o respeito de toda a sociedade portuguesa.

Obrigar a população a pagar cada vez mais pela assistência médica e medicamentosa - com taxas moderadoras, redução da comparticipação nos medicamentos, pagamento de cuidados hospitalares - desarticular e destruir o Serviço Nacional de Saúde para entregar aos privados importantes investimentos feitos com dinheiros públicos, constituem linhas fundamentais da acção do Governo no domínio da saúde que dificultam o acesso aos serviços prestados, degradam a sua qualidade e desrespeitam cada vez mais a incumbência constitucional do Estado garantir o direito à saúde dos portugueses. Entre muitos outros aspectos, de imediato não pode deixar de merecer um indignado protesto a intolerável e revoltante situação que se está a verificar de, em resultado da ruíosa gestão do Ministério da Saúde e das suas dívidas, os utentes estarem já a ser colocados perante a alternativa de ou pagarem na íntegra as radiografias e outros meios complementares de diagnóstico ou deles ficarem privados.

A proposta de Orçamento do Estado para 1993 mostra como vem sendo aplicada a consigna "quem quer saúde, paga-a", ao prever como receitas do Serviço Nacional de Saúde cerca de 75 milhões de contos, cerca do dobro do que se verificou em 1991.

O PCP, ao mesmo tempo que alerta para o desenvolvimento de todos estes preocupantes factores de crise na sociedade portuguesa e para as graves incidências sociais que atingem sectores cada vez mais vastos da população, recusa taxativamente a argumentação de que a política do Governo constitui um "mal menor" destinado a assegurar no futuro o sempre adiado "Portugal de sucesso" do imaginário cavaquista.

2. Numa situação em que se acumulam ameaças e perigos tão preocupantes, impõe-se da parte das forças democráticas uma atitude firme de denúncia e demarcação e de apresentação de propostas alternativas claras.

Enquanto o PCP e o movimento popular travam uma luta firme e decidida, à altura das suas responsabilidades, o PS, em vez disso, tem procurado ocultar as suas amplas convergências com o PSD através de iniciativas e acções desgarradas, que não escondem a ausência de uma política diferenciada em aspectos fundamentais.

É disso exemplo a convergência no apoio ao Tratado de Maastricht, às transferências de soberania para órgãos supranacionais de matriz federalista e às concepções neoliberais que lhe estão subjacentes.

É disso exemplo a recusa ao povo português do direito de se pronunciar em referendo sobre uma matéria que marcará decisivamente o nosso futuro colectivo e nos amarrará a decisões lesivas dos interesses de Portugal.

É disso exemplo a concordância com aspectos fundamentais da política económica, e em particular orçamental, em boa medida decorrente de Maastricht, que sacrifica o desenvolvimento e interesses e necessidades sociais à convergência nominal com outros países da Comunidade Europeia, visando preparar a União Económica e Monetária.

É disso exemplo a sintonia do PS com as concepções e orientações de fundo do Governo a respeito do aumento de propinas no ensino superior público.

É disso exemplo o facto de o PS gritar em palavras por mais justiça social e ao mesmo tempo, como fez no Orçamento para 1992, votar o reforço das chamadas indemnizações, na ordem de 50 milhões de contos, aos senhores do 24 de Abril e não manifestar qualquer oposição ao saque do Sector Empresarial do Estado.

É disso exemplo a revisão constitucional que visa adaptar a Constituição ao Tratado de Maastricht e que decorre no espírito de legitimação de transferências da soberania e das perdas de poderes pelo Estado português.

A própria preservação de poderes da Assembleia da República que o PS proclama ter assegurado está muito longe de ter sido adequadamente garantida. O direito da

Assembleia da República ser consultada sobre os actos legislativos comunitários (e nem esse está assegurado) nunca resolveria o problema da degradação da democraticidade das instituições e esvaziamento das competências parlamentares, que é inseparável da transferência dessas competências para instituições comunitárias. O direito de emitir opinião não substitui o direito de decidir que era conferido à Assembleia da República e pode ser afectado pelo Tratado.

O conjunto de acordos e convergências do PSD e do PS tornam o PS prisioneiro do PSD e constituem um novo tipo de «bloco central» pró-revisão constitucional e pró-Maastricht que dificultam o combate à política do Governo e a construção de uma alternativa democrática.

3. A extraordinária gravidade imediata da ofensiva global do Governo PSD/Cavaco Silva e as devastadoras consequências futuras do seu prosseguimento reclamam imperativamente uma ampla mobilização de energias, de vontades, de determinação e capacidade de intervenção populares na luta por melhores salários, pela estabilidade e segurança no emprego, pela salvaguarda de direitos e regalias essenciais dos trabalhadores, por um ensino e uma saúde acessíveis, pela significativa elevação das pensões e reformas.

Ninguém se deve deixar iludir com as pressões e manobras governamentais para que os trabalhadores aceitem o mau para evitar o pior, porque na política e nos planos governamentais o mau é pura e simplesmente a antecâmara do pior e o ganhar força para impor o péssimo.

É justo e necessário que, no desenvolvimento das movimentações sociais em curso, mais e mais portugueses duramente atingidos nos seus interesses e condições de vida pelas medidas do Governo, compreendam que só o protesto e a luta podem deter e fazer recuar a sua impiedosa política de desestabilização, destruição, desorganização, desprotecção, desigualdades sociais, degradação dos rendimentos e nível de vida da população.

Ninguém se deve deixar enganar pelas mentiras governamentais de que os sacrifícios impostos seriam indispensáveis para assegurar o progresso e o desenvolvimento do país, porque não é agravando os problemas dos portugueses que se resolvem os problemas de Portugal, porque entre os maiores problemas de Portugal estão exactamente os graves problemas do seu povo e porque não há progresso nem desenvolvimento dignos desse nome baseados no agravamento das injustiças e desigualdades sociais, na degradação das condições de vida e na mutilação de direitos essenciais.

É justo e necessário que, rejeitando todas as pressões no sentido do silêncio, da acomodação e da resignação, cada cidadão tenha sólida consciência do valor da sua opinião, da força da sua razão, do peso do exercício dos seus direitos democráticos e da eficácia da sua luta.

Ninguém se deve deixar ludibriar pelas hipócritas proclamações governamentais de apego a critérios de justiça social e de fingida indignação com os privilégios e abusos dos ricos no recurso a serviços públicos essenciais, porque, das taxas moderadoras às propinas e das alterações ao Serviço Nacional de Saúde às comparticipações do Estado nos medicamentos, o que sempre concretamente resulta das medidas do Governo é a considerável desprotecção e agravamento dos encargos da grande maioria dos cidadãos que vivem do seu trabalho.

É justo e necessário que cada cidadão compreenda que é a solidariedade activa com todos os que sofrem as injustiças, as agressões, os desmandos e prepotências da política governamental que melhor defende os interesses e aspirações de cada um e de todos.

Saudando e apoiando as múltiplas e diversificadas movimentações sociais e processos de luta em curso (com destaque para as lutas da classe operária e dos trabalhadores de numerosos sectores e empresas, para os trabalhadores da Administração Pública e para os estudantes do ensino superior), o PCP sublinha a importância de uma vasta adesão às greves (nomeadamente à greve nacional da Administração Pública marcada para o dia 13) e a outras formas de protesto e de luta que estão anunciadas e de uma grande e massiva participação na manifestação de 19 de Novembro, promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa, com concentração no Rossio e desfile até junto da Assembleia da República, e em outras acções que venham a dar poderosa expressão pública a um grande movimento nacional de descontentamento, resistência, de protesto e de luta e de exigência de uma nova política, ao serviço do povo e do país.

A esse combate pela grande causa dos interesses populares e nacionais, como sempre e como nenhuma outra força política, o PCP, as suas organizações e militantes estão dando e continuarão a dar a insubstituível contribuição da sua generosidade, dedicação, firmeza e capacidade de intervenção.

3 de Novembro de 1992

A Comissão Política do Comité Central do PCP

EM FOCO

O XIV Congresso e a "questão militar"

congresso

PCP

■ José Neto
Membro da CEN

ALMADA, 4.5.4 DEZEMBRO 1992

1. No necessário balanço político que o XIV Congresso é chamado a realizar a área da defesa nacional e das Forças Armadas não deixará por certo de ocupar um lugar destacado, merecendo um exame atento e aprofundado.

A ninguém escapará que as Forças Armadas vivem, no mínimo, uma grave crise numa altura em que na comunicação social, poucas vezes de forma isenta, quase sempre de modo parcelar, se tornaram abundantes as notícias, comentários e opiniões que se fazem eco dos velhos e novos problemas e desafios, das perspectivas e propostas contraditórias, das preocupações e incertezas, de que é hoje feita a instituição militar.

Mas já não se afigura tão fácil ou linear a compreensão de que a crise é profunda, eventualmente prolongada, e de pesadas consequências no plano social, económico e, sobretudo, no plano político. Sem receio de exagerar diríamos que se está hoje em Portugal perante uma "questão militar".

Não porque estejamos convencidos, longe disso, de que a sociedade portuguesa se encontra liminarmente dividida (ou em risco disso) quanto à existência de Forças Armadas ou, sequer, quanto ao modelo a seguir, e justamente porque, nesta como noutras matérias fundamentais, o debate público está por fazer, com graves responsabilidades para o Governo.

A "questão militar" colocada é, isso sim, a de saber qual vai ser (e, obviamente, como intervir) no desfecho das tentativas em curso para subverter a instituição militar, sendo seguro que essas tentativas se inscrevem no processo global de subversão das instituições e de alteração dos elementos fundamentais do regime democrático.

2. Efectivamente, o que está em causa nas mudanças que o PSD vem impondo no meio militar não são meras correcções e ajustamentos mas sim a própria natureza das Forças Armadas.

Isso mesmo é sublinhado nos documentos agora em debate para o Congresso, designadamente nas Teses (2.8.27) onde se afirma que "A política de defesa seguida pelo Governo PSD fica marcada pela súbita aceleração do processo de alteração do modelo constitucional das Forças Armadas - pondo em causa a sua natureza, a autonomia do seu funcionamento e a prioridade das missões nacionais que lhes estão atribuídas - com vista a mais facilmente adequá-las aos planos e compromissos de integração em forças armadas multinacionais".

Prova disso, como a seguir se salienta (2.8.28) são as decisões e medidas tomadas no quadro daquele objectivo central, designadamente "... a legislação sobre o Serviço Militar Obrigatório e que visa conduzir à total profissionalização das Forças Armadas; a retirada de poderes às chefias militares e a sua centralização no Governo; as opções em matéria de reequipamento com total dependência externa e contrárias às necessidades nacionais; a redução forçada de efectivos e as alterações nos estatutos militares pondo em causa a sua dignidade e direitos".

A propósito do Serviço Militar Obrigatório, previsto na Constituição e que o Governo PSD procura substituir pelos regimes de contrato e voluntariado, sem nenhum êxito até ao momento, o partido do Governo acaba de receber um precioso auxílio do maior partido da oposição, o PS, que em perigosa fuga para a frente propõe a liquidação do SMO na próxima revisão constitucional. Ao invés de exigir o cumprimento das promessas do Governo, que assegurou aos jovens a redução para 4 meses a partir do início de 1993, o PS torna-se co-responsável por decisões e projectos gravosos para as Forças Armadas e para a defesa nacional.

3. Em jogo está, como se vê, a concepção, o modelo de Forças Armadas. Mas igualmente a missão que a Constituição lhes incumbe.

Para nós, comunistas, as Forças Armadas são uma componente do Estado e expressão da nossa vontade de soberania. O que não se conforma com a governamentalização de que estão a ser objecto com vistas a transfigurá-las de instrumento do Estado em instrumento do Governo e ao serviço exclusivo da sua política. A subordinação ao poder político cede lugar à subordinação ao poder executivo, na lógica de mero departamento governamental.

Como expressão da nossa vontade de soberania, as Forças Armadas asseguram a defesa militar da República, garantindo a integridade do território contra qualquer agressão ou ameaça externas. Ora, o que se vai constatando é o crescente debilitamento das condições em que haveriam de assegurar aquele objectivo constitucional, seja pela deficiente gestão de meios humanos, por questões organizacionais ou sobretudo por uma incorrecta política de reequipamento. Ao contrário das necessidades e dos interesses nacionais, a política actual vai no sentido de sobrevalorizar as missões fora do território nacional, sendo nessa direcção que apontam as medidas de reestru-

turação em curso, designadamente a criação da nova brigada aerotransportada.

O Governo explicou as medidas de reestruturação em curso pela necessidade de racionalizar e dar maior eficácia às Forças Armadas. Há mais de dez anos à frente da pasta da Defesa, porque só agora o PSD acordou para esta necessidade? As explicações são outras e prendem-se com o surgimento de condições históricas únicas - quer, no plano externo, pelo desaparecimento do bloco socialista e do Pacto de Varsóvia, quer, no plano interno, pelo reforço da sua maioria absoluta e ainda com a convicção do PS - para alterações estruturais no aparelho de Estado que conduzam à absolutização do seu domínio, no quadro de uma crescente articulação com os objectivos hegemónicos de carácter imperialista da NATO e da UEO.

4. A dependência externa de Portugal no plano político-militar não parou de crescer nos últimos anos. Como



referem as Teses a esse respeito (pontos 3.3.8 e seguintes) "Destacam-se a adesão à UEO, como pilar europeu da NATO, que amarra Portugal a novas e maiores obrigações e encargos militares, o anúncio de medidas conducentes à participação portuguesa em forças de intervenção rápida, em obediência ao novo sistema de forças da NATO, as declarações de membros do Governo concordantes com o aumento de poderes de intervenção militar da NATO. A subserviência e falta de capacidade do Governo do PSD estão patentes também na utilização abusiva e ilegítima da Base das Lajes pelos EUA durante a guerra do Golfo ou na evolução dos processos de renegociação dos acordos político-militares.

Em matéria de reequipamento, a crescente dependência externa de Portugal manifesta-se nas prioridades estabelecidas para a aquisição de armamento militar, ao serviço da estratégia militar da NATO, ou a ser utilizado sob o comando NATO, como foi o caso das fragatas MEKO ou dos aviões F16 (em processo de aquisição) para além da aceitação das imposições de países da NATO, em particular dos EUA, de aquisição de material obsoleto. Estas opções contrariam ou menosprezam as características e necessidades específicas de defesa militar de Portugal e não têm em conta os recursos efectivos do País.

A dependência militar manifesta-se ainda na ausência de doutrina militar própria, designadamente nos estabelecimentos de ensino militar, bem como na manutenção dos credenciamentos NATO, fonte de discriminação política".

A situação em matéria de reequipamento é de tal modo grave que, a propósito da Lei de Programação Militar que a Assembleia da República deveria ter discutido e votado em 1991, para o período de 1992 a 1996, já conheceu diversas versões e continua adiada por força do

incumprimento das contrapartidas americanas e, mais recentemente, do anúncio da possibilidade do corte total dessas mesmas contrapartidas.

Como se calcula, toda esta indefinição no que deveria ser um normal processo de modernização das Forças Armadas coloca estas na situação de não saberem com que meios contam para o cumprimento das suas missões.

Aliás, estas e outras indefinições radicam na recusa constante do Governo em assumir um debate institucional aberto, na Assembleia da República, em matéria político-militar, designadamente das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e, nesse plano, ser confrontado com as suas opções em matéria de política de defesa.

O CEDN actual data de 1985 e está desactualizado por oito anos de intensas e profundas mudanças da situação internacional. Dele devem depender, segundo a Lei de Defesa, os diplomas que definem a missão genérica e as missões específicas das Forças Armadas, bem como os que definem o sistema de forças e o dispositivo.

O PCP tem reiteradamente preconizado esse debate nacional, que a Lei de Defesa prevê, tendo para tanto apresentado oportunamente um documento sobre a matéria.

5. O desacerto da política de defesa do Governo e a sua inadequação à realidade nacional e às Forças Armadas portuguesas desestabilizam o seu funcionamento e são a causa da instabilidade que atinge a instituição militar e aqueles que estão ao seu serviço.

As Teses ao XIV Congresso fazem uma justa referência (4.2.12) às lutas dos "militares contra a política governamentalizadora de imposição e factos consumados, contra medidas repressivas e de cerceamento de direitos, pela defesa de interesses socioprofissionais e pelo exercício dos direitos de cidadania".

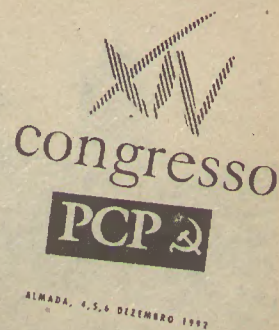
Com efeito, ao longo dos últimos quatro anos, as movimentações de natureza socio-profissional não deixaram de crescer e de assumir formas nunca antes realizadas. Iniciativas diversas - convívios, colóquios, seminários, imprensa periódica - dão expressão a novos tipos de associativismo, constituindo hoje uma realidade que não pode ser ignorada.

Largas camadas de militares, com destaque para a classe de sargentos mas também de forma crescente entre a oficialidade, despertam para a afirmação da sua dignidade, dos direitos de cidadania e o seu exercício, contra os injustificáveis espartilhos que os limitam, com destaque para o Artº 31º da Lei de Defesa Nacional, cuja alteração o PCP recentemente propôs, sob a forma de projecto de lei, na Assembleia da República.

6. O PCP, como sempre, mantém-se disposto e preparado para o debate. Com este contributo não temos a pretensão de focar todos os problemas desta área, mas apenas adiantar opiniões e pontos de vista, confrontá-los com os documentos em debate para o Congresso.

Em jeito de conclusão, remetemos para o projecto de alterações ao Programa do PCP (ponto 2.1.29) onde aparece sinteticamente formulada a concepção de Forças Armadas que o PCP defende para Portugal no quadro de uma democracia avançada no limiar do século XXI: "As Forças Armadas estarão inteiramente dedicadas à defesa da independência e soberania nacionais e da integridade do território contra quaisquer ameaças externas, o que envolve o primado das missões nacionais em áreas nacionais e equipamento adequado a essas missões e ao seu carácter defensivo. Sem prejuízo da defesa militar, colaborarão em tarefas do interesse das populações. Apoiadas em doutrina de defesa própria, deverão possuir capacidade militar autónoma e ter a sua base organizativa no serviço militar obrigatório, em condições dignas que valorizem a juventude. As Forças Armadas estarão subordinadas ao poder político, mas com adequada autonomia. Fiéis à Constituição e aos valores democráticos, as Forças Armadas, ao mesmo tempo que exigem isenção político-partidária no exercício de funções, recusarão na sua vida interna todas as discriminações de carácter político e ideológico, assegurarão os direitos cívicos e a dignificação dos militares que as servem e deverão ser uma instituição identificada com o que há de mais patriótico e progressista no passado, onde avulta o seu papel decisivo para o derrubamento do regime fascista e o fim das guerras coloniais".

Guarda Reflexão e debate para agir com eficácia nas lutas futuras



■ **Armando Morais**
Membro da CEN

A preparação do XIV Congresso no distrito da Guarda já arrancou. Os documentos que o CC aprovou para debate em todo o Partido já chegaram a muitos membros do Partido, mas é ainda um número insuficiente, o nosso objectivo é chegar a todos os camaradas conhecidos. Esta não é uma tarefa fácil, tal como o não é conseguir uma leitura satisfatória dos documentos. É esse o nosso esforço actual.

A DORG decidiu dar início ao trabalho preparatório do Congresso com uma reunião deste organismo, alargada a alguns camaradas dos concelhos. Considerou-se que, para alcançar uma boa mobilização e elevação do debate, deviam os principais quadros do distrito estar politicamente bem preparados, condição indispensável para se poder mobilizar a organização.

Esta reunião, que contou com a participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política, e de três dezenas de camaradas, foi muito participada quanto ao debate, e das inúmeras intervenções se pode concluir sem exageros:

— é bom o estado de ânimo dos quadros do Partido, quer para aprofundar o debate e a necessária reflexão, quer quanto à disposição de melhorar a acção política nas batalhas difíceis que nos esperam;

— a discussão mostrou também que os comunistas da Guarda preparam o Congresso sem deixar de estar atentos aos problemas vivos dos trabalhadores e do povo do distrito.

Para ilustrar o que acima se afirma, algumas notas sobre a discussão feita: as enormes dificuldades da agri-

cultura e dos agricultores cujas colheitas não dão para pagar as despesas, agravadas com as dificuldades de escoar alguns produtos, vinho, fruta e cereais. A não ser modificada a política que o Governo tem para a agricultura, as consequências seriam catastróficas e contribuiriam para a desertificação do distrito.

A utilização dos dinheiros públicos para manobrar policitamente as pessoas, para as manietar na sua acção reivindicativa. É a formação profissional, são os subsídios de desemprego e para o primeiro emprego, tudo serve para incutir nos trabalhadores que são favores pessoais e não dinheiros públicos que são atribuídos por direito e por opções vincadamente políticas.

O agravamento social e da economia do distrito, empresas a fechar, empresas com salários em atraso, trabalhadores contratados a prazo como norma de contratação. A instabilidade social, causada por perda de empregos em perspectiva, os chamados «disponíveis» da Função Pública, os professores contratados, os encerramentos de três esquadras da PSP (Gouveia, Pinhel e Sabugal), o desmantelamento da EPAC, etc.

A anunciada privatização dos serviços de saúde, com a conseqüente degradação dos serviços prestados à população e a centralização em Coimbra da Administração da Saúde, assim como os serviços da agricultura e outros, é contrária ao desenvolvimento do interior, contribuindo sim para o aumento das assimetrias regionais.

Outras matérias da vida interna do Partido foram abordadas: necessidade de aumentar a militância e dar mais

respostas políticas aos problemas concretos, no distrito, nos concelhos, nas empresas, assim como melhorar a intervenção dos comunistas nas estruturas sindicais para onde foram eleitos. A eleição do Comité Central e a participação das estruturas distritais e concelhias nesse processo. A questão da alternativa e da convergência com o PS foi das questões mais debatidas. A prática do PS nas suas alianças com a direita em muitas matérias fundamentais foi fortemente criticada, assim como a posição da estrutura distrital deste Partido, que nem sequer acusa a recepção das cartas enviadas pelas DORG para troca de opiniões sobre os problemas económicos e sociais do distrito.

A programação das reuniões e das assembleias plenárias onde serão eleitos os 17 delegados está feita. Um esforço de mobilização terá de ser feito para se alcançar um amplo debate, uma reflexão individual e colectiva, exercício da democracia interna que todos desejamos aprofundada.

Mau grado todas as dificuldades que a nossa acção enfrenta num distrito onde é ainda fraca a nossa implantação a nível de organização e de peso eleitoral, é para nós uma certeza de que somos indispensáveis para a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores e do povo da Guarda.

Aveiro Preparar participar, intervir

A preparação do XIV Congresso no distrito de Aveiro teve como prioridades intrínsecas a preocupação de levar à participação e intervenção dos militantes e o envolvimento na acção política de resposta aos problemas concretos do quotidiano.

Discutir nos organismos; contactar e fazer chegar aos militantes os materiais para a discussão; promover reuniões específicas para debate; utilizar a comunicação social regional, a par da informação do Partido, para divulgação das iniciativas, foram a base para o envolvimento e participação dos militantes. No momento presente a prioridade é a mobilização para as assembleias plenárias.

A resposta a diversos problemas políticos (como a situação social, Maastricht, saúde, etc.) contribui para uma melhor ligação à preparação do Congresso e à discussão dos documentos em debate.

O envolvimento na discussão e preparação do Congresso está também interligado entre a discussão dos documentos e as medidas práticas tendo em vista o reforço do Partido e da Juventude. A situação que se vive na Universidade de Aveiro é um exemplo concreto de como a discussão das ideias e propostas, aliada à intervenção concreta na ligação à vida, contribui para dar força ao conteúdo dos documentos, contribuindo para o reforço do Partido e da Juventude.

No que respeita à participação nas reuniões e na Assembleia já realizada algumas ideias se podem extrair.

Notam-se dificuldades de leitura dos documentos, o que torna necessário desenvolver esforços complementares para estimular a discussão e a própria leitura.

A multiplicação de reuniões não levando a uma grande participação em cada uma, tem, no entanto, contribuído para uma discussão mais específica, estimulando a própria leitura e um conhecimento mais aprofundado dos documentos em discussão, bem como permitir uma maior abrangência de camaradas na discussão.

■ **Sérgio Teixeira**
Membro da CEN

Pode-se afirmar que na discussão realizada até ao momento não há propriamente um tema que concentre as atenções do debate mas, pelo contrário, nota-se que as ideias, preocupações, propostas e problemas mais focados são muito diversos, o que corresponde a uma preocupação mais geral, que vai ao encontro das características da discussão em causa que abrange os instrumentos fundamentais do Partido: os Estatutos, o Programa e as Teses.

A inversão e utilização intencional pela comunicação social da afirmação do Partido quanto aos efectivos repercutiu-se obviamente na discussão nas reuniões e na Assembleia realizada. Mas, podemos concluir do debate já realizado uma grande preocupação dos militantes pela necessidade de actualizar os ficheiros (no caso de Aveiro foram já de algumas centenas que se deu baixa de situações mais que clarificadas que se enquadram textualmente no ponto 8.4.6 do projecto de Teses), valorizando o significado e expressão dos actuais 163 506 militantes que, diga-se de passagem (para quem há muito afirma o fim do PCP), é um efectivo poderoso de tudo o que ele representa, no plano ideológico, na intervenção e na luta.

Uma referência à única Assembleia Plenária já realizada. Contrariamente à participação nas reuniões, esta Assembleia teve uma participação mais elevada que no anterior Congresso, e acima de tudo é de realçar a discussão e as intervenções salientando uma preocupação atenta e positiva da necessidade do Partido tomar as medidas no sentido de poder corresponder ao que dele se espera para enfrentar os importantes desafios do futuro.

Como síntese, o debate continua, existe uma preocupação consciente da necessidade do reforço do Partido que, a par das preocupações da situação internacional e nacional, existe confiança e acima de tudo predisposição de contribuir para um PCP mais forte.

Évora O Congresso e os problemas do distrito

■ **Raimundo Cabral**
Membro da CEN

Estamos a entrar na fase final dos trabalhos preparatórios do XIV Congresso. Na Organização Regional de Évora foram programadas cerca de 15 reuniões de militantes e outras iniciativas tendo como objectivo a discussão dos documentos com o maior número de membros e amigos do Partido. Foram também programadas as assembleias plenárias para a eleição dos delegados.

Actualmente já se realizaram cerca de meia centena de reuniões e plenários onde participaram cerca de 800 militantes do Partido. Foram entregues os documentos a muitos amigos do Partido, solicitando a sua contribuição e sugestões aos temas em discussão.

De entre este vasto conjunto de iniciativas há a destacar o debate com a participação do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, realizado no dia 28 de Outubro, em Évora, e o debate público com a juventude a realizar no dia 13, em Évora, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Nos debates já realizados tem havido o apoio e concordância na generalidade aos documentos em discussão, sendo entregues até ao momento 116 propostas de emenda aos documentos em discussão.

É importante realçar que sem o empenho dos principais quadros do Partido não teria sido possível a organização das iniciativas e a mobilização dos militantes e o contacto com muitos amigos do Partido.

No trabalho já realizado constatamos que muitos militantes se têm apresentado ao debate sem uma leitura atenta dos documentos em discussão e também as dificuldades evidentes das próprias organizações de conseguirem assegurar de forma satisfatória a participação dos militantes nos debates.

Já foram ou vão ser tomadas medidas, de forma a superar ou minimizar tais dificuldades, para que haja



uma boa participação dos membros do Partido do distrito de Évora nos trabalhos preparatórios do Congresso.

Por outro lado, tem sido uma preocupação levar os temas do Congresso para a Comunicação Social; nesse sentido foram promovidas conferências de imprensa, dadas entrevistas nas rádios locais e elaboradas notas à imprensa a informar sobre a realização de iniciativas.

Pensamos que seria um grave erro se os trabalhos preparatórios do Congresso estivessem desligados da grave situação social e económica que o distrito enfrenta; nesse sentido, o esforço em conciliar os trabalhos preparatórios do Congresso com a necessária resposta aos problemas quotidianos.

O Partido no distrito tem procurado intervir na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional de forma a que sejam consagradas as medidas necessárias para o desenvolvimento económico e impedir a desertificação humana a que vimos assistindo. Estamos empenhados para que no Orçamento do Estado e no PIDDAC para 1993 sejam inseridas as verbas e os projectos necessários no imediato, particularmente nas áreas do ensino e da saúde.

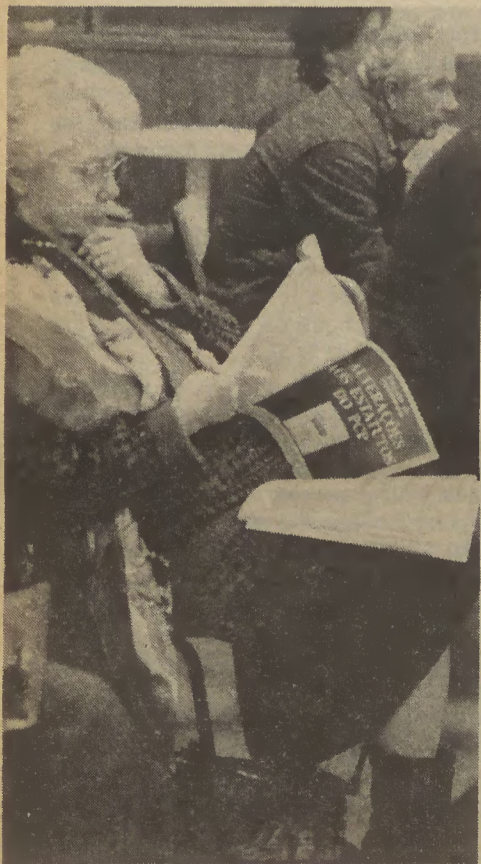
Num distrito onde o PCP e a CDU têm grandes responsabilidades no Poder Local, damos grande atenção à elaboração dos planos de actividade para o ano de 1993 e à sua discussão, o mais participada possível, o que não pode estar desligado da luta contra a política do Governo, que procura transferir encargos para as autarquias sem as contrapartidas financeiras não cumprindo a Lei das Finanças Locais, o que levaria as autarquias do distrito a serem esbuhadas em 2 191 124 contos em 1993.

Estamos empenhados em organizar e mobilizar os trabalhadores para a luta contra os despedimentos, pelo pagamento dos salários em atraso e por melhores salários e condições de trabalho; os estudantes universitários por melhores condições de ensino e contra as propinas, os reformados pelo aumento das reformas e por uma maior assistência social, etc.

Por último estamos desde já a aferir os objectivos de cada concelho para a próxima batalha eleitoral para as autarquias. Fazer o balanço do trabalho da CDU em cada órgão, prestar contas da actividade dos eleitos no contacto directo com as populações na afirmação da CDU e do Partido junto das populações.

Poder-se-á dizer que os objectivos são ambiciosos. Estas são as necessidades e a exigência para a intervenção do Partido.

Os comunistas do distrito têm consciência das dificuldades, mas estão confiantes e determinados a concretizá-los com êxito.



congresso
PCP

ALMADA, 4.5. DEZEMBRO, 1992

Sugestões

O «Avante!», desde a sua remodelação, em minha opinião e na dos camaradas com quem trabalho, tem melhorado bastante, quer no conteúdo das notícias informativas, na qualidade de artigos de formação e esclarecimento, quer ainda no aspecto gráfico (que é de não descurar).

Também no que diz respeito à participação das organizações e de alguns (poucos) camaradas individualmente considerados tem aumentado um pouco a participação. No entanto penso que nesta vertente muito ainda se pode fazer para melhorar o órgão central do Partido, tornando-o mais aliciante no conhecimento da vida das organizações, dos problemas locais, etc.

É nesse sentido, e inserindo esta questão na fase preparatória do Congresso do Partido, de que o «Avante!» é porta-voz, que adianto algumas sugestões para que possam ser ponderadas e reflectidas, quer pelas organizações, quer pelo colectivo do «Avante!» e da Direcção do Partido. Passando aos concretos, vamos às sugestões:

- a direcção do Partido e o colectivo do «Avante!» deveriam ponderar a importância e a viabilidade de em cada DOR existir um camarada com a responsabilidade de canalizar a informação da Organização para o «Avante!»;
 - que o «Avante!» considere a possibilidade de editar semanalmente um CADERNO/SUPLEMENTO denominado REGIÕES (à semelhança dos cadernos editados aquando das eleições regionais nos Açores e Madeira).
- Esse caderno deveria ser da responsabilidade de cada DOR em estreita colaboração com o colectivo do «Avante!», definindo previamente o espaço desse caderno.

PCP

Cartas dos leitores

Existindo 20 «regiões» (contando com Madeira e Açores) ao fim de 20 semanas teria sido dada uma primeira ronda pelas DOR's, ou seja de 5 em 5 meses cada DOR teria de ter o seu «Caderno Regiões» elaborado. O conteúdo de tais cadernos, não deveria apenas contemplar a informação da actividade realizada, comunicados ou notas, mas abordar também temas regionais de amplo interesse. Se por um lado tal «Caderno Regiões» implica um sentimento ainda maior do «Avante!» como o nosso jornal, tais cadernos permitiriam levar ao conhecimento de todo o Partido não só a actividade, mas os problemas regionais de cada momento, o que certamente também contribuirá como um estímulo na difusão e aumento da venda do «Avante!».

Convicto de que só uma ampla troca de opiniões constitui o caminho para melhorar cada vez mais o nosso jornal, aqui ficam as minhas sugestões, que certamente, como a de muitos e muitos camaradas, ao participarem com ideias, sugestões, propostas, contribuem decisivamente para o reforço do nosso Partido, tornando-o naquilo que hoje é e que desejamos continue a ser.

Jorge Amorim
— Castelo Branco

Alterações ao Programa do PCP

A propósito do capítulo «Mercado Comum e União Europeia — condicionalismos e limitações à independência» e, em especial, do ponto 5.6 desse capítulo, algumas considerações:

- 1 — Deveremos aproveitar, à nossa maneira e em função dos nossos interesses e objectivos, todas as possibilidades de «integração» e de «cooperação» mas sem

esquecermos ou confundirmos a chamada «correlação de forças» e os interesses de classe que, na CEE e à escala mundial, determinam e conduzem mais processos neste final do século XX. Aí «quem manda» são o grande capital monopolista/transnacional e os poderes político-sociais que deles emanam (apesar das contradições «familiares») e «quem paga a factura» são os trabalhadores e os povos (uns mais que outros);

- 2 — Portugal e o povo português não conseguem estar, ao mesmo tempo, dentro desta CE para as conveniências e fora dela para as inconveniências. Poder-se-á falar de «integração» mas o que acontece são «anexações» progressivas.

Dentro desta CE poderemos dizer que «é fatal como o destino» o que está a acontecer à nossa agricultura, à nossa indústria, à nossa cultura, à soberania e à independência nacionais... ou será que poderia acontecer-lhes outra coisa?

- 3 — É minha convicção que mesmo se nós, comunistas, estivéssemos no poder, com Portugal nesta CE, os resultados, no tempo, não seriam substancialmente diferentes.

Por certo resistiríamos mais, demoraríamos mais tempo o colapso mas, mais certo do que isso é que, dentro desta CE, nós no poder, tal como somos e nos afirmamos, ou rapidamente dela sairíamos ou esta CE nos poria fora, a nós.

- 4 — Assim, acho que é melhor falarmos claro, pelo menos entre nós: — dentro desta CE lutaremos para contrariar a dinâmica dominante e as causas que a determinam. Dentro desta CE criemos diariamente as condições que, um dia, nos permitam ou sair desta CE (nem que seja a ferros) ou fazer com que outra CE, bem diferente, saia desta onde hoje estamos.

João Manuel
— Coimbra

As teses (políticas) que eu gostava de subscrever

A sociedade portuguesa está artificialmente dividida em partidos. De facto, a sociedade divide-se, num sistema capitalista, entre exploradores e explorados e, nesta divisão e na situação actual, o número dos últimos é rápida e largamente crescente. Há um partido que legitimamente representa todos os que produzem lucro ou mais-valia através da sua actividade produtora ou transformadora manual necessariamente liderado pelo proletariado. É, sabemos o PCP e tem potencialidades de influência de massas ilimitadas. Poderia quando muito haver outro partido a representar os interesses do capital nacional, com convergências pontuais

com os comunistas, até à convergência quase total em função da concentração mundial do capital.

Ao Partido, ao nosso partido, falta-lhe interiorizar globalmente os valores do que pode considerar-se uma cultura feminina, global e unificadora, anti-violência, antiagressividade, pela vida, pela solidariedade, pela ternura e pelo afecto, com paixão, contra os espartilhos, penachos e distâncias. Pela abertura total às ideias e pelo aproveitamento de tudo o que todas as pessoas têm de bom.

A defesa da saúde e da vida, o estabelecimento de regras de convívio saudável, de desporto, o prazer, a beleza, uma alimentação saudável, o respeito pela Natureza em todos os aspectos dos naturais aos construídos, dos minerais aos animais e humanos, são valores do futuro que ressaltam hoje da própria necessidade de resistência ao dramático ruir do capitalismo selvagem e asselvajado.

A criação de movimentos e circuitos alternativos e englobantes sustentados pelas próprias populações sem menosprezar os fundos do capitalismo interno (Governo ou empresários) e externo (CEE), mas sem dependências, antes com independência, na certeza de que são eles que precisam de nós porque nada se faz sem o trabalho e sem os utilizadores dos produtos.

Tecnologia

Há que aprofundar a poeira que lançaram no ar em torno da tecnologia como mito num país como o nosso economicamente dispafr mas muito aproximado, nalguns aspectos do Terceiro Mundo. É que dia a dia esbarramos na tecnologia que nos impingiram comercial e ideologicamente sem conseguirmos resposta para os problemas concretos. Há que subordinar a tecnologia que conseguimos aos objectivos e não os objectivos à tecnologia.

O mesmo em relação às auto-estradas em que cada vez morrem mais pessoas, só são acessíveis aos privilegiados e nelas votam os que nelas nunca andaram ou andarão. São construídas em detrimento de benefícios generalizados nas vias de comunicação. Os fundos da CEE, desestruturantes, chegam carregados de veneno.

Com teses destas, política e ideologicamente sustentadas, e aprofundadas no sentido do estudo, em vez de estudos que justifiquem a política, poderíamos passar, de facto, para a vanguarda, e, numa linguagem breve e acessível, compreendida pelas pessoas, e pelos nossos militantes, recolher o apoio que nos é devido e de que necessitamos para sermos alternativa, a única e ampla alternativa.

Maria Eduarda Castro
— Porto

PCP

Açores

«Descaracterização política facilita vitória do conservadorismo»

Em Plenário realizado na Horta no passado sábado, a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP apreciou os resultados das eleições regionais e o quadro apreciou os resultados das eleições regionais e o quadro político delas resultante. A DORAM examinou também alguns desenvolvimentos políticos após as eleições e definiu um conjunto de orientações para a actividade política e organizativa imediata.

Salientando que a descaracterização política facilita a vitória do conservadorismo, a DORAA, que manifestou a sua concordância com a análise anteriormente feita pelo seu Secretariado em 20 de Outubro último, destacou entretanto alguns traços fundamentais de análise às eleições regionais:

A vitória do PSD é consequência simultânea do grande esforço realizado por esse partido, esforço esse que inclui muitas actuações políticas ilegítimas e dos erros da estratégia da maior força da oposição (o PS) que mostrou total incapacidade de chamar a si votos anteriores do PSD.

A descaracterização política defendida, incentivada e imposta à sociedade açoriana, pelas duas maiores forças políticas (o PSD e o PS) e que consiste no esvaziamento dos projectos respectivos, na adulteração do objectivo das eleições, na assunção de posturas de bipolarização redutora e, no caso do PS, na realização de alianças selectivas com sectores descontentes da direita e extrema direita,

criou um quadro de concorrência eleitoral irracional em que o poder absoluto passou a ser a questão central, deixando à margem o conteúdo das propostas e a credibilidade do que se pretendia realizar na condução da política regional.

Tal descaracterização global, facilitou a vitória do PSD, porque apenas opôs dois dirigentes políticos de direita um ao outro (Mota Amaral/Mário Machado); porque facilitou a recomposição de forças num PSD enfraquecido; porque não gerou nenhuma perspectiva de mudança equilibrada; porque desacreditou o PS como força que quer mudar políticas e apenas o mostrou como força que quer mudar pessoas e exercer parte do poder a todo o custo; porque gerou uma vez mais apelos e arrumações pretensamente utilitárias de voto que impedem a afirmação plural e portanto equilibradora da sociedade.

O insucesso global da CDU/Açores, que se traduziu numa redução do número de votos recebidos e na não

obtenção de dois dos quatro objectivos definidos tem que ser lido, essencialmente no quadro dessa descaracterização antidemocrática que é intensamente cultivada há já longos anos.

A obtenção dos dois primeiros objectivos eleitorais — garantir a presença parlamentar e reconfirmar o mandato obtido nas Flores, com a reeleição do deputado Paulo Valadão — assegura no entanto ao PCP e à CDU no seu conjunto a possibilidade de manter e aprofundar, no quadro institucional, uma luta e actuação política consequente por uma mudança que é urgente e que será possível a partir do momento em que deixe de ser posto como contraponto ao domínio do PSD o domínio hegemónico de um PS direitista.

A DORAA saúda todos os candidatos e activistas da CDU e todos os militantes do PCP que se empenharam numa campanha que foi essencial para evitar e travar o avanço da estratégia de afastamento da CDU da Assembleia Legislativa Regional e apela a que em todas as ilhas da Região a intensificação da actividade da CDU e do PCP se afirme, pois só assim será aumentada a capacidade política própria de gerar uma expressão eleitoral condizente com a influência e importância social da luta e dos objectivos da CDU.

Majoria absoluta do PSD — transformação do poder em domínio

Algumas evoluções políticas recentes não podem deixar de gerar uma larga preocupação face aos reais objectivos da Direcção do PSD/Açores. Na recente tomada de posse do 5.º Governo regional, que apenas corresponde a uma tosca redução do 4.º Governo, foi pelo Presidente do Governo anunciado um conjunto de objectivos que não podem ser interpretados senão como a manifestação de intenção de intensificar a governamentalização do sistema autonómico,



de reforçar o poder pessoal do Presidente do Governo, de diminuir drasticamente o papel e intervenção política da Assembleia Legislativa Regional, de uniformizar a solução dos problemas económico-sociais pelos padrões mais des-

favoráveis às populações praticados pelo Governo de Cavaco Silva e isto independentemente das características e situações específicas da Região e de manter, no plano institucional, um comportamento de indefinição e ambiguidade favorável aos projectos de domínio de que exerce o poder.

A DORAA do PCP entende ser o momento adequado e oportuno de lembrar publicamente à Direcção do PSD que uma vitória política eleitoral obtida num sistema constitucional democrático estabilizado não legitima actuações de subversão do sistema nem de domínio político não democrático.

A este propósito, a

DORAA entende que a entrada em funções plenas do 5.º Governo, após apresentação e aprovação do Programa do Governo pela Assembleia Legislativa Regional, obriga a que seja previamente submetida a essa mesma Assem-

bleia Legislativa Regional a Lei Orgânica do Governo sob pena de estar, na prática, a extinguir e criar secretarias com recurso a um mecanismo de delegação de poderes sem aplicação no caso vertente.

A DORAA condena toda e qualquer revisão do Regimento da Assembleia que vise retirar-lhe capacidade de discussão e actuação ou que vise diminuir e limitar o papel e acção legítima dos vários partidos da oposição.

A DORAA reafirma que a Representação Parlamentar do PCP manterá, na 5.ª Legislatura, a postura de defesa das funções, papel e dignidade próprias da Assembleia Legislativa Regional que sempre manteve nas anteriores legislaturas.

A DORAA reafirma como linhas políticas principais do PCP/Açores no quadro político existente a luta pela defesa do sistema Constitucional da Autonomia, com as principais características que o definem; a luta por uma maior afirmação da participação popular no funcionamento da democracia; a luta contra o oportunismo político que descaracteriza a vida política regional; a luta por verdadeiros e pluralistas convergências democráticas entre os defensores do Sistema Constitucional da Autonomia e a luta por soluções mais justas e equilibradas para os muitos problemas sociais e económicos que persistem na Região Autónoma.

A situação social e política no distrito de Beja

Uma análise detalhada da situação social e política do distrito de Beja foi levada a efeito pelo Executivo da DORBE do PCP que, na passada sexta-feira, publicou uma nota informativa na qual, ponto a ponto, dava conta das principais conclusões. Da situação da seca ao desemprego, passando pela preparação do próximo Congresso do Partido e pela actividade no âmbito parlamentar, eis essas conclusões:

• A crise da seca e o futuro

De acordo com os princípios e posições que o PCP tem vindo a defender, a DORBE solidariza-se com as medidas tomadas na reunião que hoje se realizou no Governo Civil em que estiveram representadas as forças dinâmicas do distrito (autarquias, sindicatos, associações económicas e cooperativas de agricultores) que exigiram um encontro urgente com o Primeiro-Ministro, em Lisboa ou em Beja, para debater e encontrar soluções para a galopante crise que esta região está a atravessar.

A DORBE do PCP, para além da solidariedade expressa, dispõe-se a contribuir activamente para o êxito dos objectivos aprovados naquela reunião.

• Desemprego em marcha

Os recentes factos ocorridos no campo laboral que lançaram ou ameaçam lançar no desemprego centenas de trabalhadores são motivos de preocupação para a DORBE. O despedimento de 70 trabalhadores do Matedouro Industrial de Beja e a privatização desta unidade de forma pouco transparente,

o encerramento da empresa agro-alimentar «A Pátria» de Moura, que deixa sem trabalho 80 pessoas, a incerteza quanto ao futuro das Pirites Alentejanas, as reestruturações anunciadas na Rodoviária Nacional, CP, EPAC e EDP, serviço de saúde e forças de segurança, a eventualidade da paralisação da fábrica de Concentrados do Roxo, o desemprego na agricultura que, só em Pias, deixa sem trabalho 180 operários trazem perspectivas angustiantes para a vida do distrito. Por tudo isto, a DORBE não pode deixar de continuar a combater a política governamental que despreza deliberadamente os interesses das classes trabalhadoras.

• Saúde

A legislação recentemente aprovada que prevê a extinção da ARS de Beja e o encerramento de algumas unidades de saúde do distrito motiva apreensão quanto ao futuro. As deficiências crónicas que até agora se têm verificado serão agravadas quando as medidas agora divulgadas forem concretizadas. É mais uma atitude governamental que, embora de âmbito nacional, prejudica a região, merecendo, por isso, a condenação da DORBE.

• A greve da Função Pública

A DORBE, considerando as justas razões que levaram os sindicatos da Função Pública à marcação de uma greve para o dia 13 de Novembro, exorta os trabalhadores deste sector para uma adesão em massa a fim de travar as intenções das propostas governamentais.

• O XIV Congresso

O XIV Congresso que se realiza em 4, 5 e 6 de Dezembro mobiliza as estruturas do Partido. O Executivo da DORBE acompanha toda a programação do Congresso (discussão das Teses, eleição de delegados e apoio logístico) e apela aos militantes a participação activa na Jornada Nacional de Propaganda que vai decorrer de 7 a 15 de Novembro/92.

• Autarquias locais

As eleições para as autarquias locais marcadas para Dezembro de 1993 justificam que já se estejam a fazer diligências na sua preparação. Os contactos com os actuais eleitos e com eventuais candidatos estão a ser realizados esperando-se que até finais de Janeiro possam estar definidos os cabeças de lista às Câmaras Municipais.

A DORBE manifesta a posição contrária à proposta governamental sobre a aplicação do FEF para 1993 que mais uma vez retira

aos municípios capacidade financeira para responder às suas atribuições e competências, com a agravante de tentar transferir para estas responsabilidades sobre áreas que o Governo não quer ou não sabe gerir.

• Actividade no âmbito parlamentar

No âmbito da discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 1993 a DORBE, através dos deputados do PCP eleitos pelo distrito de Beja, está a promover contactos com diversas organizações do distrito, designadamente para recolha de propostas para o PIDAC e também para o novo Plano de Desenvolvimento Regional/PDR.

Para acompanhamento da preocupante situação na Empresa Pirites Alentejanas, os deputados do PCP avistaram-se com a Administração da Empresa e com o Sindicato Mineiro e a Comissão de Trabalhadores, tendo concluído que a difícil situação da empresa resulta, sobretudo, de uma deficiente gestão, e que o Governo deve tomar as medidas adequadas para a recuperação da empresa.

Na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PCP propôs a todos os deputados e reivindicou ao Congresso a inclusão do Alqueva no próximo Quadro Comunitário de Apoio e o reinício urgente da sua construção, indispensável ao desenvolvimento do Alentejo e de Portugal.

Braga

A profunda-se a crise e desenvolve-se a luta

A DORBraga do PCP reuniu em plenário no passado sábado para analisar o movimento político e social, a política do Governo e as perspectivas da luta, o prosseguimento da actividade do Partido e a preparação do Congresso

1. Contra a política anti-social do Governo — cuja expressão mais ostensiva é, no presente momento, a sua proposta de Orçamento de Estado para 1993 e a publicação, para entrada em vigor da «Lei dos Disponíveis» da Função Pública — os trabalhadores e outros sectores da população afirmam a sua disposição de opor novas e mais poderosas formas de luta.

No Distrito de Braga, os trabalhadores da Administração Central e Local, professores, médicos, enfermeiros, mobilizam-se para participar na Greve Nacional do próximo dia 13. Contrariar a proposta governamental dos «aumentos» de 4,5 a 5,5%, recusar o desemprego, a transferência arbitrária dos trabalhadores da Função Pública já a partir de Janeiro de 93, são as reivindicações centrais e unificadoras desta luta.

Os estudantes da Universidade do Minho, também à semelhança dos seus colegas das Academias de todo o País, manifestam-se na 2ª-feira, dia 2, recusando o gravoso aumento das propinas que o Governo quer impor.

O operariado do Distrito continuam a enfrentar, por diversos processos e meios de acção e luta, as graves condições de exploração, a repressão patronal e a precariedade de emprego a que, com poucas excepções, estão submetidos nas empresas dos ramos industriais predominantes. Na luta actual em torno da contratação colectiva, designadamente, opõem-se à estratégia da CIP e do grande patronato de não permitir aumentos salariais acima dos 7% e avançam propostas que ultrapassam esse limite.

As suas organizações sindicais e outras, promovem em 24 de Novembro o Tribunal de Opinião Pública e anunciam para 12 de Dezembro uma manifestação Distrital, com o fim de denunciar as situações em que vivem e trabalham, apoiar as suas reivindicações e engrossar a sua luta.

Mais dificuldades para 1993

2. A proposta do O. E. 93 constitui um verdadeiro

pacto de capitulação às receitas impostas no Tratado de Maastricht que, a não ser revista, terá incidências de grande gravidade não só nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública!

O poder de compra, o nível de qualidade de vida de largas camadas da população serão de igual forma afectados;

A educação e o ensino público baixarão de qualidade e serão mais caros; haverá menos e piores escolas, menos apoios de acção social escolar, etc.

A Saúde, já hoje muito mais cara e com pior qualidade no atendimento, será, com a quebra de verbas que este Orçamento lhe atribui e como o novo estatuto do SNB, um privilégio e não um direito;

As prestações e os serviços da Segurança Social, menos e cada vez mais degradados;

Os impostos penalizarão ainda mais injustamente os rendimentos do trabalho;

Os meios financeiros a transferir às Autarquias (F.E.F.), diminuídos em termos reais, para fazer face a novas competências e maiores responsabilidades.

A filosofia restricionista (recessiva) da proposta orçamental aprofundará a crise em que defina a actividade económica produtiva, trazendo mais falências, mais desemprego, mais problemas ao desenvolvimento regional.

No momento em que, pela política do Governo, se perfila ainda maiores dificuldades para o ano de 1993, qualquer atraso na tomada de consciência dessas dificuldades, ou hesitação na resposta, por parte dos trabalhadores ameaçados, dos reformados e dos estudantes, da população em geral, das Autarquias, etc., facilitaria a aprovação pelo PSD, de um Orçamento pernicioso e deixaria o Governo com as mãos mais livres para prosseguir e acentuar a sua política de estagnação económica e injustiça social.

Ao contrário, a pronta resposta de todos, a confluência de grandes e pequenas acções de protesto com a greve de 13/11, a manifestação de 12/12 e outras que venham a ser decididas, a constituição de movimentos de cidadãos, para a defesa do direito à saúde, o desenvolvimento de acções de protesto envolvendo professores, pais e estudantes, em defesa da Escola e da qualidade do Ensino, da luta dos reformados e outros, farão o Governo e o patronato recuar nos seus propósitos.

A degradação do Hospital de S. Marcos em Braga

Comentando, em nota recentemente divulgada, aos notícias vindas a lume sobre as dificuldades que o Hospital de S. Marcos atravessa, o Organismo para as Questões da Saúde da DORBraga do PCP acusa a política de saúde do Governo de estar na origem da grave situação que se vive naquela unidade hospitalar bracarense. «É importante», diz a nota, «que a população se aperceba que esta situação não resulta de factores meramente conjunturais ou de "guerras" entre os médicos e a Direcção do Hospital, mas é a consequência inevitável da política do actual Governo no domínio da saúde, caracterizada pelo ataque sistemático a um dos grandes progressos conseguidos com o 25 de Abril, que é o direito à Saúde para todos os cidadãos». E a nota da DORBraga afirma ainda:

«Assim, a degradação do Hospital, pela via do seu estrangulamento financeiro, insere-se na mesma linha de outras medidas da política do Governo, como a imposição de taxas moderadoras, o aumento do preço dos medicamentos e diminuição das respectivas participações, a redução dos serviços de atendimento, terminando na aprovação recente do novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde que traduz o reconhecimento da total incapacidade da direita de resolver os problemas de saúde em Portugal, mais apostada no propósito de alijar as responsabilidades do Estado e fazer pagar aos utentes cada vez mais.

«A denúncia recentemente feita pelos médicos do Hospital de S. Marcos, revela que, às anomalias há bastante tempo conhecidas e denunciadas, tais como, a não abertura de novos serviços já com as obras concluídas há vários anos, a não aquisição de equipamentos necessários e mesmo as falhas de material de uso diário, se somam agora, o não pagamento das remunerações devidas aos trabalhadores do Hospital, com a inevitável desmotivação que esta situação, aliada à falta condições de trabalho, provoca.

«Os constantes comunicados e entrevistas do Presidente do Conselho de

Administração do Hospital podem, neste quadro, provocar na opinião pública um tremendo equívoco, dando a ideia que o que se passa é uma divergência entre o Conselho de Administração e os médicos do Hospital, quando na realidade o fundo da questão é toda uma política do Ministério da Saúde que provoca o estrangulamento financeiro do Hospital, esquecido talvez o ministro das falsas promessas que já fez como a da reclassificação do Hospital de S. Marcos a Hospital Central. É, aliás, cada vez mais claro para todos, que tal anúncio não passou de propaganda para caçar votos e calar protestos e que unicamente se espera uma oportunidade, para ser deixada cair definitivamente.

«O que as declarações e acusações do Presidente do Conselho de Administração fazem estranhar e que, tendo os médicos do Hospital denunciado deficiências, bloqueios e obstáculos, por ele mesmo já várias vezes referidos em entrevista e no próprio Relatório de Actividades do Hospital referente ao ano de 1991, este, apesar de nem um só daqueles problemas estar em vias de solução, em lugar de afrontar os verdadeiros causadores da situação, tenha resolvido, em autênticas manobras de diversão, denegrir os médicos do Hospital.

«Sem que devam ser ignoradas as responsabilidades de algumas entidades no desenvolvimento deste processo, o Organismo para as Questões de Saúde da DORBraga do PCP condena veementemente a política de saúde do actual governo que atinge duramente o povo e põe em risco nos seus direitos fundamentais, fazendo da Saúde um negócio e do doente um «cliente», com direitos ou não a ela, segundo a sua bolsa. Ao mesmo tempo, os médicos e trabalhadores comunistas da Saúde fazem apelo a que se constitua um amplo movimento de protesto contra a situação, de modo a obrigar o Governo a cumprir o que está constitucionalmente consagrado, um Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito a toda a população.»

PCP comenta decisões do Presidente da República

A propósito das recentes decisões do Presidente da República promulgando o decreto dos «disponíveis» e vetando o diploma sobre os «feriados», o Gabinete de Imprensa do PCP tonou público o seguinte comentário:

1. O PCP lamenta e discorda da decisão do Presidente da República de promulgar o decreto dos «disponíveis», abdicando de um veto político que, independentemente da provável confirmação do diploma pela maioria parlamentar do PSD, daria maior projecção institucional à oposição dos trabalhadores da função pública a essa gravíssima ameaça contra a sua estabilidade e segurança no emprego e, nesse sentido, representaria uma contribuição favorável para uma justa luta que, entretanto, é indispensável prosseguir e intensificar.

2. O PCP, que desde a primeira hora manifestou uma firme oposição a tais projectos governamentais, aprecia de forma positiva o veto do Presidente da República ao diploma instituindo alterações nas datas de celebração de feriados nacionais que assumiam um carácter particularmente chocante e

ofensivo no que respeita aos feriados evocativos de relevantes acontecimentos da história nacional.

Não sendo de excluir que o Primeiro-Ministro volte a ter o atrevimento de apresentar a rejeição deste absurdo diploma como mais uma tenebrosa manifestação de conservadorismo e de resistência à modernização, cumpre reafirmar que, nesta matéria, o que verdadeiramente constitui motivo de escândalo e de indignação é que, 18 anos depois da Revolução de Abril, Portugal tenha um Primeiro-Ministro e um Governo que manifestam um tão patente divórcio e hostilidade em relação aos valores democráticos e uma tão descarada intenção de amesquinhar e desvalorizar grandes marcos do percurso colectivo do povo português.

29.10.92

O Gabinete de Imprensa do PCP

DORVIR — Solidariedade nas lutas

A preparação do XIV Congresso do Partido e a análise da situação política e definição de tarefas do PCP no distrito de Vila Real foram os assuntos em debate na reunião da DORVIR realizada no passado sábado. No seguimento da reunião, a DORVIR divulgou um comunicado, no qual «manifesta a sua preocupação com a situação económica do distrito, que se tem vindo a traduzir no encerramento de diversas empresas, na falta de emprego e no progressivo abandono da região por trabalhadores e outros que buscam emprego na emigração e noutras cidades do País.

Na Agricultura prossegue uma situação de crescentes dificuldades que tiveram expressão dramática nas vindimas no Douro e noutras regiões e que se expressa também em diversas produções agrícolas e pecuárias.

Na maior parte dos concelhos, Câmaras e Juntas de Freguesia sujeitas a uma política governamental restritiva, revelam uma total incapacidade na rea-

lização de obras e na melhoria das condições de vida das populações.

A proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo/PSD à Assembleia da República, vai-se traduzir em mais impostos e maiores dificuldades para os trabalhadores, agricultores e reformados, vai-se traduzir numa redução real de verbas e maiores dificuldades para as autarquias e para a região.

A DORVIR do PCP apela a uma acção convergente de todos os transmontanos na defesa dos interesses locais e da região.

A DORVIR do PCP manifesta a sua solidariedade aos diversos sectores sociais e profissionais que se encontram em luta na defesa dos seus justos interesses nomeadamente os viticultores do Douro, os compartes dos baldios, os funcionários públicos, os mineiros e os estudantes universitários.

Acordo PSD/PS Cooperar sem reservas às ocultas do País

PS e PSD têm praticamente ultimado o acordo quanto à revisão constitucional extraordinária necessária à aprovação do Tratado de Maastricht. Ultrapassadas as diferenças residuais que separavam os dois projectos, para os seus autores, trata-se agora de dar os retoques finais na alínea referente ao reforço dos poderes da Assembleia da República.

Incidindo numa matéria de enormes repercussões para o futuro do País, o seu processo de discussão, pode dizer-se, termina assim do mesmo modo como começou: rodeado de secretismo, arredado de qualquer participação dos cidadãos. Também por essa razão, provenientes de vários quadrantes, não faltam as críticas a este acordo global PSD/PS, base de entendimento e cooperação que não pode deixar de constituir um motivo sério de preocupação.

Ao facto, em termos muito duros, se referiu na passada semana João Amaral, ao declarar em nome da bancada comunista a sua "surpresa e perplexidade" por um acordo que, quer quanto à oportunidade de revisão, sua extensão e incidência, quer quanto ao seu conteúdo, "não inova nem cria novos poderes para a Assembleia", limitando-se tão-só a tentar "uma compensação, insuficiente, para a perda dos poderes do Parlamento a favor dos órgãos da Comunidade" (ver intervenção do deputado do PCP na AR neste número).

Uma perda, que sendo em si mesma, um dos défices democráticos imputados à Comunidade, está porventura longe de ser um dos mais graves, se comparado, por exemplo, como lembrou João Amaral, com o "afastamento dos cidadãos dos órgãos de decisão", com a "falta de legitimidade desses órgãos" ou com a "negação dos mecanismos de

participação e intervenção cívica e popular nas decisões fundamentais (de que é exemplo claro o processo de elaboração do próprio Tratado de Maastricht)".

Razões, aliás, que não serão alheias ao percurso acidentado a que o próprio processo de aprovação do Tratado tem sido sujeito (veja-se o não dinamarquês ou a fragilidade do sim francês), colocando-o irremediavelmente em causa, de tal forma, que, segundo o deputado comunista, "não tem hipótese nenhuma de vigorar tal como está".

Mas os acordos que ligam PSD e PS num "bloco central pró-Maastricht" - para além de eludirem questões centrais que se prendem com o facto de o Tratado de União Europeia ser centralista, sacrificar o desenvolvimento e a economia real às exigências de convergência nominal e da moeda única, secundarizar a dimensão social da Comunidade, impor às economias menos desenvolvidas soluções desajustadas e cercar garantias essenciais de soberania - enfermam ainda de um outro aspecto da maior gravidade: a inviabilização prática de qualquer debate público alargado.

João Amaral foi mesmo mais longe e referiu-se à existência de um "acordo contra a realização do referendo", bloqueio este que se acaso se percebe "vindo da parte de um Governo que não suporta ver o País a discutir as suas decisões, que despreza os mecanismos de participação popular e que se comprometeu a fazer ratificar o Tratado a todo o preço", já o mesmo não se poderá dizer, tornando-se absolutamente incompreensível, "vindo de um partido como o PS que afirma repetidamente querer identificar-se com a vontade popular e com os problemas e questões que os cidadãos apresentam".

Economia a braços com recessão

No curto espaço de duas semanas, a situação económica do País voltou a concitar a atenção da Assembleia da República. Desta feita, na origem do debate, uma interpelação do PS destinada a avaliar neste domínio as orientações e resultados da política governamental. Novidades, propriamente, não se pode dizer que as tenha havido. Diferenças de fundo continuam a separar Governo e Oposição em questões centrais que dizem respeito ao futuro do País. Daí, sem surpresa, o fogo cerrado que de novo voltou a ter como alvo privilegiado as bancadas da maioria e do Governo. Em causa, uma política que o partido interpelante, pela voz do seu dirigente, António Guterres, definiu como responsável pela "mais grave situação económica" que Portugal enfrenta desde 1983, e que tem como principal consequência a "asfixia da economia real e das empresas".

Não menos duras foram as críticas oriundas da bancada comunista. Lino de Carvalho, contrariando o optimismo do Executivo, recordou a "forte desaceleração do crescimento do Produto e do Investimento" que está a atingir particularmente a agricultura e a indústria, advertindo que face a esta recessão não são nada animadoras as perspectivas futuras.

Para este estado de coisas, observou, existem evidentemente razões várias, uma das quais, disse, tem a ver com a opção do Governo por "forçar a convergência nominal da economia nacional com a economia europeia através de políticas monetárias não assentes na economia real". O desmantelamento de uma boa parte da estrutura produtiva do País a partir do processo de privatizações de empresas e sectores fundamentais, transferindo-as para grandes grupos económicos cuja lógica obedece sobretudo a interesses de ordem financeira e especulativa, foi outra das razões apontadas por Lino de Carvalho para explicar a situação actual.

Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Tudo continua na mesma: muito mal

Apesar dos votos favoráveis do PCP, PS, os Verdes e Deputados Independentes, a maioria da Assembleia da República não aprovou os projectos de Lei do PCP com os n.ºs 167/VI e 169/VI, tratando, respectivamente, de alterações ao Regime Jurídico do Enquadramento da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Era de esperar e porquê?

O CDS não tem qualquer política para esta matéria e é naturalmente inimigo visceral de propostas que visem alguma intervenção dos trabalhadores na vida das empresas, mesmo que estas possam beneficiar desse facto.

Por outro lado, o PSD, tendo igualmente uma política pautada por uma grande submissão aos interesses do grande capital e do patronato, apenas se tem limitado a cumprir nesta matéria, tardiamente e mal, alguns preceitos (os essenciais) a que está obrigado como País membro da CE.

Neste domínio, pode mesmo dizer-se que todos os compromissos assumidos pelo Governo (criação do Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, publicação dos diplomas necessários à implementação da Lei Quadro, e entrada em vigor de todo o sistema em 1 de Julho do corrente ano) foram totalmente desrespeitados.

«Foram palavras, só promessas, nada mais do que enganos», comentou o propósito a deputada comunista Odete Santos, antes de assinalar que nesta matéria o Executivo não revelou a mesma postura diligente que evidenciou com a publicação do pacote laboral e da lei antigreve.

Ora foi exactamente por entender que os tais precei-

tos mínimos que o PSD tem vindo a adoptar na nossa legislação não contêm efectivamente algumas disposições, designadamente da Direcção Quadro e ficando-se ainda aquém de outras obrigações, como as decorrentes da ratificação da Convenção n.º 155 da OIT, que o PCP decidiu apresentar em Maio de 1991 o seu próprio projecto de Lei Quadro.

Igualmente, e por razões de elementar justiça social, não poderiam ficar de fora as preocupações com as vítimas das más condições de trabalho que as empresas portuguesas, em regra, oferecem, pelo que as questões da reparação dos sinistrados, quando as indemnizações e pensões assumem valores irrisórios, ganham pela oportunidade.

«Há que pôr cobro à situação de miséria das vítimas do trabalho», enfatizou Odete Santos, justificando a apresentação do projecto de sua bancada na área da reparação exactamente pela necessidade de que «as medidas propostas quanto à prevenção conheçam um verdadeiro sucesso».

Importa entretanto referir — e este foi um dos aspectos realçados pela deputada comunista no decorrer do debate que as propostas do PCP relativas à prevenção têm uma formulação muito mais adequada, pragmática e operativa, o que só por si teria permitido que se tivessem a esta data criado condições de arranque de algumas estruturas de âmbito nacional, que se tivessem certamente definidos programas de formação, iniciadas linhas de investigação, estabelecidos protocolos com diversas entidades, bem como equacionado o problema dos Técnicos e também mais próximos da definição de modelos de organização dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde das empresas.

O Governo do PSD, que dizia em Maio de 1991 que a urgência em avançar era tão grande, que para não haver mais atrasos havia optado pela fórmula do Decreto-Lei e não de uma Lei, conforme era previsto, pouco ou nada alterou para que algo, de facto, se começasse a alterar. Os seus compromissos com

os Parceiros Sociais falharam sucessivamente, algumas propostas de diplomas são apresentadas num estado tão incipiente e remetendo em importantes aspectos para posteriores regulamentações e o que vai dizendo hoje é tão diferente do que disse ontem, de que é exemplo o que se passa com o Instituto, que paralelamente à irresponsabilidade e má-fé que o Governo mostra perante os Parceiros Sociais e o País se parece associar uma grande desorientação, resultado de incoerência e contradições no processo conducente à celebração do Acordo sobre Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

Face a este panorama, que não deixa de ser preocupante, sobretudo por exigências que se colocarão às empresas portuguesas a partir de Janeiro de 1993, a posição responsável do PCP não poderia ter outra saída que não fosse a reapresentação das suas propostas desta vez sob a forma de um projecto de alterações ao Decreto-Lei do Governo (n.º 441/91).

Nota de registo merece por fim a informação prestada pela bancada do PSD de que haveria uma Comissão Interministerial a tratar dos problemas da reparação dos acidentes e doenças profissionais. É caso para dizer: pela eficiência destas comissões bem poderão os sinistrados esperar.

Uma realidade a dar que pensar

Em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais, o nosso país continua a deter uma pouco invejável posição no quadro comunitário. Entidades insuspeitas, como a Fundação Dublin, revelam que Portugal na Comunidade Europeia está situado neste domínio no grupo de países de alto risco, sendo o que tem a mais elevada taxa de não participação dos representantes dos trabalhadores na Organização do Trabalho em condições de higiene e segurança, a par de ser também o país da Comunidade que menos promove a informação e consulta e a co-decisão dos trabalhadores.

Recordados por Odete Santos no decorrer do debate, estes factos reflectem-se, como não podia deixar de ser, nas condições de trabalho das empresas. E as consequências aí estão, com milhares de trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho, milhares de dias de trabalho perdidos, custos económicos e sociais acrescidos.

Testemunho disso mesmo, apesar de insuficientes e incompletos, são os dados estatísticos. Na sua intervenção, Odete Santos chamou a atenção para alguns. Falam por si:

"Abrimos as estatísticas da Justiça relativas a 1991 e verificamos que as acções com

base em acidentes de trabalho mortais aumentaram 30 por cento relativamente ao ano de 1986 e 20 por cento com referência ao ano de 1990.

"As acções baseadas em acidentes que provocaram desvalorização aumentaram cerca de 32 por cento relativamente ao ano de 1986 e 15,43 por cento relativamente ao ano de 1990.

"Como contraposição, o número de transgressões no período entre 1986 e 1991 por infracção a normas de Higiene e Segurança nos locais de trabalho não tem cessado de diminuir em cada ano, verificando-se entre 1986 e 1991 uma variação negativa de 70 por cento. Não admira. De facto o Governo não tem promovido a formação de quadros para intervenção na área de fiscalização do cumprimento de normas de higiene e segurança.

"Os acidentes mortais de jovens menores de 20 anos tiveram um aumento de mais de 50 por cento de 1990 para 1991.

"Para não falarmos já dos afectados de incapacidade permanente e dos trabalhadores entre 20 e os 39 anos, que viram aumentado em quase 60 por cento, entre 90 e 91, o número de acidentes de trabalho que os vitimam."

TRABALHADORES

CGTP organiza acções de protesto durante o período de discussão do OE/93

Quer a nível regional, quer por sectores, a CGTP desenvolverá um conjunto de acções de protesto contra a política do Governo. Em 19 do corrente haverá uma manifestação-desfile em Lisboa, que será antecedida por uma jornada contra os baixos salários, prevista para amanhã e por uma greve dos trabalhadores do calçado, convocada para amanhã e sexta-feira da próxima semana, coincidindo com a greve nacional na Função Pública.

Estas e outras acções sindicais decorrem durante o período de discussão do Orçamento do Estado (OE/93). A CGTP-IN dinamizará acções de informação junto dos trabalhadores e da população em geral, sobre política de saúde, impostos e segurança social.

O coordenador da Comissão Executiva da Central, Manuel Carvalho da Silva, disse a semana

passada em Coimbra que o objectivo dessas acções é «mobilizar os trabalhadores para resistirem à tentativa de limitação dos seus direitos que tem sido levada a cabo pelo Governo».

Aumento nas pensões é quase todo cobrado aos trabalhadores

Ao considerar «ridículo e vergonhoso» que o Governo se auto-elogie pelo recente aumento das pensões mínimas em 8,5 por cento e as restantes em 6,5 por cento, a CGTP-IN, que reclama aumentos mais substanciais, refere que o Governo «prevê uma transferência mínima de valores do OE para a Segurança Social» e que esses aumentos agora verificados, por pequenos que sejam, são «consequência quase exclusiva das con-

tribuições dos trabalhadores».

Segundo a CGTP, que emitiu uma nota sobre o assunto em 2 do corrente, os aumentos das pensões cifram-se em 1900 escudos para as do regime geral, de 1300 para as dos trabalhadores agrícolas, de 1100 para a pensão social e de 220 para o cônjuge a cargo.

Como a faixa etária abrangida está «fortemente necessitada de medicamentos, que este ano já aumentaram três vezes» (entre os 20 e os 30 por cento), acrescenta a CGTP que «um mínimo de solidariedade social impunha ao Governo que aumentasse as pensões pelo menos na média dos aumentos salariais havidos em 1992».

Para a CGTP, já que os beneficiários das pensões são «pessoas com os mais baixos rendimentos» não lhes deveriam ser aplica-

dos literalmente «os índices da inflação esperada, ainda por cima quando tais índices nem sequer são credíveis».

Por outro lado, a CGTP protesta por os aumentos terem sido decididos «unilateralmente». O Governo não ouviu ninguém sobre esta matéria e inclui-a no que designa por «desenvolvimento económico do País, projectado no tecido social».

O aumento das pensões, previsto para entrar em vigor no próximo dia 1, constitui para a CGTP-IN «um acto inacreditável de prepotência e arrogância política e social do Governo, já que é tomada numa altura em que ainda nem sequer começou o debate sobre o OE/93, em que, em sede de concertação social, também não se abordou tal matéria e em que a CGTP-IN foi convocada para dar parecer (no próximo dia 20 de No-

vembro) sobre o orçamento da Segurança Social no Conselho de Gestão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social». De acordo com o gabinete de imprensa da Central, esta «reclama que as pensões e reformas para 1993 sejam aumentadas por forma a corresponderem, no mínimo, a 55 por cento do valor do salário mínimo nacional para o mesmo ano».

Os novos valores das

pensões são: 24 700 escudos para o regime geral; 17 600 escudos para o regime especial dos trabalhadores agrícolas; e 15 700 escudos para a pensão social. Antes dos aumentos, esses valores eram de 22 800; 16 300 escudos; e 14 600 escudos, respectivamente.

Entre 9 e 13 do corrente, a CGTP promove uma acção nacional de sensibilização para o que se passa na Segurança Social.



Greve na CP

A cumprir-se o pré-aviso, os maquinistas da CP entrarão em greve às zero horas e um minuto de 11 do corrente. A paralisação de 72 horas, com termo previsto para a meia-noite do dia 13, coincide em parte com a da Função Pública. Os trabalhadores abrangidos pela decisão do Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, não filiado em qualquer das centrais, pretendem negociar o regulamento de carreiras, reduzir a idade de reforma e o horário de trabalho semanal, defender os postos de trabalho e fazer cumprir as normas de higiene e segurança. A convocação da greve veio a público sexta-feira.

Greve na Administração Pública Sindicatos desmentem o Governo

O Ministro não consegue explicar como serão atingidos os 9 por cento de aumento na massa salarial

Na reunião de 28 de Outubro, o ministro das Finanças «procurou convencer os sindicatos de que um aumento de 4,5 por cento nos salários corresponde a 9 por cento na massa salarial». Mas, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, Braga de Macedo «não conseguiu explicar como conseguiu tal proeza». Ainda segundo o STFPSA, «o

Governo mente sobre os disponíveis».

Integrado na CNS (Comissão Negociadora Sindical), aquele Sindicato, ao subscrever em 28 de Outubro um comunicado sobre a reunião com os membros do Governo, acrescenta que o ministro, quando pretende fazer depender as negociações salariais na Função Pública dos resultados a alcançar no Conselho Económico e

Social, quer ter, ele e o Governo, «o apoio das confederações patronais do sector privado para impor a contenção salarial».

Esta manifesta-se nos aumentos de 4,5 e 5,5 por cento. Depois da reunião da semana passada, nada se avançou nessa matéria que os sindicatos consideram em geral inaceitável como proposta para 1993.

«Frustradas as perspectivas quanto a salários», des-

taca o mesmo Sindicato, «o Governo mente sobre os disponíveis». Quando fala de «reestruturação», esta «não assenta em bases rigorosas e visa apenas a contenção orçamental e a precarização do emprego».

Maastricht

Debate e referendo — reclamam sindicatos

Como o Tratado de Maastricht não contempla a coesão social necessária e sofre de outras insuficiências, há organizações sindicais que, em documentos, alguns deles enviados à CGTP-IN, reclamam um amplo debate nacional e a efectivação de um referendo.

Ultimamente, tomaram posição contra a ratificação do Tratado, sem discussão nem referendo, a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual (FCTA); o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul (STIMMS); e nove organizações representati-

vas dos trabalhadores (ORTs) das novas empresas criadas a partir da Quimigal.

Além de insuficiências no plano social, essas organizações estão contra a imposição de «um capitalismo económico das multinacionais e dos países mais desenvolvidos», em prejuízo dos poderes soberanos do nosso país, que seriam transferidos para «outros órgãos de decisão supranacionais».

A FCTA, por exemplo, considera que, «à semelhança de outras congéneres europeias, deve a CGTP-IN tomar posição frontal contra o Tratado». Essa atitude, aliás, previsível, «só a honrará», afirma

a Federação, dignificando-a, «como é seu lema, perante todos os trabalhadores».

Em Coimbra, durante um plenário da União dos Sindicatos (USL), organização intermédia da CGTP-IN, era entretanto aprovado, por maioria com oito abstenções, uma moção dirigida aos órgãos de soberania, «rejeitando que qualquer decisão relativa à ratificação do Tratado de Maastricht seja tomada sem que o debate e o referendo sejam realizados e, em especial, opondo-se a qualquer alteração à Constituição da República Portuguesa à margem dos Portugueses e muito menos contra eles».

Despropositado o monumento ao empresário

A propósito da «espectacularidade» da inauguração do «chamado monumento ao empresário» na cidade do Porto, sábado, 31 de Outubro, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN), reunidos os seus corpos gerentes um dia antes, resolveu fazer algumas considerações e decidiu «condenar a demagogia que envolve o evento, bem como a participação das entidades oficiais que nele se deixaram arrastar por falta de isenção social».

Nas premissas de uma moção aprovada em 30 de Outubro, os corpos gerentes do STIEN, embora não

generalizem as críticas e acusações a todos os empresários, consideraram que «a existência de semelhante monumento constitui por inteiro uma afronta aos trabalhadores do sector e do distrito do Porto».

Os dirigentes do STIEN, referindo-se ao seu e a outros ramos de actividade, sublinham que existe «elevado número de trabalhadores com salários em atraso», em «chocante contraste com a ostentação de riqueza de muitos dos empresários agora homenageados».

Acrescentam ainda os mesmos dirigentes sindicais que é «elevado o número de crianças a trabalharem em

fábricas, na construção civil, comércio, calçado, etc.», elevado sendo também, e «injustificado, o número de trabalhadores contratados a termo», ou a prazo, quase sempre em «situações contrárias ao exposto na legislação».

O apadrinhamento da iniciativa, considera o STIEN, é «despropositado», pois, além das situações já referidas, verifica-se «repressão e discriminação de membros das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs)», bem como do pessoal sindicalmente mais activo. A moção contra o monumento foi enviada aos órgãos do poder.

CDU denuncia caos de Agualva-Cacém

A situação de caos urbanístico que se vive em Agualva-Cacém e noutras localidades do Concelho de Sintra «tem responsáveis, para além dos especuladores urbanísticos», considerou a CDU de Sintra em conferência de imprensa, que apontou como responsáveis «todos aqueles que na Câmara aprovaram projectos para construir em leito de cheias ou em terrenos da reserva ecológica nacional. São-no todos aqueles que aprovaram urbanizações sem qualquer equipamento, mal infra-estruturadas e com índices de construção duplos do que seria lógico», sublinhou-se.

A CDU, através dos seus eleitos na Câmara, «honra-se de sempre ter votado contra os projectos que, já implantados, tornam Agualva-Cacém naquilo que é». A CDU «honra-se igualmente de, na Câmara, haver votado contra outros projectos ainda não implantados e que, a sério, irão tornar a situação ainda mais grave».

Este posicionamento na Câmara tem sido acompanhado em outros órgãos autárquicos — Assembleia Municipal, Assembleia e Junta de Freguesia — com o protesto e exigência de medidas que impeçam maior degradação e combatam a já existente.

Por outro lado, do mundo de carências em infra-estruturas e equipamentos, das dificuldades à vida da importante comunidade de Agualva-Cacém, a CDU realça aquelas que são grandemente penalizadoras para a população: a acessibilidade rodoviária, o ambiente e o urbanismo que se pratica.

Os nós e as ribeiras

A CDU irá apresentar, em todos os órgãos autárquicos de Agualva-Cacém e Municipais de Sintra, a proposta de exigência ao Governo, através da Presidência da Junta Autónoma das Estradas, da construção de nós nas duas ligações da R. Elias Garcia ao IC 19 no Cacém de Baixo, antes da Mobil, e no Cacém de Cima, próximo do Intermarché. Estas ligações permitirão, desde logo, triplicar a actual acessibilidade, hoje dependente, no sentido Cacém-Lisboa, de um único acesso, o da Estrada de Paço d'Arcos, já sobrecarregado com o trânsito da zona industrial e urbanizações da área de Cotão e S. Marcos.

Será ainda apresentada proposta de exigência da construção da ligação da Rua Marquês de Pombal ao novo nó do Cacém de Cima e de reperfilagem com aumento de uma faixa de rodagem de toda a R. Elias Garcia, entre o Túnel e o

novo nó do Cacém de Baixo. Estas obras «permitirão a rentabilização dos novos nós, em termos de melhoria do trânsito interno no Cacém», considera a CDU.

Outro problema gravíssimo é o da Ribeira das Jardas, obstruída em grande parte do seu curso. A CDU irá apresentar em todos os órgãos autárquicos de Agualva-Cacém e Municipais de Sintra uma proposta de exigência ao Governo, através do Ministério do Ambiente, de estudo delimitativo do leito de cheia, com clara indicação de toda a área deste já ocupada com construções e com os consequentes estudos de medidas a tomar para a correcção da situação existente.

Urbanizações de terror

E prossegue a CDU:

«No caos urbanísticos que é Agualva-Cacém, a zona central do Cacém é, inegavelmente, a pior. São enormes blocos habitacionais de doze a quinze pisos, situados em leito de cheia; são enormes blocos atrofiando a Rua D. Maria II; é a total inexistência de estacionamento».

«Para o Centro do Cacém estão ainda aprovadas duas urbanizações de terror. Uma em leito de cheia, com estacionamentos abaixo do nível da Ribeira das Jardas, com imóveis de muitos pisos, situa-se entre a R. Elias Gar-

cia e a Ribeira. Outra, num terreno cujo declive desautoriza qualquer construção e para a qual não foram realizadas quaisquer sondagens referentes à possibilidade de deslizamentos, prevê a construção de centenas de fogos em imóveis que ultrapassam a dezena de pisos e situa-se entre a Ribeira e o IC-19.»

Estas urbanizações, «tal como as — em termos urbanísticos — criminosas ocupações já existentes, no Centro do Cacém, foram permitidas com os votos contra da CDU, mas com os votos favoráveis do PS, do PSD e do CDS». E recorda a CDU: «Hoje, autarcas de todas estas forças políticas, incluindo o actual Presidente da Câmara e alguns vereadores que até votaram a favor, mostram-se consternados e até afirmam que «no tempo deles nada disto permitirão». Há que testar a sinceridade de tais afirmações e há que tentar libertar a população de Agualva-Cacém de tais urbanizações, até porque as mesmas ainda não se iniciaram no referente à construção das enormes Torres», conclui-se. Neste sentido, a CDU irá propor na Câmara que sejam revistas, ou mesmo impeditas, as duas referidas e gravíssimas urbanizações. A CDU irá secundar esta proposta com intervenção nos restantes órgãos autárquicos, exigindo que esta medida, essencial para Agualva-Cacém, seja assumida pela Câmara.



O MDM quer assegurar um maior número de mulheres candidatas nas listas às autarquias (foto de arquivo)

Conselho Nacional do MDM

Mulheres querem mulheres no Poder Local

Garantir a eleição de mulheres para os órgãos de poder local nas eleições de 1993 e críticas ao Orçamento de Estado (OE) apresentado pelo Governo foram feitas pelo Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), reunido no sábado passado, que procedeu ao balanço do IV Congresso desta organização realizado em Maio passado e aprovou um plano de acção para os próximos meses cujo objectivo central é «a afirmação da actualidade da luta organizada das mulheres pelo reconhecimento e cumprimento dos seus direitos», bem como «a valorização da participação feminina em todos os domínios da actividade e o reforço do MDM».

Num comunicado emitido após esta reunião, o MDM afirma que «as opções assumidas pelo Governo no OE» irão acentuar o agravamento da situação das mulheres, nomeadamente com a redução dos gastos com a Segurança Social, subsídios de doença e de desemprego; a redução de verbas para a Educação cujos prejuízos recairão sobretudo para a implementação da educação pré-escolar e para o ensino superior e, finalmente, a redução de despesas com o pessoal «com graves repercussões para as/os trabalhadoras/trabalhadores».

Em Janeiro de 1993 o MDM irá promover um Encontro com eleitas e eleitos no Poder Local e activistas do MDM dos distritos de Lisboa e Setúbal, com a finalidade de «dinamizar acções que visam estimular a participação das mulheres na vida local, garantir um papel activo dos órgãos de poder local na defesa dos direitos das mulheres e sensibilizar os partidos para a integração de mulheres nas listas em lugares elegíveis» nas eleições autárquicas do próximo ano.

Outros debates estão desde já agendados para futuras iniciativas do MDM, com destaque para as reuniões em vários distritos para discutir as implicações da reestruturação das forças policiais e outras sobre o Tratado de Maastricht (com reuniões este mês na sede central do movimento e em Almada).

O MDM irá estabelecer contactos com atletas, federações desportivas e órgãos de Poder Local tendo em vista a eliminação das discriminações no desporto e a promoção da prática feminina de desportos.

O Conselho Nacional do MDM manifestou a sua solidariedade com as mulheres e o povo angolano e anunciou que irá continuar a desenvolver acções de solidariedade com as mulheres e o povo timorense e também uma campanha de solidariedade em Grândola dirigida às mulheres cubanas.

A edição de livro «Saberes e Fazeres das Mulheres do Algarve» e a criação de uma comissão dinamizadora do museu da Mulher Algarvia serão outras acções do MDM.

Afirmado em Encontro de activistas

CDU quer recuperar maioria em Setúbal

«Recuperar a maioria eleitoral e as presidências dos órgãos autárquicos do concelho é o objectivo político fundamental que deve motivar o nosso trabalho, competindo-nos ganhar para ele todos os setubalenses» — concluíram os eleitos e activistas da CDU que no domingo realizaram um Encontro Concelhio com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Para os militantes do PCP, Os Verdes e da Intervenção Democrática e outros independentes que participaram na iniciativa que teve lugar no Hotel Esperança, «Setúbal e Azeitão têm potencialidades suficientes para que o seu mais alto responsável ao nível da edilidade não se permita exibir — como o actual exibe — a amargura ou o complexo de estar na Área Metropolitana de Lisboa como um jogador de segunda classe». O Encontro denunciou a atitude de António Guterres, secretário-geral do PS, quando em recente visita ao concelho assumiu por completo a decisão de Mata Cáceres de retirar pelouros à CDU ao mesmo tempo que apontava a gestão das Câmaras de Lisboa e Setúbal como «exemplares da gestão socialista na Área Metropolitana de Lisboa».

A este propósito, Luís Sá referiu que «ao citar apenas estas duas Câmaras, António Guterres está-nos a dizer que a gestão da Câmara da Azambuja, também socialista, deixa muito a desejar. Mas

mesmo assim é falso afirmar que o PS tem três Câmaras na Área Metropolitana de Lisboa, porque a Câmara de Lisboa, na base do acordo PCP/PS para a Coligação que derrotou a direita em 1989, é porventura a maior Câmara que o PCP tem na região, predominantemente dirigida pelo PCP e seus aliados».

O Encontro da CDU traçou as linhas de força para a actuação dos seus eleitos nos órgãos autárquicos do concelho no ano de 1993, ano de eleições autárquicas, assente num vasto e profundo contacto com a população e as instituições, para além de promover um diversificado conjunto de iniciativas. «Para a CDU, nada do concelho pode ser indiferente» — disse-se. Foi ainda aprovada uma moção de solidariedade com a luta dos trabalhadores da Função Pública e da Administração Local.



Pormenor do Encontro Concelhio de eleitos e activistas da CDU em Setúbal, onde esteve presente Luís Sá

JUVENTUDE

Encontro Distrital de Setúbal da Juventude Comunista Portuguesa

Cerca de 200 jovens participaram no Encontro Distrital de Setúbal da JCP que no passado sábado decorreu no Edifício Arrábida, em Setúbal, contando com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP.

Logo de manhã, o rodopio de tanta juventude na Avenida 5 de Outubro, onde se situa o edifício que, como é sabido, alberga já os serviços da DORS e a curto prazo a Organização Concelhia de Setúbal do Partido, levava muita gente a dizer que «o Centro de Trabalho é hoje inaugurado» — convicção acentuada naturalmente pela fase final das obras agora mais aceleradas e visível ao nível dos acessos.

O Encontro subdividiu-se em painéis que trataram da «Situação das escolas, o movimento associativo e a JCP», «Os Jovens trabalhadores, e os trabalhadores-estudantes», «O trabalho autárquico, Eleições e a Juventude CDU», «A situação das escolas do ensino superior, as propinas e a

luta», para além de um debate preparatório dos Congressos do PCP e da JCP sobre «Democracia e Socialismo», cuja intervenção de abertura coube ao camarada Carlos Humberto, do CC e da DORS.

O interesse pelas questões do «socialismo real», o Tratado de Maastricht e o papel do Partido na actual conjuntura foi dominante.

De registar a inscrição na JCP de vários convidados, que aliás não tinham regateado a sua contribuição ao nível dos concelhos no período que antecedeu o Encontro.

A discussão dos vários painéis culminou na eleição dos organismos distritais de coordenação da JCP — do ensino superior —, e o encerramento, em plenário, tomando aí a palavra o camarada Carlos Carvalhas, foi o momento ainda de aprovar moções sobre o aumento das propinas e a solidariedade internacionalista, saudações aos Congressos do Partido e da JCP e um Manifesto aos Jovens.



Governo procura enganar os incautos

- excertos da intervenção de Carvalhas no Encontro de Setúbal da JCP

O PS pode dizer que agora sim, que acabado o acordo sobre a revisão constitucional vai finalmente ser oposição. Por sua vez o PSD pode também continuar a dizer que a sua política é a única solução, pode continuar com as suas mentiras e desculpas e a reafirmar que vivemos no melhor dos mundos...

Para nós é muito claro que não é agravando os problemas dos portugueses que se resolvem os problemas de Portugal, que não é através da diminuição dos salários reais que se resolve o problema da modernização e da competitividade da economia.

Navegando sob a bandeira de Maastricht, o Governo está a lançar uma violenta ofensiva global que vai contra a corrente das necessidades da economia e dos interesses e das condições de vida dos trabalhadores, dos reformados, dos pensionistas e de vastas camadas da população. Por isso, é particularmente urgente prosseguir e intensificar a denúncia e o desmascaramento desta política que viola direitos, garantias e conquistas, que degrada a democracia política, que foge ao controlo democrático que procede a um escandaloso saque de riquíssimo património público.

A regressão social e a desvitalização da economia avançam mas a resposta do Governo consiste em novas medidas de apoio à especulação financeira e à acumulação de capitais, como se pode verificar no projecto de Orçamento para 1993 que responde às exigências de convergência europeia do Tratado de Maastricht e às pressões do grande capital.

E foi neste quadro que o Partido Socialista, que afirma opor-se à governamentalização do Estado e identificar-se com os problemas e aspirações dos cidadãos, realizou, mais uma vez, um acordo com o PSD sobre a revisão constitucional que inviabiliza na prática qualquer verdadeiro debate nacional sobre o Tratado de Maastricht, bem como a realização de um referendo. Ao contrário do que o PS desejaria, este «bloco central» pró-Maastricht não será disfarçado nem com a pseudo-oposição verbalista do PS à política do PSD, nem com a chamada participação ou intervenção da Assembleia da República no sistema de participação de Portugal num processo de decisão comunitária.

É que este acordo, de facto, não inova nem cria novos poderes para a Assembleia e limita-se, pura e simplesmente, a tentar uma ínfima compensação, para a imensa perda de

poderes e de soberania que se verificará com a aprovação e entrada em vigor de Maastricht...

Depois do acordo com o PSD sobre a revisão constitucional, o PS fez chegar à imprensa a «boa nova» que agora sim, que agora iria começar «um novo ciclo», «a descolagem do PSD», a verdadeira oposição...

Esta divulgação por parte do PS à comunicação social, da sua nova postura é desde logo a confirmação implícita de que manteve até agora, no essencial, uma identidade de posições com o PSD, que a sua oposição mais não foi do que fogo verbal e retórico virado para a opinião pública.

Nesta situação incómoda o PS procurando limpar-se do «acordo de comadres» interpelou o Governo sobre política económica. Muitas das suas críticas, denúncias e propostas são críticas, denúncias e propostas que o PCP há muito vem fazendo. Mas estas não foram ao fundo da questão. O PS continua a diferenciar-se do PSD por um ponto acima ou um ponto abaixo na desvalorização do escudo, na taxa de inflação, nas exportações ou na balança comercial e a manter o seu silêncio e na prática o seu apoio ao escândalo das privatizações, à protecção dos lucros do grande capital, às indemnizações aos grandes senhores do 24 de Abril, aos benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas. O PS na interpelação ao Governo sobre a sua política económica, mais uma vez condena as consequências e alguns instrumentos da política do PSD, mas silencia a política de fundo, as causas estruturais...

O PS terá que dizer claramente se está pelo aumento das indemnizações aos senhores do 24 de Abril ou se pelo aumento dos reformados e pensionistas, terá que dizer se está de acordo com a privatização das empresas básicas e estratégicas e com o consequente desvio de recursos para a actividade especulativa ou se entende que tais recursos devem ser aplicados no investimento produtivo...

O PS ao estar com Maastricht, está com a desinflação abrupta e com a subalternização do crescimento económico e objectivamente com o consequente aumento do desemprego, do trabalho precário e da subalternização da dimensão social do desenvolvimento. Não há discursos inflamados que disfarçam estas opções. E nós, não esquecendo o nosso adversário principal, não podemos deixar de denunciar os compromissos e as ambiguidades do PS.

Nesta questão vale a pena recordar que nas Teses para o nosso Congresso se sublinha que, quanto mais claras se tornarem aos olhos das massas os compromissos do PS com a direita e quanto mais forte for o PCP e a nossa ligação e influência às massas, mais possível será a convergência e o entendimento necessário das forças democráticas para uma alternativa.

(...)

No momento em que o Governo procura desesperadamente amortecer a justa luta dos estudantes do ensino superior contra o aumento das propinas agitando um contrato social com (algumas) associações de estudantes, é oportuno informar e salientar que a verdade nua e crua dos números do Orçamento de Estado desmentem frontalmente tais promessas e põem em evidência o seu carácter demagógico.

Com efeito, andando o Governo a prometer uma melhoria substancial na acção social escolar no ensino superior, a verdade é que o total que o Governo se propõe gastar com os serviços sociais universitários (8,2 milhões de contos, ou seja pouco mais do que se propõe gastar em 1993 com o Centro Cultural de Belém) representa em relação a 1992 um acréscimo de apenas 69 mil contos; por outro lado, na parte do Orçamento respeitante ao investimento (PIDDAC) do conjunto do ensino superior o aumento real é apenas de 70 mil contos, o que retira qualquer credibilidade aos «compromis-

sos» agora assumidos pelo Governo em relação às residências escolares.

(...)

Seja em matéria de propinas, seja em relação às taxas moderadoras na saúde, seja em relação às calamitosas novas decisões que anunciam em relação aos Serviço Nacional de Saúde, o Governo procura enganar os incautos ou os mal informados apresentando a sua política como inspirada por razões de elementar justiça social e como visando pôr termo aos abusos dos ricos e ao escândalo que seria estes beneficiarem de serviços públicos gratuitos.

Trata-se de uma das mais descaradas mistificações em toda a rica história que nesta matéria o cavaquismo apresenta.

Em primeiro lugar, porque o Governo esquece sempre que o bom lugar para corrigir abusos e injustiças fiscais é exactamente na fixação dos impostos e aí a sua política longe de ser a de penalizar os altos rendimento é a de castigar os rendimentos do trabalho.

Em segundo lugar, se o Governo estivesse a falar a sério então teria de proibir os ricos de comprarem passe social e teria também de os fazer pagar as propinas pela frequência dos seus filhos no ensino primário e no secundário, de os fazer pagar uma parte maior que os outros cidadãos nos medicamentos comparticipados pelo Estado, teria de os fazer pagar mais nos correios, isto é, em tudo o que é subsidiado, ou participado...

Em terceiro lugar, porque os resultados concretos das medidas do Governo tomadas debaixo da falsa bandeira da justiça social e do alegado combate aos abusos dos ricos se traduzem sempre na penalização da grande maioria dos cidadãos e na apresentação como grande benesse de isenções de pagamento para cidadãos que já anteriormente nada pagavam.

Veja-se o que aconteceu com as taxas moderadoras: procuraram justificar a sua ampliação e encarecimento gritando que era um escândalo que pessoas que ganham 500 contos por mês nada pagassem nas urgências dos Hospitais. Mas a medida que impuseram foi que quer o cidadão que ganha o salário mínimo, quer o cidadão que ganha 500 contos passassem a pagar os mesmos mil escudos.

Veja-se o caso das propinas: alegaram e alegam com o facto de os filhos dos ricos pagarem propinas simbólicas logo agitando o exemplo de que alguns até iriam para a Faculdade de Mercedes.

Mas o sistema que aprovaram e querem impor conduz a que um rendimento anual de agregado familiar superior a 2 200 contos (157 contos mensais) já significaria o pagamento de várias dezenas de contos de propinas anuais.

Aliás, se a preocupação fosse a justiça social como se compreenderia que o Governo propusesse, por exemplo, uma actualização das reformas e pensões que nem cobre a inflação e paralelamente consagre novos aumentos de dezenas de milhares de contos para as indemnizações aos ex-monopolistas e latifundiários do 24 de Abril...

(...)

Vários foram os relatos neste Encontro que juntamente com a frieza dos números estatísticos mostram com clareza que os jovens e os jovens trabalhadores têm sido o principal alvo da política anti-juvenil e anti-social do Governo do PSD. O traço dominante da situação laboral dos jovens assenta cada vez mais na precarização do vínculo contratual, na discriminação salarial, na identificação da exploração...

As linhas de orientação da JCP para o distrito e a sua reforçada atenção junto dos jovens trabalhadores e dos trabalhadores-estudantes são uma boa resposta aos graves problemas que aqui foram debatidos. (...)

JCP de Leiria «Viva a Festa»

Os Jovens Comunistas do distrito de Leiria vão realizar o VI Festival de Juventude — «Viva a Festa», integrado na divulgação e preparação do IV Congresso da JCP.

Das iniciativas no âmbito do XIII Aniversário da JCP, destacamos:

— De 6 a 13 de Novembro — Exposição Política sobre a luta da Juventude Portuguesa e a actividade da JCP — Colectividade da Ordem na Marinha Grande.

— Dia 7 de Novembro — 14 horas — Torneio de Futebol/7 interconcelhos — Ciclo em Peniche.

— Dia 7 de Novembro — 18 horas — Café-Concerto «Música Brasileira ao Vivo» no Museu de Peniche, na Fortaleza, em Peniche.

Mais de 16 milhões de desempregados na CEE

A Europa dos Doze incapaz de combater a recessão

A Comunidade Económica Europeia chega ao final de 1992 com mais de 16 milhões de desempregados, quase 10 por cento da população activa, e um crescimento previsto do Produto Interno Bruto (PIB) que não excede os 1,7 por cento. As perspectivas para 1993 não são melhores: continuação da diminuição do emprego enquanto a população activa continua a aumentar e um crescimento do PIB que não deverá ultrapassar os 2,3 por cento.

Ao contrário das propaladas promessas de um radioso futuro comunitário na Europa sem fronteiras, o espectro do desemprego é uma realidade que afecta cada vez mais amplas camadas da população. De acordo com dados do Eurostat, o organismo estatístico da Comunidade, a Inglaterra registou em Agosto uma taxa de desemprego de 11 por cento, ou seja a mais alta verificada desde 1987. No mesmo mês, o desemprego atingia os 18,1 por cento na Irlanda, os 17,1 por cento em Espanha, os 10,6 por cento em Itália, os 10 por cento em França e os 9,7 por cento na Dinamarca. Nos restantes países, apresentados como tendo taxas de desemprego inferiores à média comunitária, a situação está longe de ser menos preocupante, embora a realidade continue a ser escamoteada. É o caso da Alemanha e de Portugal, por exemplo. No primeiro caso, continuam por contabilizar os desempregados no território da ex-RDA; no segundo, os números são no mínimo duvidosos, encobertos por generalizadas situações de precariedade de emprego e crescente recurso às baixas por doença nos sectores em crise.

Os trabalhadores europeus não ficaram de braços cruzados face a esta situação. Outubro foi um mês de luta por toda a Europa.

Cerrar fileiras

As lutas dos mineiros britânicos, a que fazemos referência nas páginas de noticiário internacional, têm naturalmente, pela sua dimensão, estado no centro das atenções. Mas não são as únicas. Em Itália, os mais diversos sectores sociais manifestam-se contra o plano de austeridade que o governo se propõe levar a cabo por imposição das autoridades comunitárias a troco de auxílio económico. Na Bélgica, greves e manifestações sucedem-se na indústria naval, nas fábricas de papel, no sector ferroviário.

A propósito da indústria



naval, cabe lembrar que também em Portugal a situação não é fácil, tendendo a crise a agravar-se com a convergência nominal imposta pelos acordos de Maastricht. A breve prazo, não é de excluir a nível comunitário a ocorrência de casos semelhantes ao do estaleiro Boel, em Tamise, na Bélgica, ameaçado de falência, o que justamente levou à ocupação das instalações pelos trabalhadores, no mês passado. Ainda na Bélgica, a sociedade Arjo-Wiggins, a primeira fábrica de papel da CEE, anunciou a supressão de 153 empregos nas suas dependências de Nivelles e Virginal. Por seu turno, os ferroviários belgas paralisaram a sua actividade em protesto contra a anunciada supressão de 6500 empregos. Também neste domínio a situação de crise é comum aos Doze, o que levou os sindicatos dos ferroviários da Comunidade, da Suíça e da Áustria (candidatos à adesão à CEE), a convocar uma paralisação de uma hora, no passado dia 27, em protesto contra uma directiva comunitária que encoraja as sociedades nacionais de caminhos-de-ferro a rentabilizarem a sua actividade através da privatização ou concessão parcial do transporte a empresas privadas.

A Bélgica e o Luxemburgo foram os países mais afectados. Em Portugal, a paralisação teve a adesão de 95 por cento dos 12 mil trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve, provocando atrasos, máquinas e carruagens paradas nas estações e supressão de alguns comboios. Em França, a greve levou à supressão de vários comboios de alta velocidade e afectou as ligações internacionais. O mesmo sucedeu na Suíça, com a supressão de comboios nas ligações com Paris, Lyon, Nice e Barcelona. Em Itália e Espanha as consequências foram menores, causando apenas atrasos. Os ferroviários britânicos e alemães, impedidos legalmente de aderirem a greves de soli-

diedade, manifestaram entretanto em comunicado o seu apoio aos colegas europeus. O mesmo fizeram os ferroviários austríacos.

De referir, a propósito, que o comissário europeu para a política de transportes, Karel Van Miert, num encontro com sindicalistas realizado no Luxemburgo no próprio dia da greve, responsabilizou os Estados-membros pela crise nos caminhos-de-ferro da Europa, frisando que as dificuldades sociais e económicas no sector são anteriores à produção de leis comunitárias sobre a matéria. Van Miert afirmou que "as leis propostas pela Comissão Europeia visam melhorar a situação financeira dos caminhos-de-ferro", mas não garantiu que tal não passe pela redução dos postos de trabalho no sector.

Futuro sombrio

As boas intenções, se as há, não têm contribuído para a resolução do problema do desemprego na CEE.

O reconhecimento é geral. No Parlamento Europeu, os mais diferentes grupos políticos abordaram a questão na sessão de Outubro, incluindo o LDR, em que se inserem os eurodeputados do PSD. Numa pergunta oral subscrita, entre outros, por Marques Mendes - actual ministro dos Assuntos Parlamentares - interroga-se a presidência britânica, tendo em conta o compromisso assumido de "concentrar no combate ao desemprego a maior parte do seu programa social", sobre as "medidas concretas que pretende tomar para fazer frente ao problema do índice elevado e cada vez maior de desemprego em toda a Comunidade". Uma questão curiosa, sobretudo vinda de um membro do Governo que, quando assumiu a presidência da Comunidade, não cumpriu nenhum dos seus anunciados objectivos.

Mas o mais curioso, no entanto, é registar a preocupação do dirigente do PSD,

pelos vistos só para consumo externo, já que a nível interno o governo a que pertence não se cansa de louvar a integração europeia. No texto que Marques Mendes subscreveu, reconhece-se que o "nível elevado de desemprego no conjunto da Comunidade" ocorre "num contexto de desaceleração económica em toda a Comunidade, de recentes perturbações nos mercados financeiros e de crescente pressão no sentido da correcção dos défices orçamentais em diversos Estados-membros, de que pode resultar uma tendência deflacionária generalizada, tudo isto parecendo concorrer para uma agravamento do desemprego".

Ou seja, admite-se que as políticas impostas pelos acordos de Maastricht estão a contribuir, entre outras coisas, para o aumento do desemprego.

O problema é que as "soluções" apontadas para fazer face ao problema continuam a insistir em estratégias que já provaram não resultar.

Isso mesmo foi recordado pelo eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, ao intervir a semana passada no debate sobre o desemprego, travado no Parlamento Europeu. Recordando que o crescimento do desemprego desde meados da década de 70 e primeira metade dos anos 80 foi travado à custa da segurança e da estabilidade do emprego, Sérgio Ribeiro fez notar que tal estratégia não resolveu o problema.

Só nos últimos dois anos foram suprimidos mais de 2,5 milhões de postos de trabalho e o número de desempregados ultrapassa já os 16 milhões. As perspectivas para 93 não são melhores.

Como conta a Comunidade de fazer face ao problema? - interrogou o eurodeputado, que sabe de antemão a resposta: "uma mesma estratégia, insistindo na precarização, na flexibilidade, numa política em que o social é a consequência arrastada da aplicação de critérios economicistas e mercantis".

Alerta geral

A Confederação europeia das indústrias do ferro e do aço, Eurofer, propôs à Comissão Europeia um plano de reestruturação do sector que passa pela liquidação de 50 000 postos de trabalho.

Em meados de Outubro, a Eurofer deu conta da "crise dramática" que atinge a siderurgia europeia e pediu à Comissão a implementação de "urgência" de um programa coordenado de apoio ao sector. Para a Confederação, as razões da crise são várias: quebra da procura na Comunidade (menos 10 por cento em 1992 em comparação a 1990); sobrecapacidade de produção na Europa, o que fez cair os preços (desde o início da década de 90 as receitas baixaram para metade); concorrência "desleal" dos países de Leste e bloqueio "injustificado" dos americanos às exportações para os EUA.

Face à crise, o remédio proposto é drástico: encerramento de centros de produção e redução de 50 000 postos de trabalho (num total de 380 000) em três ou quatro anos. Segundo a Eurofer, os custos resultantes destes despedimentos (estimados entre 40 000 e 50 000 ecus por posto de trabalho), deverão ser suportados em parte pelo orçamento e reservas da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) e em parte pelas indústrias. Mas, sublinha a Eurofer, para que as empresas possam pagar a sua parte é necessário que lhes sejam fornecidos meios. Por isso defende a regulamentação do mercado interno e a instauração de uma protecção eficaz deste mercado contra a concorrência externa.

Mas não é apenas a siderurgia que está a braços com uma grave crise e a perspectivar como única solução os despedimentos em massa. A indústria automóvel, que nos últimos anos viveu o seu período dourado, revela-se agora incapaz de competir com a "invasão" japonesa e a concorrência do Leste. Na Bélgica, a exemplo do já anunciado noutros países comunitários, os despedimentos estão na ordem do dia: 1100 na Volkswagen-Forest até finais de 1993; 1100 na Opel-Anvers até 1995 (ou na melhor das hipóteses até 1997); 350 na Renault-Vilvorde até 1999; etc..

Também as transportadoras aéreas estão a reduzir os seus efectivos. Chegou agora a vez da Swissair anunciar a liquidação de 1000 postos de trabalho até 1993.

Continua entretanto sem solução à vista o problema dos mais de 80 000 aduaneiros que a partir de 1 de Janeiro do próximo ano ficam sem trabalho.

Não é certamente um futuro risonho o que se anuncia para a Comunidade, ao contrário do que apregoam os arautos de Maastricht.

PE reconhece resultados das eleições em Angola

O Parlamento Europeu aprovou, na sua sessão de Outubro, uma resolução em que reconhece as eleições angolanas como "livres e justas" e condena "todas as manobras tendentes a ignorar ou a pôr em causa" os seus resultados.

A resolução, aprovada por larga maioria, lamenta "os casos de violência registados desde as eleições e que provocaram várias mortes" e apela "a todas as partes intervenientes para que respeitem rigorosa e plenamente os compromissos assumidos em Lisboa, que já permitiram a eleição de um novo Parlamento, bem como a primeira volta das eleições presidenciais".

A resolução, que pede ainda que "qualquer das partes que tente recomeçar as hostilidades seja condenada com a maior firmeza e submetida a sanções imediatas", não foi tão longe como gostariam muitos eurodeputados, designadamente na condenação explícita da Unita, responsável pelos dramáticos acontecimentos dos últimos dias.

O eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, foi justamente um dos intervenientes no debate sobre Angola a sublinhar essa responsabilidade. Fazendo notar a "inegável importância das eleições no processo de pacificação de Angola", Sérgio Ribeiro recordou as "reações dos vencidos dessas eleições" que, com o pretexto de irregularidades, "não hesitaram no recurso à agressão verbal e à violência para conseguirem o que pelo voto não alcançaram". Reclamando "o respeito pelos resultados que exprimem a vontade do povo angolano", o eurodeputado comunista condenou "com veemência todas as manobras que visam pôr em causa esses resultados com o pretexto de fraudes que não se provaram e os observadores internacionais desmentiram, e assim impor soluções contrárias à vontade expressa pelo povo angolano".

Lamentando os graves incidentes ocorridos em consequência de tais manobras e as vítimas inocentes desses incidentes, Sérgio Ribeiro responsabilizou "quem os provocou, não fugindo à referência explícita à Unita", e reafirmou o apoio dos comunistas "às decisões decorrentes do acordo de Bicesse, designadamente no que respeita à extensão a todo o território da administração estatal e ao desmantelamento dos exércitos partidários, que nada justifica que se reconstituam, a não ser essa intenção - e a prática em curso que se condena - de conquistar pelas armas o que os votos negaram".

INTERNACIONAL

África do Sul

O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, manifestou-se contrário à criação de um novo foro de negociações políticas em substituição da Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA).

Num discurso proferido numa reunião da Frente Patriótica (Coligação de Movimentos de Libertação) em Port Elizabeth, Sul do país, Mandela considerou que o processo de transformação tem sido, até agora, «lento».

«Até agora, nada correspondeu ao que era de esperar do carácter de urgência com que se devia caracterizar o processo de reformas políticas na África do Sul», disse o líder do ANC, apelando aos dirigentes políticos do país para elaborarem a redacção da nova Constituição e para eleger uma Assembleia Constituinte.

OLP

A OLP deseja apenas «uma paz justa e genuína» com Israel, garantiu o líder da organização, Yasser Arafat, em mensagem enviada aos israelitas por ocasião do primeiro aniversário da conferência de Madrid.

Mas, adiantou, para alcançar esta paz será «imprescindível» que Israel se retire dos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza e também de Jerusalém Oriental.

A mensagem, impressa em papel com o selo do «Estado palestino — OLP», é dirigida à opinião pública israelita e manifesta a esperança de que a mudança de governo em Israel permita o sucesso das conversações de paz.

«A nossa esperança foi, até agora, em vão, a julgar pelos resultados das conversações, que estão numa crise pela qual é responsável o novo governo de Israel», refere o texto.

O líder palestino assinala que sem uma mudança da «política de punho de aço e opressão», Itzhak Rabin, e sem uma retirada israelita da Cisjordânia e Gaza não haverá paz.

Arafat afirma ainda que a OLP «aspira ao diálogo com a opinião pública, os pacifistas e mesmo os que se opõem ao processo de paz» em Israel.

América Latina

Os bispos latino-americanos tomaram a defesa do ambiente e condenaram «a visão mercantil» segundo a qual a Terra é uma fonte «exclusiva de exploração e lucro».

Na Declaração de encerramento da 4.ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), os bispos consideram que os programas de desenvolvimento e de aumento da produtividade «devem ser subordinados a critérios étnicos» e não devem comprometer os recursos que permitirão as gerações futuras prover as suas necessidades.

Os bispos concluem que, na América Latina, «as grandes cidades estão doentes nas suas zonas centrais e sobretudo nos arredores miseráveis», enquanto, no campo, «a população indígena e o campesinato são desapossados das terras ou empurrados para as menos produtivas, e se continua a destruir as florestas na Amazônia e noutros lugares do continente».

Saara

A cidade de Laayun, no Saara Ocidental, foi palco dias 22 e 23 de Outubro de novas manifestações contra Marrocos, disse a Frente Polisário num comunicado divulgado em Argel.

A repressão das manifestações, «castigadas com sangue» pelas «forças especiais antimotim de Marrocos», fez «dezenas de feridos, dos quais 12 mulheres», acrescenta o comunicado.

Foram feitas «numerosas prisões» entre os manifestantes e houve feridos entre os «agressores», precisa o texto da Polisário.

«Os desmentidos marroquinos, mesmo sustentados pela cumplicidade de certos meios da MINURSO (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental), não podem mudar em nada esta realidade, de um ciclo de protestos/repressão que se amplifica e intensifica», conclui o comunicado.

A Frente Polisário referiu a existência de manifestações idênticas no início do mês e acusou a MINURSO de ter entregue os manifestantes às forças marroquinas. Marrocos desmentiu estas informações.

O referendo sobre a autodeterminação das populações do Saara Ocidental, inicialmente previsto para Janeiro deste ano, não se realizou devido a divergências entre Marrocos e a Frente Polisário.

Checoslováquia

Os primeiros-ministros checo e eslovaco assinaram em Praga dezasseis acordos sobre a futura colaboração entre as duas Repúblicas, depois da divisão da Checoslováquia, em Janeiro de 1993.

A assinatura teve lugar depois do regresso de Londres dos primeiros-ministros checo, Vaclav Klaus, e eslovaco, Vladimir Meciar.

Klaus disse que os acordos assinados criam condições «para a colaboração ao nível máximo» entre as duas repúblicas depois de Janeiro.

Meciar, pelo seu lado, qualificou a assinatura dos acordos como o culminar de uma etapa nos trabalhos para definir a futura coexistência entre os dois países.

«O desaparecimento do estado comum não significa necessariamente a eliminação dos interesses compartilhados», assegurou o primeiro-ministro eslovaco.

EUA/ELEIÇÕES: RESULTADOS OFICIAIS COM 87 POR CENTO DOS VOTOS ESCRUTADOS

WASHINGTON, 04 NOV (LUSA) - RESULTADOS OFICIAIS DAS ELEIÇÕES DE TERÇA-FEIRA NOS ESTADOS UNIDOS, COM 87 POR CENTO DOS SUFRÁGIOS ESCRUTINADOS:

BILL CLINTON - 38.394.210 VOTOS POPULARES - 43 POR CENTO TEM 349 VOTOS ELEITORAIS
VENCEU EM 29 ESTADOS E NA CAPITAL FEDERAL
LÍDERA EM TRÊS ESTADOS COM 16 VOTOS ELEITORAIS

GEORGE BUSH - 33.974.386 VOTOS POPULARES - 38 POR CENTO TEM 132 VOTOS ELEITORAIS
VENCEU EM 15 ESTADOS
LÍDERA EM TRÊS ESTADOS COM 41 VOTOS ELEITORAIS

ROSS PEROT - 16.573.465 VOTOS POPULARES - 19 POR CENTO NAO TEM QUAISQUER VOTOS ELEITORAIS
NAO VENCEU NEM LÍDERA QUALQUER ESTADO

LUSA/FIM

NNNN

EUA

Vitória de Clinton

Americanos apostam na mudança

No seu discurso de vitória, frente ao palácio do governo estadual do Arkansas, em Little Rock, o presidente eleito dos Estados Unidos, Bill Clinton, afirmou que a sua vitória constitui um convite para «enfrentar os desafios do pós-guerra fria», como a «reconversão da economia» norte-americana ou a luta contra a Sida.

«Esta eleição é um mandato para o nosso país enfrentar os desafios do final da guerra fria, a entrada no próximo século (...) e os problemas há muito ignorados, desde a Sida ao meio-ambiente, passando pela reconversão da economia», disse o novo presidente americano.

Só a prática dirá as mudanças que a nova equipa virá a imprimir na política norte-americana.

Entretanto, o primeiro presidente democrata nos últimos 12 anos centrou a sua campanha sobretudo nos problemas internos do país e em particular nos graves problemas socioeconómicos.

No plano da política externa, espera-se uma certa continuidade, com alguns elementos — contraditórios — de mudança.

Temos, por um lado, o preconizar da proibição geral de testes nucleares e da não proliferação das armas nucleares. Por outro, a defesa do papel de uma «força de intervenção rápida» para situações de crise internacional, embora se planeie reduzir (mais do que o presidente cessante) os gastos com a defesa.

A economia surge como a questão-chave do momento, e prevê-se que Clinton redefina a segurança nacional de modo a concluir a segurança económica.

Durante a campanha eleitoral Clinton prometeu lutar contra o crescimento da dívida pública, aumentando os impostos dos ricos e cortando despesas federais, nomeadamente na área da defesa.

Ao mesmo tempo, advoga o combate ao desemprego e ao défice de investimentos, inferior ao do Japão e da Alemanha.

Outra promessa eleitoral é a reforma do sistema nacional de saúde, num quadro em que cerca de 37 milhões de ameri-

mulada é de quatro biliões e gera juros anuais de 200 milhões de dólares.

O crescimento económico, que era de 1,6% em 1989, abrandou em 1990 e 1991, recuperando ligeiramente em 1992, para atingir os 1,4 por cento.

No entanto, um assalariado norte-americano produziu, em média, 45 100 dólares em bens ou serviços, em 1990, enquanto a produtividade de um alemão não ultrapassou os 37 850 dólares e o assalariado japonês produziu 34 500 dólares.

Uma alta produtividade per capita que não tem correspondência nos salários. Em termos comparativos, a nível mundial, os salários norte-americanos têm vindo a descer, e mesmo os salários dos licenciados registaram descidas reais, facto inédito desde a grande depressão da década de 30.

O desemprego é outro problema maior. Em Setembro, 9,7 milhões de pessoas, ou seja 7,6 por cento da população activa, estavam sem emprego. Número a que há que somar pelo menos um milhão de outros desempregados que já desistiram de procurar trabalho, não fazendo por isso parte dos números oficiais.

Apesar de se encontrar entre o grupo dos mais ricos, os Estados Unidos obrigam ainda 33,6 milhões de pessoas a viverem abaixo do limiar de pobreza, ou seja, 15 por cento da população.

A campanha de Clinton baseou-se no reconhecimento do declínio americano, fruto também do liberalismo selvagem antes apontado como panaceia — garantia de progresso.

Uma política hoje claramente contestada pelos americanos.

Múltiplas eleições
uma votação

As eleições de 3 de Novembro foram simultaneamente presidenciais, legislativas, estaduais e locais.

A par com a eleição para a Casa Branca, os norte-americanos escolheram 35 dos 100 senadores, todos os 435 membros da Câmara dos Representantes e um terço dos governadores, votando também para Assembleias estaduais e municipais e ainda em referendos locais.

O novo presidente só será empossado em 20 de Janeiro. Dia 14 de Dezembro, os eleitores presidenciais (que os eleitores elegeram na terça-feira como seus representantes) deverão reunir-se nas 40 capitais estaduais, depositando então oficialmente os seus votos.

No seu conjunto, todas estas votações foram claramente favoráveis aos democratas, que reafirmaram o seu domínio nas duas Câmaras.

O novo Congresso conta com um número recorde de mulheres, negros e hispânicos, e pela primeira vez um índio foi eleito para o Senado.

Nas mãos dos democratas desde 1954, a nova Câmara dos Representantes deverá ter 268 lugares para o partido democrático e 166 para os republicanos. Os democratas perderam dois lugares. No Senado, o partido democrático deverá aumentar a sua maioria neste órgão de 100 membros com 59 lugares, contra os 57 da anterior legislatura.

O representante democrata pelo Colorado, Ben Nighthorse, tornou-se o primeiro índio americano a entrar para o Senado.

Carol Moseley Braun, democrata do Illinois, é a primeira negra a ser eleita senadora. As outras cinco novas senadoras são igualmente democratas.

Cinco Estados do Sul enviaram para Washington os seus primeiros eleitos negros neste século, reforçando a presença dos negros tanto na Câmara como no Senado.

Dados significativos que reflectem também a vontade de mudança por parte da população norte-americana.

Europa

Trabalhadores em luta contra política anti-social

Mais de 5500 pessoas — por dia — perderam o seu emprego, no conjunto dos países da CEE e Estados Unidos, no período compreendido entre Julho de 1991 e Julho de 1992. Este ano, as bichas de desempregados contarão com cerca de 30 milhões de pessoas nos países da OCDE. Um grave problema socioeconómico e humano que tão-pouco assume carácter passageiro. Segundo estudos da Comissão Europeia, não se criam mais postos de trabalho (num saldo positivo tendo em conta os que são entretanto extintos) com um crescimento económico abaixo dos 2,5% do crescimento previsto tanto para este ano como para 1993.

Este um gravíssimo problema de fundo que reflecte e põe em causa toda uma política económica dirigida — sem sofismas — contra os interesses dos trabalhadores e mesmo os mais elementares direitos humanos.

E que, por isso mesmo, tem vindo a provocar, em diferentes países da Europa, movimentos grevistas e protestos populares, nalguns casos de grande envergadura.

No quadro da CEE, as políticas anti-sociais em vias de serem implementadas têm como pano de fundo a adaptação das economias nacionais ao projecto de Maastricht. Como se se tratasse de simples decisões técnicas, incontornáveis e neutras.

Ferrovíarios contra privatizações

Vinte e seis organizações sindicais de ferroviários, de catorze países da Europa (os países da CEE, mais a Austria e a Suíça), lançaram um apelo, com base numa plataforma comum, para diferentes formas de manifestação e acções coordenadas, contra a destruição dos serviços ferroviários públicos, em defesa de uma rede ferroviária pública, e pelo respeito por reivindicações sociais comuns.

Uma iniciativa particularmente importante, também porque une — numa acção comum — trabalhadores de diferentes países.

Esta uma resposta dos trabalhadores europeus à ofensiva contra os serviços públicos. Em 21 de Junho de 1991, em reunião no Luxemburgo, os ministros dos Transportes da CEE decidiram, por unanimidade, e sob pretexto de «harmonizar os transportes na Europa» na perspectiva do Mercado Único em 1993, acabar com os monopólios nacionais nos caminhos-de-ferro nos países da Comunidade.

Grécia

Greves gerais, paralisia do sistema bancário após semanas de paralisações de trabalho, desorganização da produção, marcam neste mo-

mento a vida socioeconómica da Grécia — uma verdadeira revolta dos assalariados contra a política do governo conservador de Mitsotakis (bastante semelhante à de outros governos que se apresentam como socialistas).

A pretexto da necessidade de equilíbrio das finanças públicas — exigência permanente do FMI e da Comunidade Europeia — o governo grego implementou uma política claramente anti-social: privatização dos transportes públicos de Atenas, com vagas de despedimentos; aumentos de preços, atingindo mesmo os 40% em certos produtos, nomeadamente os combustíveis; redução brutal das despesas públicas com reflexo directo na assistência social e no nível de vida dos assalariados.

De referir, que nestes últimos oito anos, a diferença entre os custos salariais na Grécia e a média comunitária aumentou de 35%, enquanto os aumentos regis-



tados na produtividade foram dos mais elevados da Europa.

Espanha

Os sindicatos de funcionários públicos da UGT e Comisiones Obreras convocaram dois dias de greve entre a última semana de Novembro e a terceira de Dezembro, contra o congelamento de salários.

Com estas greves, os funcionários públicos pretendem pressionar o governo a incrementar a subida salarial, prevista no projecto de orçamento geral para 1,2 por cento, quando a taxa de inflação prevista para o próximo ano é de 5 por cento.

O aumento dos funcionários anunciado pelo governo

ultrapassa ligeiramente os 4 por cento, mas a diferença com 1,2 por cento é devida a retroactivos derivados da inflação em 1992, de acordo com o acordado entre sindicatos e governo o ano passado.

Os sindicatos exigem pelo menos a manutenção do poder de compra dos trabalhadores.

Itália

Centenas de milhar de pessoas manifestaram-se em Roma e outras cidades italianas enquanto a primeira greve geral deste ano paralisava o país.

As grandes lutas que, no mês de Outubro, mobilizaram os trabalhadores italianos, visam a nova Lei Finan-

ceira do Orçamento — coordenada com a Comissão de Bruxelas — que prevê o congelamento dos salários, a destruição da Segurança Social, o aumento de taxas e impostos, o estrangulamento das reformas. Em Julho passado a escala móvel dos salários (em relação à inflação) e o direito dos trabalhadores de negociação no local de trabalho foram riscados, com o acordo dos sindicatos.

Neste momento, num país em que mais de oito milhões e meio de pessoas vivem abaixo do limiar oficial da pobreza, as próprias classes médias estão a ser atingidas.

Inglaterra

No curto espaço de quinze dias, Londres viveu duas

grandes manifestações de protesto contra a decisão governamental de encerramento de 31 minas de carvão, o que levaria ao desemprego de dezenas de milhar de trabalhadores.

Em certas regiões, o desemprego poderia mesmo atingir os 20% da população activa, num país em que a taxa de desemprego já está nos 10%.

A força do grande protesto, em que os mineiros contaram com a activa solidariedade das populações, e a reacção negativa mesmo entre sectores conservadores levaram o governo a um recuo parcial. Dez minas seriam encerradas imediatamente.

Da sorte das outras vinte e quatro se decidiria mais tarde.

Entretanto, os protestos contra a política económica do governo deverão prosseguir.

Bélgica

Dia 16 de Outubro, a jornada de solidariedade promovida pelos sindicatos contou com a participação de muitos milhares de trabalhadores por toda a Bélgica.

Centenas de concentrações. A maioria dos grandes armazéns abriu as portas uma hora mais tarde. As empresas das indústrias química, siderurgia, vidro, metalúrgicas, electricidade, paralisaram, na sua generalidade.

Em Gand e Charleroi, numa quinzena de empresas, a greve prolongou-se por todo o dia.

Esta jornada de luta vem em apoio da exigência dos sindicatos da abertura de negociações com vista a um acordo interprofissional 1993/94, e de um orçamento que preserve a segurança social, promova uma política activa de emprego e serviços públicos eficazes.



A paz é uma exigência de todo o povo salvadorenho

El Salvador Novo calendário da paz

O governo salvadorenho aceitou a nova data-limite de 15 de Dezembro proposta pela ONU para aplicação dos acordos de Paz, mas condicionou a redução dos efectivos das forças armadas à destruição do armamento da guerrilha.

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) já havia reafirmado o seu apoio ao novo calendário proposto pela ONU.

A Frente Farabundo Martí confirmou ainda que desmobilizará até dia 31 um terceiro contingente de 1600 combatentes, na sequência do acordado processo de desmobilização dos 8500 homens que integravam a força de libertação.

Até 15 de Dezembro será necessário resolver questões tão importantes como a distribuição das terras, a dissolução dos batalhões de elite do exército, responsáveis de inúmeros crimes contra as populações, e ainda fazer avançar um determinado número de reformas eleitorais e judiciais, e sobretudo tentar chegar a um acordo sobre a constituição de uma nova polícia civil.

Nestes últimos tempos, a direita tem prosseguido com actividades terroristas, nomeadamente atentados contra dirigentes da FMLN.

Recentemente, um grupo extremista paramilitar exigiu, na rádio, televisão e imprensa, a expulsão dos jornalistas estrangeiros do país, dos «traidores», e das forças da ONU para El Salvador, qualificadas de «peste branca».

Apesar disso, o processo de paz avança e os dirigentes da Frente Farabundo Martí reafirmaram que a paz é irreversível, e o seu empenho no desarmamento e integração na vida civil.

Angola: derrotadas provocações da Unita

Na Assembleia da República

Respeitar a vontade do povo angolano

Na passada terça-feira, pela voz do deputado Miguel Urbano Rodrigues, o PCP interveio na Assembleia da República sobre a situação em Angola:

A guerra voltou a assolar a terra de Angola. Pela televisão chegamos todos dias imagens da tragédia que se abateu sobre as populações daquele país irmão. A mortandade recomeça após três décadas de guerras encadeadas.

Todos os esforços, venham de onde vierem, desenvolvidos no sentido do restabelecimento da paz representam, desde que sinceros, uma contribuição positiva. Mas se a situação criada exige serenidade, exige também uma rude franqueza.

O comprometimento desinteressado e humanista a favor da paz em Angola implica consenso em torno de duas questões prévias:

1. O reconhecimento de que as eleições de Setembro foram livres e justas, pelo que os seus resultados devem ser respeitados.

2. O reconhecimento de que foi a UNITA que desencadeou a actual escalada de violência, ao recusar-se a aceitar o veredicto do povo expresso nas urnas.

A Assembleia da República não pode assistir como espectadora muda ao desenrolar do angustiante processo angolano.

Portugal, através do secretário de Estado da Cooperação, foi mediador nas negociações que levaram à assinatura dos Acordos de Bicesse, ora espeziñados. Impossível esquecer também que o nosso país mantém com o povo de Angola relações forjadas ao longo de cinco séculos de uma história que, para o bem e para o mal, se entrelaçou.

A Assembleia da República assumiu uma responsabilidade óbvia ao aceitar um convite que, através de uma delegação multipartidária, fez de deputados seus observadores internacionais nas jornadas eleitorais de 29 e 30 de Setembro.

Fui, como representante do Grupo Parlamentar do PCP, um dos membros dessa delegação da nossa Câmara. Visitei, com outros colegas, entre os quais o deputado Vítor Crespo, ex-presidente da Assembleia, três dezenas de secções de voto. Falei em todas elas com os delegados dos dois principais partidos. Não ouvi então uma só queixa de qualquer representante da UNITA. Quando as urnas foram abertas e se iniciou a contagem dos votos, a atmosfera era de tranquilidade social. Os protestos dos dirigentes da UNITA e as acusações de fraude somente principiaram a escutar-se quando os resultados divulgados revelaram que o MPLA e José Eduardo dos Santos levaram enorme vantagem sobre Jonas Savimbi e o seu partido.

A representante da ONU, uma alta funcionária de nacionalidade britânica, elogiou a exemplaridade das eleições no contexto africano, tendo em vista as dificuldades técnicas que foi necessário superar. Essa foi também a opinião da esmagadora maioria dos quase 800 observadores internacionais.

Entretanto, a Direcção da UNITA quando se tornou transparente a derrota, respondeu desafiadoramente ao voto popular. O seu presidente, tripudiando sobre a letra e o espírito dos Acordos de Bicesse e contradizendo declarações que fizera no seu último comício em Luanda, fechou as portas ao diálogo, comprometendo a própria realização de uma segunda volta na eleição presidencial, pois o candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos, obteve 49,5% dos votos, alguns décimos a menos do que o necessário para a maioria absoluta.

A UNITA não se limitou a recusar os resultados eleitorais alegando fraudes, sem delas ter feito prova.

Savimbi começou por se negar ao diálogo com o Presidente José Eduardo dos Santos. Saiu secretamente de Luanda para o Huambo e retirou os generais da UNITA do comando integrado das novas Forças Armadas de Angola.

Foi o prólogo da escalada de violência contra o Governo legítimo de Angola, cujo partido, o MPLA, obteve maioria absoluta nas eleições.

Os factos fundamentais são de transparência meridiana.

Foram elementos da UNITA que provocaram os pri-

meiros choques sangrentos em Luanda e assassinaram no Huambo o escritor Fernando Marcelino e a sua mulher e irmã. Foram tropas da UNITA que atacaram e tentaram ocupar o aeroporto de Luanda e praticaram ali uma chacina (das vítimas três eram portugueses). Da UNITA eram também os destacamentos que tentaram destruir o Jornal de Angola e a Televisão Popular de Angola bem como a sede do Comité Central do MPLA. São igualmente militares da UNITA que, em diferentes províncias, assaltam os quartéis da polícia e procuram ocupar pontos estratégicos e os edifícios da administração central.

Utilizando condições criadas pelos acordos de Bicesse, a UNITA, que não desmobilizou o aparelho bélico das FALA, introduziu forças militares em regiões onde a sua presença fora sempre inexpressiva e trata de assumir agora o controlo dos capitais e cidades que nunca ousara atacar. Entretanto, desrespeitando os compromissos assumidos, não permitiu que a Administração Central se instalasse em áreas por ela controladas no centro e sudeste do país.

Essa é a sua resposta ao voto soberano do povo de Angola que lhe foi desfavorável.

A irracionalidade da escalada de violência da sua iniciativa insere-se, segundo muitos observadores, num plano concebido com antecedência e que contaria com complicitades internacionais.

Que pretendia? Balcanizar Angola?

No actual contexto, são especialmente preocupantes, justificando inquietação na comunidade internacional, as posições assumidas nas últimas semanas pelo Governo de África do Sul. Declarações recentes do ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, Sr. Pik Botha, justificam o temor de que o Estado sul-africano retoma uma perigosa estratégia, essa sim de intervenção directa nos assuntos internos de Angola. Em momento algum a república do apartheid exortou os dirigentes da UNITA a respeitarem os resultados das eleições. Pretória faz precisamente o contrário. O ministro Pik Botha fala agora de partilha de poder em Angola, alegando que em África a democracia representativa tem regras próprias e diferentes. Sugere, nomeadamente, o arquivamento dos resultados do voto popular. Na prática o governo racista da África do Sul desejaria ensaiar em Angola uma caricatura daquilo que propõe para o seu próprio país, onde 4,5 milhões de brancos pretendem manter o poder real, tripudiando sobre os direitos de 21 milhões de negros e mestiços.

Não menos inquietantes são as notícias que chegam através de denúncia do ANC, e também de Luanda, segundo as quais tropas do famigerado Batalhão Búfalo já teriam penetrado em território angolano.

Que jogo está a fazer a República da África do Sul? Que pretende?

Uma certeza: a ambiguidade das suas iniciativas diplomáticas e o apoio dispensado à UNITA têm implicações negativas no conjunto da África Austral, contribuindo para a atmosfera de desestabilização/crescente na Região.

Não aceitamos como adequada à situação criada em Angola a posição daqueles que se calam ou procuram, recorrendo a artifícios, distribuir equivalentemente responsabilidades pela UNITA e pelo MPLA.

As Nações Unidas — nunca é de mais repetir essas palavras — afirmaram, através da representante da Unavem II, que as eleições foram livres e justas. É portanto equívoco, para não dizer suspeito, o feixe de apelos ao entendimento entre as partes formulados por vários governos e organizações internacionais. Que se fale de diálogo compreende-se, mas à luz do direito e do respeito pelo povo de Angola não pode haver entendimento que não passe pela aceitação dos resultados eleitorais. Ora, Savimbi pretende alcançar pelas armas aquilo que o povo lhe negou pelo voto.

Quaisquer pressões exercidas sobre o Governo legítimo de Angola e o seu Presidente para que eles negociem nos bastidores uma partilha de poder configuram, na prática, ofensa à democracia e desrespeito pelo veredicto das urnas. Tal atitude implica desprezo pela soberania do povo angolano e apoio indirecto aos que desafiam recorrendo à força.

É amoral pôr no mesmo prato da balança um governo e um partido que, atacados, defendem as instituições e a ordem pública depois de vencerem as eleições e aqueles que, regeitados pelo povo, pegam em armas.

O Estado angolano está a defender a democracia e a liberdade; a UNITA levantou-se contra ambas. A UNITA, mais uma vez, subestimou o MPLA e o horror do povo à guerra.

A história é fértil em exemplos de situações dramáticas em que o silêncio sobre factos que são de conhecimento muito generalizado envolve culpabilidade indirecta com os responsáveis por monstruosas violações dos direitos humanos.

Esta é uma dessas situações. Estamos perante o desenvolvimento alarmante de um processo de violência irracional em cuja preparação o factor subjectivo pesou decididamente.

O Presidente da UNITA tem actuado sistematicamente como um caudilho brutal cujos crimes inspiram horror a milhões de angolanos. Cumpro um dever ao informar desta tribuna que em Luanda, de personalidades e cidadãos com formações muito diferentes, ouvi relatos de episódios degradantes que envolvem a pessoa de Jonas Savimbi.

Alguns foram resumidos pela comunicação social portuguesa.

As vítimas de prepotência criminosa do Presidente da UNITA não foram apenas antigos companheiros seus. Pormenores da chacina colectiva de mulheres queimadas na Jamba em auto de fé, sob a acusação de fazerem feitiços que provocaram derrotas das forças da UNITA, são comentadas de Cabinda ao Cunene. O tema foi tratado, inclusive em poema publicado no Huambo e que anda de boca em boca. Está em targetas de cartoons distribuídos em Luanda.

A defesa do Presidente da UNITA, para todos quantos são sinceros na luta pelos direitos humanos e pela democracia, torna-se, a partir de agora, uma incoerência. Porque ela implicaria uma negação de valores indissociáveis do respeito pela dignidade dos homens e dos povos.

Desde épocas remotas, no caminho incerto do processo civilizatório, a humanidade tem gerado incontáveis Savimbi. Entregues a si mesmos, a fome de violência, a ambição não são suficientes para que essas criaturas empreendam largos voos. O perigo vem da instrumentalização. É e o que mais uma vez parece estar a acontecer.

Afigura-se-me pertinente a pergunta: que forças, que objetivos estarão por trás do desafio e da violência irracional partidos de um aventureiro cuja trajetória lhe tira toda a credibilidade, de um político que não é merecedor do benefício da dúvida?

O Governo português, repito, tem, como mediador do processo que culminou com os Acordos de Bicesse, responsabilidades especiais no acompanhamento da gravíssima crise angolana.

Informou, como era seu dever, a população das medidas tomadas para garantir a eventual repatriação dos portugueses que, envolvidos pela guerra, pretendem regressar ao nosso país. Falta, porém, uma definição clara sobre o significado da rejeição da UNITA de voto popular que os seus dirigentes se haviam comprometido a aceitar democraticamente qualquer que ele fosse.

O Grupo Parlamentar do PCP, na fidelidade aos seus princípios, entende que a contribuição portuguesa para a paz em Angola torna indispensável que a linguagem da verdade prevaleça sobre a tentação do silêncio e a retórica dos apelos ociosos que omitem factos indismutáveis de importância decisiva.

Repito: o restabelecimento da paz em Angola, tão desejado pela humanidade, passa pela aceitação dos resultados eleitorais. Não há como esconder a evidência.

O povo de Angola manifestou a sua vontade soberana e é preciso que a mesma seja respeitada. As eleições foram livres e justas e deram vitória a José Eduardo dos Santos e ao MPLA.

(Intervenção do deputado Miguel Urbano Rodrigues na sessão plenária de 3 de Novembro de 1992)



A situação em Angola e as dificuldades do sr. Cohen

■ A. Vilaverde Cabral

O sr. Herman Cohen reconheceu que o dr. Jonas Savimbi «parece ter dificuldade em aceitar os resultados de eleições em que ele não seja o vencedor».

Foi um passo no bom sentido, apesar da linguagem retorcida reveladora da dificuldade que o sr. Cohen encontra quando tem de criticar o seu protegido de sempre.

O sr. Cohen, no entanto, sentiu a premente necessidade de dizer que a atitude de «o vencedor leva tudo» (winner takes all) do MPLA, mais «a actuação da polícia» estavam a causar muita tensão e a «crispção das partes».

É, de novo, a tendência para absolver o culpado e, ao mesmo tempo, tentar lançar culpas sobre a vítima. Quem tanto insistiu nas eleições e reconhece que elas foram «globalmente livres e justas», só com o recurso ao malabarismo verbal pode agora vir deitar tantas ou mais culpas sobre o vencedor como sobre o vencido que se recusa a aceitar o veredicto das urnas. Mas é isso que está, infelizmente, a acontecer.

Em Angola, todos o reconhecem agora, a Unita lançou uma «ofensiva generalizada» (TSF) em todo o país. Objectivo: tomar conta das principais cidades, nomeadamente as capitais provinciais. Ao que parece, no Huambo, os homens de Savimbi conseguiram, se não o controlo total, pelo menos um forte domínio sobre a maior parte da cidade. Houve ataques em outras cidades, nomeadamente em Benguela, Lobito e até em Ndalatando, a capital do Kuanza Norte, província onde a Unita não dispõe de praticamente qualquer apoio, como ficou amplamente demonstrado com as eleições. O roubo de diamantes na Lunda Norte tem sido outra constante da organização de Jonas Savimbi. Esta ofensiva contra o

resultado das eleições veio, mais uma vez, demonstrar a cupidez dos unitas.

Estas acções da Unita vieram por a nu aquilo que o MPLA andou a dizer durante ano e meio e a que a comunidade internacional fechou deliberadamente os olhos: a Unita usou a paz para se implantar militarmente em todo o país, nomeadamente nas cidades. Enquanto impedia por todos os meios - incluindo a pressão político-diplomática internacional - que o Governo chegasse com a administração aos territórios que considera como sua coutada (a Jamba e adjacências, por exemplo), a Unita foi-se instalando com armas e bagagens nos locais onde nunca tinha conseguido chegar.

Um dos pontos fracos da Unita durante as negociações que terminaram a 31 de Maio de 1991 em Bicesse era o de que a organização de Savimbi não tinha conseguido entrar em qualquer capital provincial. Ficou conhecida como a «guerra dos 45 dias» a tentativa desesperada, travada apenas no dia da assinatura dos acordos, da tropa da Unita para tomar Luena (antiga Luso), a capital da província do Moxico, no Leste do país. O povo da cidade sofreu horrores durante esses 45 dias. Mas a Unita não entrou. Juntamente com a população, as FAPLA impediram a entrada da horda de Savimbi.

Depois de assinados os acordos, com o pretexto de fazer a segurança a dirigentes e instalações, a Unita infiltrou milhares de homens das FALA nas cidades. Os «comités-piloto» (designação das organizações de base e suas instalações físicas) da Unita tornaram-se quase todos em verdadeiros quartéis cheios de militares e de armas de todo o tipo. Isso foi constantemente denunciado, mas sempre ignorado pelos órgãos encarregados de fiscalizar o

processo, a CMVF (Comissão Militar de Verificação e Fiscalização) e a UNAVEM II. Foi a repetição, às claras, do velho ardid de Ulisses. Os unitas nem precisaram de um cavalo de madeira para entrarem nas cidades angolanas.

Foi a partir de dentro que a Unita desencadeou os ataques contra muitas das cidades. Essas acções não foram protagonizadas por apoiantes locais insatisfeitos com qualquer espécie de burla eleitoral. Os ataques foram desencadeados pelos militares das FALA, na sua esmagadora maioria de origem camponesa e de etnia umbundu.

O sr. Cohen não fala verdade

Mas voltemos ao sr. Herman Cohen. Foi positivo que esse governante norte-americano tivesse reconhecido a «dificuldade» de Savimbi em aceitar os resultados eleitorais. Mas as referências ao MPLA e à polícia são mentirosas. O MPLA, pela sua mais autorizada voz, a do Presidente José Eduardo dos Santos, afirmou, depois das eleições, estar pronto a fazer um governo de «unidade nacional» com a participação da Unita. Isto não é uma atitude de «vencedor leva tudo». A polícia, por seu lado, tem sido vítima constante de provocações e ataques por parte da Unita. Mesmo antes do acto eleitoral, homens das FALA atacavam quase todos os dias um ou mais postos da polícia, tendo assassinado muitos agentes e ocupado algumas instalações. Depois do acto eleitoral, esses ataques redobram em número e intensidade, tendo chegado à própria capital.

Aquilo a que estamos a assistir nestes

primeiros dias de Novembro é a consequência lógica de tudo quanto está para trás. A polícia, o povo e, certamente, também o MPLA cansaram-se de assistir aos desmandos da Unita e à chantagem permanentemente exercida por Savimbi.

As próximas semanas serão decisivas para o evoluir da situação em Angola. Mas não se deve esperar que tudo possa ser pacificado a breve prazo. A resistência da Unita ao veredicto popular nas urnas vai certamente continuar ainda. Tanto mais que já se fala em apoios da África do Sul a Savimbi.

Se, no plano estritamente militar, o MPLA, por ter cumprido escrupulosamente os acordos, parece estar mais fraco do que seria de desejar para que o veredicto das urnas possa ser cumprido, a verdade é que a Unita está muito mais fraca a todos os níveis. No plano da direcção, não pode deixar de haver divergências fortes entre o círculo mais íntimo, familiar e extremista que rodeia o chefe Savimbi e os outros dirigentes, mais ligados a actividades civis. O (eventual) desaparecimento dos irmãos Pena (Elias Salupeto e Arlindo Chenda, o general Ben-Ben) constitui, a confirmar-se, um golpe muito rude no grupo dos savimbistas indefectíveis.

A comunidade internacional só resta um caminho: o de desautorizar Savimbi e quem quer que lhe forneça apoio para continuar a luta contra o martirizado povo angolano. Qualquer tentativa de «separar as partes» terá de ser vista como uma tentativa de fazer tábua rasa sobre o processo que levou às eleições e, também, como uma contribuição para a divisão do país. O povo angolano votou e decidiu. Aos outros apenas cabe reconhecer e apoiar a decisão dos eleitores.

Maastricht e os interesses dos trabalhadores

Aqueles que pensaram ser possível aprofundar subrepticamente uma política integracionista gravemente lesiva dos interesses dos povos e em particular dos trabalhadores, enganaram-se redondamente nos seus cálculos.

Pela primeira vez, desde há décadas, grandes massas questionam a natureza da integração europeia e reivindicam o direito a ter uma palavra a dizer em decisões de importância capital para os seus destinos.

O Tratado de Maastricht, definindo as orientações estratégicas das multinacionais para a fase actual do capitalismo monopolista de Estado transnacional, resultante dos avanços dos processos integracionistas em curso na Europa, veio agitar as forças políticas e sociais da Comunidade, pondo a nu a existência de um profundo fosso entre os interesses e as aspirações das massas populares e os órgãos de decisão política.

Independentemente do desfecho final da batalha contra as consequências de Maastricht, uma coisa é desde já uma evidência e também uma grande vitória: os eurocratas de Bruxelas e os seus acólitos em cada país não podem continuar a cozinhar silenciosamente os "pratos" ditados pelos interesses da alta finança comunitária, contra os interesses dos trabalhadores e dos povos.

Dando-se conta do crescente descontentamento que lavra por toda a Europa Comunitária, os chefes de Governo ensaiaram na recente Cimeira de Birmingham uma grande operação propagandística com vistas a desfazer temores e descontentamentos das massas populares quanto ao rumo da comunidade e o aprofundar da sua crise.

Não deixa entretanto de ser significativo do seu carácter farisaico, o facto de serem precisamente aqueles que nos seus países limitam direitos, desfiguram os regimes democráticos, e recusam dar voz aos povos, a dizer ser necessário mais democracia, mais informação e mais participação dos cidadãos.

A grandeza e a amplitude do descontentamento e da luta que em menor ou maior grau se desenvolve por toda a comunidade, não é desligável da crise económica, social e política que de um ou outro modo atinge todos os Estados membros de uma Europa onde não cessa de crescer o número de excluídos e onde se adensam os fantasmas do xenofobismo, do racismo e do fascismo.

Prosseguir o esclarecimento sobre o verdadeiro carácter de Maastricht, combater as suas consequências é de grande importância para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, mas é-o igualmente para o presente e para o futuro da sua luta por uma verdadeira Europa de paz e cooperação, em que Estados, pequenos ou grandes, sejam considerados em pé de igualdade e as interdependências não sejam sinónimo de dependência, de abdicação da independência e soberania nacionais. O desmascaramento de todos aqueles que, dizendo situar-se no campo da esquerda e dos interesses do mundo do trabalho se colocam objectiva e subjectivamente no campo da Europa das multinacionais, mistificando a verdadeira natureza de Maastricht, a começar pela mistificação que pretende separar a natureza da União Política e Económica da natureza das forças que a determinam, é igualmente de grande importância para a convergência e a unidade dos que lutam contra as consequências de Maastricht.

Barros Moura, conhecido defensor de Maastricht que se reclama de esquerda (da autêntica), e que já em Setembro havia defendido que o Tratado devia "ser ratificado quanto antes" (Público, de 29/9/92), escrevendo nas vésperas da Cimeira de Birmingham fez um surpreendente e estranho apelo endereçado aos chefes de Governo da Comunidade, para que "tenham a lucidez de relançar o processo de construção europeia, confirmando o acordo político sobre o Tratado de Maastricht", apesar de os considerar responsáveis pela crise actual (DN/Magazine, 26/10/92).

Ignoramos se o apelo mereceu alguma atenção de tão venerandas personalidades ou se chegou sequer a Birmingham. Mais importante do que esclarecer esse magno problema, é perceber a génese da metamorfose operada pelo articulista que consiste em fazer crer que 12 chefes de Governo (10 deles de direita, e 2 outros, que embora socialistas fazem a mesma política), que nos seus países realizam uma política ao serviço do grande capital e contra os interesses dos trabalhadores (política que o articulista normalmente classifica de neoliberal), ao juntarem-se, mudam a sua postura política para construir essa Europa dos cidadãos e da coesão económica e social.

Pelos vistos, rigor e coerência são conceitos que deixaram de entrar no âmbito das suas preocupações. Só assim se explica o apelo a "Maastricht já", quando ainda em Junho defendia que "o não do referendo dinamarquês impede a entrada em vigor do Tratado da União Europeia, ainda que os outros Estados o quisessem" e que "enquanto não estiver solucionado o embroglio dinamarquês, não

há Tratado para ratificação em Portugal e muito menos Constituição para rever" (DN/Magazine, de 14/6/92).

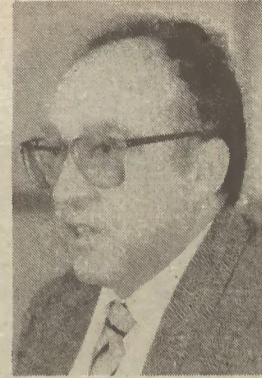
Que terá mudado desde então? Não mudou certamente a demonstração inequívoca a propósito do "Não" da Dinamarca de que, na Comunidade, vigora a lei do mais forte, como não mudou a natureza da União Económica e Política delineada em Maastricht, cujo conteúdo verdadeiro certas pessoas, ditas de esquerda, incorrendo no "pecado original" do oportunismo clássico, tornam neutro, separando os objectivos da União Política e Económica, dos interesses das forças dominantes, neste caso o grande capital monopolista.

Como é que este defensor do referendo se transforma de um momento para o outro em defensor da ratificação a toda a pressa?

Escrevendo a propósito dos ataques ao direito à greve, desencadeados por Cavaco Silva, Barros Moura dizia - e quanto a nós dizia bem - que, "num momento em que o processo de convergência nominal para a União Económica e Monetária tende a fazer recair sobre os seus direitos a competitividade das empresas", mais se impunha aos trabalhadores defender o direito à greve ("O Jornal", 19/6/92).

Estranha confissão para um defensor de Maastricht.

Mas então pode-se defender Maastricht sem assumir as suas consequências? É evidente que não. Não se pode pensar na União Política sem se ter em conta que ela não é separável de Schengen, da criação de uma polícia europeia, sob a direcção da Alemanha e da existência de um corpo franco-alemão. Não se pode igualmente pensar na



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

O Tratado de Maastricht, definindo as orientações estratégicas das multinacionais para a fase actual do capitalismo monopolista de Estado transnacional, pôs a nu um profundo fosso entre os interesses e as aspirações das massas populares e os órgãos de decisão política.

A chamada "estrita disciplina orçamental" inspirada nas velhas fórmulas do FMI de má memória, serve de cobertura a novos ataques aos sectores públicos da economia, à privatização global dos sectores fundamentais e à desresponsabilização do Estado em relação aos serviços sociais básicos.

Em quase todos os países da comunidade (Portugal, Itália, Espanha, Grécia, Inglaterra, etc.) foram postos em marcha planos de austeridade. Os salários dos trabalhadores, tornaram-se o alvo privilegiado desta ofensiva, quer tenha sido lançado por Cavaco, Major, Khol ou Felipe Gonzalez.

Uma das posições bastante difundida, na linha aliás da Confederação Europeia dos Sindicatos, consiste em defender o Tratado na base de que com Maastricht, foi dado um passo em frente na legitimação do papel dos sindicatos e de que a vertente social da integração passa a ter a mesma dignidade das vertentes política e económica.

Trata-se de pura mistificação. A política social, afora a demagogia e a necessidade que os promotores de Maastricht tiveram em dissipar profundos descontentamentos, é nitidamente subalternizada no Tratado, como aliás sempre o foi.

Desde logo porque a parte social foi remetida para um anexo ao Tratado e porque a Inglaterra fica de fora. Porque, contrariamente às políticas económica e monetária, as políticas sociais não são calendarizadas, nem acompanhadas de medidas concretas para a sua materialização. E porque os únicos "compromissos" assumidos são os das "regras mínimas progressivamente aplicáveis".

Que valor se pode atribuir a afirmações de que "a Comunidade e os Estados membros têm como objectivo a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, uma protecção social adequada, o diálogo social, o desenvolvimento dos recursos humanos permitindo um nível de emprego elevado e durável e a luta contra as exclusões, quando é sabido que as políticas de convergência se fazem acompanhar de profundos ataques aos direitos e condições de vida dos trabalhadores, quando o desemprego ultrapassou os 16 milhões (12 milhões em 1989, 15 milhões em 1990) e a precariedade se vai tornando a condição normal dos postos de trabalho e o número de pobres atinge, segundo dados da própria CE, os 66 milhões (38 milhões em 1975, 44 milhões em 1985)?

É por tudo isto que é um verdadeiro despatuário afirmar-se que o Tratado "permite contrariar a acentuação das desigualdades e o domínio dos fracos pelos fortes" (DN Magazine, 26/10/92).

Os trabalhadores têm fundadas razões para estar contra a Europa social das multinacionais e a democracia da alta finança.

Em diferentes países da Comunidade, têm lugar grandes acções de massas de protesto contra uma política anti-social ditada pelo grande capital (grandes manifestações e greve geral na Grécia, grandes manifestações em França, na Inglaterra e em Espanha, com destaque para as marchas dos mineiros e dos metalúrgicos).

Os trabalhadores afirmam-se e confirmam-se como a força mais combativa na defesa das condições de vida das massas populares e das conquistas democráticas.

Os trabalhadores portugueses, vítimas da política cavaquista e dos seus planos de "convergência", tal como os trabalhadores de outros países, não estão dispostos a deixar-se imolar pacificamente no altar dos interesses do grande patronato nacional e internacional.

As próximas jornadas de luta, e em particular a do dia 13, abrangendo praticamente todos os sectores da Administração Pública e sectores operários nomeadamente vestuário, calçado e ferroviários, reveste-se de grande importância para o desenvolvimento da luta de massas contra uma política de direita, altamente lesiva dos seus interesses, e contra Maastricht e as suas consequências.



Comunidade delineada em Maastricht separando-a da decisão de se avançar para a criação de uma força de intervenção rápida, destinada a reprimir as lutas de libertação nacional, das múltiplas ingerências do "núcleo duro" da Comunidade nos assuntos internos de Estados soberanos e de uma Alemanha em que se reclama cada vez mais "uma intervenção sem fronteiras".

As orientações económicas e políticas dadas em Maastricht pela alta finança e pelas multinacionais são incompatíveis com a tão apregoada coesão económica e social. Bastará comparar-se o articulado do Tratado com o relatório da Mesa-Redonda Europeia que reuniu os representantes dos principais grupos económicos pouco antes de Maastricht, para se compreender que quem verdadeiramente concebeu e redigiu o Tratado de Maastricht foram as multinacionais.

A essência do Tratado consiste em eliminar quaisquer obstáculos ao livre jogo do mercado das multinacionais. Em nome da livre concorrência e da competitividade das economias, em quase todos os países o grande patronato exige a liquidação dos sistemas sociais e a "libertação" das empresas do que dizem ser o "peso da protecção social".

As reestruturações "para a adaptação da indústria às alterações estruturais", dadas pelos interesses das multinacionais, lançam no desemprego muitas dezenas de milhar de trabalhadores.

«Uma santa aliança»

O que se tem passado nas últimas semanas, quer aqui, na Assembleia, quer no âmbito da actividade governamental, em torno do Tratado da União Europeia — Tratado de Maastricht — está a ultrapassar as marcas do mais elementar bom senso. Tanto o PSD como o PS entraram numa espécie de jogo do «faz de conta», tentando ignorar ou esquecer o que tem vindo a suceder ao Tratado e que o põe definitivamente em crise.

A realidade a que PSD e PS querem fugir é a de que o Tratado, nos termos em que foi assinado em Maastricht, está irremediavelmente posto em questão, de tal forma que não tem hipótese nenhuma de vigorar tal como está.

Factos como o Não no referendo da Dinamarca; ou o impasse jurídico inultrapassável que resulta de haver um dos Doze que não subscreve o Tratado tal qual é; ou a debilidade insuperável do Sim francês; ou a crise estrutural do Sistema Monetário Europeu; são factos que, se não houvesse aquela incompatibilidade com o real de que padecem PSD e PS, imporiam uma imediata reponderação e a suspensão de qualquer passo no processo de ratificação do Tratado.

Hoje está à vista e é confessado que o Tratado foi negociado de forma precipitada e imponderada.

As acusações de défice democrático, incluindo a de cavar um fosso entre as instituições e os cidadãos, partem de vários lados.

O Tratado, como é agora geralmente reconhecido, é centralista, sacrifica o desenvolvimento e a economia real às exigências de convergência nominal e da moeda única, secundariza a dimensão social da Comunidade, impõe às economias menos desenvolvidas soluções que estas pagarão pesadamente, atinge garantias essenciais da soberania por formas e com um alcance que só a psicose federalista dá para entender.

Mas, os factos recentes mostram uma santa aliança pós-Maastricht imune aos sinais dos tempos e em estado de autismo progressivo. Quatro factos o demonstram: o desenvolvimento do processo de revisão constitucional, o comportamento do Governo na Cimeira de Birmingham, a campanha publicitária de promoção do Tratado e, finalmente, a entente anti-referendo.

Primeiro: Quanto ao Conselho Europeu de Birmingham, foi um monumental fiasco e não há ninguém que o não afirme. As questões centrais, desde a insubsistência do Tratado de Maastricht até à crise das moedas, foram postas de lado, pela incapacidade de lhes dar solução no quadro de um cego voluntarismo pró-Maastricht.

No termo desta Cimeira que se mostrou incapaz de definir uma agenda, é caricato ouvir o Primeiro-Ministro português dizer que «o comboio europeu está nos carris». Isto quando o Conselho não diz uma palavra sobre as questões centrais e quando esquece e adia completamente temas essenciais para os nossos interesses de País, como a Coesão Económica e Social, o Pacote Delors II ou as negociações do GATT.

Segundo: a propaganda.

A cimeira de Birmingham em vez de enfrentar as questões, propõe-se responder às preocupações dos cidadãos com operações de mera cosmética e marketing.

Substitui a reflexão pelo proselitismo.

Diligente, como sempre é quando se trata de seguir as orientações de Bruxelas, o Primeiro-Ministro anunciou logo ir lançar uma campanha de «informação». O resultado imediato foi um folheto de propaganda, cheio de falsificações, omissões e deturpações, destinado a vender o produto pelos métodos mais rasteiros que não resistiram a nenhum código da publicidade.

Este folheto exhibe sem qualquer pudor a forma desonesta e salafária como os partidários governamentais do Tratado querem promovê-lo.

Mas o Tratado não está ratificado pelo Estado português, está em apreciação nesta Assembleia e nenhuma autoridade pública tem o direito de promover oficialmente propaganda de um acto que não foi assumido regularmente pelo Estado.

Para quem chegou ao cúmulo, como o Primeiro-Ministro, de criticar o recurso ao referendo, com o argumento de que é caro, não deixa de ser assinalável a facilidade em que usa em auto-serviço os dinheiros públicos para promover junto dos portugueses a sua opinião político-partidária sobre o Tratado de Maastricht.

O mais elementar sentido de respeito pelo pluralismo exige agora que o mesmo volume de meios que o Governo afectou à propaganda do Tratado seja disponibilizado para que os que criticam o Tratado exponham os seus pontos de vista num folheto semelhante, com igual tiragem e os mesmos circuitos de distribuição.

Apresentamos esta proposta concreta à Assembleia da República, para que se pronuncie nesse sentido.

Terceiro facto: os desenvolvimentos da revisão constitucional.

Os últimos dias vieram reforçar publicamente a demonstração de que este processo de revisão constitucional está marcado por um acordo global entre o PSD e o PS, um acordo onde avulta a vontade de cooperação e o entendimento sem reservas.

Acordo primeiro quanto à oportunidade de revisão, quanto à sua extensão e incidência, quanto ao seu ritmo e calendário.

Acordo quanto ao seu conteúdo, incidindo designadamente sobre o Artigo 7º, permitindo transferências de soberanis, sobre o Artigo 15º (capacidade eleitoral) e sobre o Artigo 105º, retirando às autoridades bancárias nacionais o privilégio exclusivo e soberano de emissão de moeda.

Acordo agora também quanto à extensão da revisão constitucional à matéria da intervenção da Assembleia da República no sistema de participação de Portugal nos processos de decisão comunitária.

Este novo acordo, importa esclarecê-lo, não inova nem cria novos poderes para a Assembleia, limita-se a tentar uma compensação, insuficiente, para a perda de poderes do Parlamento a favor dos órgãos da Comunidade, perda de poderes que se verifica sempre que as competências transferidas pelos Estados para os órgãos das Comunidades integram poderes próprios dos Parlamentos.



JOÃO AMARAL
Membro do Comité Central

Este processo de revisão constitucional está marcado por um acordo global entre o PSD e o PS, um acordo onde avulta a vontade de cooperação e o entendimento sem reservas.

perplexidade. Como é: a partir de agora vai tudo bem? Conhecido o vezo antiparlamentar do Primeiro-Ministro e a linha de esvaziamento do papel do Parlamento e de governamentalização de toda a vida nacional que prossegue, como entender este acordo? Como uma «legitimação» dessa perversão democrática do partido no poder, que ele concretiza no dia-a-dia da vida política nacional? Como uma coonestação do PSD e da sua actuação no poder?

Seja qual for o alcance que se pretenda dar ao Tratado de Maastricht, não haverá nunca argumentos para que o engajamento no processo de ratificação seja feito a qualquer preço, particularmente quando o preço seja a assunção de uma postura ambígua no combate à política do PSD e à perversão governamentalizadora com que actua nas instituições (incluindo no processo de revisão do Regimento da Assembleia).

Estes acordos que unem PSD e PS num bloco central pró-Maastricht têm conduzido — e este é o quarto facto a salientar — à inviabilização na prática de qualquer debate público alargado. Incorporam mesmo um acordo contra a realização de um referendo.

Que não há debate alargado é evidente, e ele não existirá, não haja dúvidas, se não houver referendo.

Não se diga que a Assembleia faz um esforço. Não é debate alargado o que se faz numa sala desta Assembleia, com alguns especialistas a debaterem para a acta as suas opiniões. Ou quando se vendem a 1500\$00 nas livrarias os 4000 exemplares de uma edição comparada dos Tratados de Roma e de Maastricht que o Conselho de Administração da Assembleia aprovou para custarem qualquer coisa entre os 300\$00 e 400\$00 cada.

O bloqueamento do referendo percebe-se vindo de um Governo que não suporta ver o País a discutir as suas decisões, que despreza os mecanismos de participação popular e que se comprometeu a fazer ratificar o Tratado a todo o preço.

Mas não é compreensível vindo de um partido como o PS que afirma repetidamente querer identificar-se com a vontade popular e com os problemas e questões que os cidadãos apresentam, que afirma repetidamente querer respeitar a vontade popular, e que afirma repetidamente querer privilegiar o debate sério, aprofundado e alargado das grandes questões nacionais.

Um Tratado com o alcance deste, com a dinâmica federalista, a ruptura com a soberania, os perigos para a independência e para a identidade nacional, como é que pode ser imposto a um País à revelia, do debate, quase como uma decisão administrativa?

Os acordos do PSD e PS são por tudo isto mesmo de uma enorme gravidade.

Podem haver muitos factos políticos relevantes ou curiosos, neste começo do ano parlamentar.

Mas nenhum facto como este acordo pode marcar tão definitivamente o nosso futuro colectivo e negativamente e amarrar-nos negativamente a decisões erradas e lesivas dos interesses de Portugal e do povo português.

E ser a expressão de um processo de decisão secretista, não participado, não democrático porque afasta e hostiliza a opinião e a intervenção dos cidadãos.

Um acordo que tenha o PS a coragem de o repensar, em nome dos interesses nacionais, das regras democráticas e dos direitos dos cidadãos. Fica o desafio. Com uma certeza: o PS pode não seguir o concelho que o Deputado Almeida Santos aqui deu, quando, para justificar uma sua mudança de posição, afirmou que só os burros não mudam de opinião. O PS pode ficar na mesma. Mas, no País, a vontade de que o referendo se realize vai aumentando à medida que o Tratado é mais conhecido, nas suas consequências negativas.

E cada vez mais o PS ficará afastado do sentir e vontade dos Portugueses.

É um risco que o PS assume? Em nome de quê? Expliquem-nos! Expliquem ao País por que é que não ouvem o que o País cada vez mais afirma, alto e bom som!

(Declaração política de João Amaral na sessão plenária de 27/10/92)



Realidade e espectáculo

■ Francisco Costa

No último episódio da série «Simpsons» - em termos absolutos, a melhor série actualmente em exibição nas televisões portuguesas - existia uma cena impagável em que o pai Homer, ao entrar num *videoclube* de bairro para alugar uma *cassette* para o filho Bart, ficava positivamente espedaçado em frente de um televisor da loja, onde eram passados, em jeito de promoção, excertos dos filmes disponíveis no catálogo.

E a cena que se via de um desses filmes era, de facto, de fazer parar a respiração ao mais comum dos mortais: num ataque traiçoeiro, um mafioso, negro, era trespassado pela profusão de balas de um bando rival e, por entre os últimos estertores, suplicava ao seu companheiro que o vingasse do ocorrido, na pessoa de um tal Mendoza...

Absolutamente decisiva nessa sequência, era a «composição» das personagens, a «figuração» do cenário e a «acumulação» de todos os lugares-comuns que infestam os filmes do género, transpostos com génio para as técnicas do desenho animado: o tipo de «montagem» utilizada, os litros de sangue a jorrar dos buracos produzidos pelas balas, o estilo de linguagem dos diálogos, o pleonasmo da banda sonora e a própria ordenação, tempo e escala dos «planos» - numa esmagadora cena final (desenhada de um «ponto de vista contrapi-

cado») com a imagem de um revólver deformado por uma «objectiva grande-angular» a cuspir fogo em direcção ao espectador.

Estávamos, então - enquanto mais um estilhaço disperso, mas significativo, da sociedade que «Simpsons» retrata de forma impiedosa e exemplar -, perante a fabulosa «síntese iconográfica» dos produtos-cinematográficos-tipo-vídeo-clubes que, no miolo das *cassettes* alugadas ou invadindo as séries televisivas e as sessões de cinema das cadeias de televisão, se multiplicam nos televisores caseiros de todos os senhores Simpson ou Silva deste mundo.

Que este ferozmente crítico episódio desta série tenha passado no mesmo canal de televisão - o Canal 1 da RTP - onde, precisamente, a proliferação daquele tipo de cinema cada vez mais vem subvertendo a tradicional qualidade da sua programação de filmes, não constitui, vendo bem, qualquer contradição. A circunstância é apenas reflexo do círculo vicioso em que funcionam os perversos critérios do «sistema global de televisão» comercialmente impostos nos mercados de produtos televisivos dominados pelas multinacionais norte-americanas. Um sistema comandado pela lógica do lucro que, ao mesmo tempo que parece *autocriticar-se*, tende inevitavelmente a regurgitar

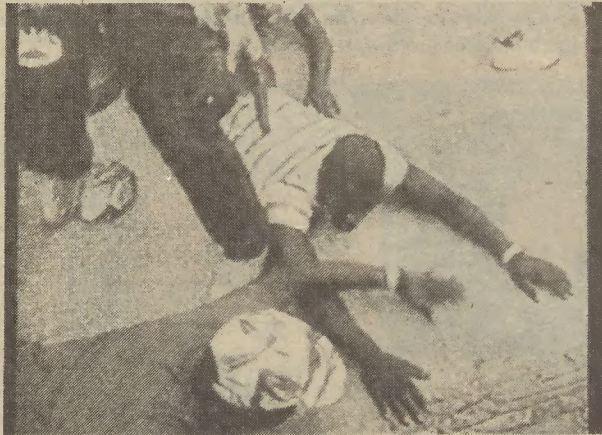
até à exaustão a oferta de produtos com que se *auto-alimenta*.

Baralhar e tornar a dar

Com alguma expectativa, mas modestas ilusões, aguardava-se o que de novo nos traria, neste campo, a grelha de programas da SIC, também aqui apostando numa alegada alternativa ao «canal público».

E o primeiro mês de emissões vem, para já, demonstrar que, para além da normalidade qualitativa das sessões de cinema, muitas das várias séries entretanto emitidas - *pedra de toque* de uma estação comercial de «enlatados» de onde lamentavelmente, mas sem qualquer surpresa, está arredada a produção própria - se situam, salvo raríssimas excepções no domínio das «comédias de situação», ao nível do que de mais primário existe neste campo, ombreado com a pobreza do que na matéria também agora nos oferece a TV 2 - e de que, por exemplo, «Força de Elite», uma espécie de *missão impossível* temperada pelas novas tecnologias, é infeliz paradigma.

Assim, em «Justiça Negra», desdenhando lutar contra limitações, distorções ou corrupção de um sistema judici-



«Chuis»: uma droga

«Em Los Angeles, ilhas de riqueza, como Beverly Hills, flutuam no meio de guetos dominados pelos «gangs» juvenis. Estes vendem «crack» e cocaína e lutam até à morte pelos respectivos territórios. Nas poucas escolas que funcionam há detectores de metais e guardas armados. Mais que polícias, seriam precisos empregos e programas de assistência para acabar com os «gangs»»

(Tony Jenkins, in «The Street Criminals» - «Expresso-Revista», 31.10.92)

Anunciada como verdadeiro «trunfo» da recém-chegada SIC, acabaria por despertar maior curiosidade a estreia na televisão portuguesa de uma série e de um género com um ponto de partida anunciado como original: nela, a primazia era dada à crueza da realidade, que vinha substituir-se à fantasia da ficção. Mas à realidade vinham, ainda e sempre, juntar-se os ingredientes habituais da ficção, nomeadamente o seu lado espectacular. Chegava-se, assim, à definição de um novo produto televisivo: o *reality show*, ou seja, em bom português, o *espectáculo da realidade*.

Na sua humilde e paciente boa vontade, o crítico resolveu esperar pela transmissão de três episódios, para mais conscientemente apreender os vários contornos da apregoada novidade. E, deparando-se-lhe algumas sub-reptícias peculiaridades técnicas no que à leitura da forma diz respeito (porventura menos próximas da experiência do espectador de todos os dias), pareceu-lhe adequado adiantar alguma reflexão cautelosa acerca do inegável talento e eficácia com que tal conteúdo é embrulhado.

Vamos, então, por partes.

Uma franqueza...

Intitulada no original como «Cops» - título que surge «atraentemente» traduzido na versão portuguesa por «Crimes» - a série é construída a partir de imagens e sons captados com câmara portátil e som directo por vários opera-

dores de vídeo acompanhando rugas e acções da polícia. Para que não restem dúvidas acerca da veracidade do produto, cada episódio da série adianta no início a seguinte informação: «"Crimes" trata de pessoas reais e crimes reais; e foi filmada em campo, com homens e mulheres da polícia.»

Interessante seria então verificar, à partida, qual o leque das pessoas reais e dos crimes reais que a série pretendia mostrar. E o visionamento dos três primeiros episódios é, quanto a este aspecto, já significativo. Ao escolher como principais heróis da série um punhado de homens e mulheres-polícia da esquadra de Broward County, algures na Florida, o dito «trabalho de campo» tem ficado até agora restringido a uma zona demográfica e a um universo criminal bem delimitados, precisamente aqueles que, a referida esquadra, geográfica e preferencialmente, abrange: os bairros mais miseráveis, como «locais do crime», os traficantes ou os simples passadores e toxicod dependentes, como seus «protagonistas», sendo que (por acaso?) estes são na sua esmagadora maioria - tal como na cena do vídeo que fez especular Homer Simpson - «negros», «chicanos» ou elementos do «lumpen» mais obscuro.

Quer dizer, a série tem-se revelado singularmente parcelar e parcial nos seus objectivos: ignora, por exemplo, Beverly Hills, ali ao pé, ou as mais longínquas Quinta Avenida ou Wall Street. É provável que também se trafique «marijuana» no fausto das vivendas dos milionários ou que se *snife* «coca» por entre o luxo dos apartamentos dos yuppies - isto para nos cingirmos à modalidade de crime que a série afanosamente privilegia. Mas, que interesse tem isso? Os produtores da série escolhem, bem, o produto que também querem traficar - o que, sendo uma clara opção de classe, não deixa de ser uma notória franqueza.

... um embuste...

Independentemente do que, do ponto de vista ético, a materialização concreta do projecto em geral significa, o carácter «sedutor» da série «Crimes» aposta, em primeiro

lugar, na veracidade que o acompanhamento de reais operações de polícia a reais suspeitos automaticamente lhe transmite e, em segundo lugar, na inegável agilidade profissional com que, do ponto de vista técnico, os rudes sons e imagens que representam essa realidade são captados, tratados e manipulados.

Mas, se a série se reduzisse apenas a esta evidência, o seu interesse estaria a breve trecho esgotado. Havia, então, que encontrar outros elementos contrastantes com a brutalidade e agressividade que constituem o relato rotineiro de constantes e repetitivas operações de polícia. E, para dar justificação ao alibi original - «espectáculo da realidade» - o que se escolhe como contraponto é a montagem paralela de sequências em que os problemas, a vida privada e o lado humano daqueles homens e mulheres-polícia viessem contrabalançar a rotina. Homens e mulheres, afinal, «pessoas como as outras», com namoradas, esposas, casas credíveis e filhos loirinhos, que servem para despertar no espectador selectivos «mecanismos de identificação», já que os vemos povoando todos os episódios.

Tal como acontece, afinal, nas séries de «ficção» - e as comparações com essa notável «Balada de Hill Street», por exemplo, são aqui mais do que irresistíveis. Com uma única e significativa diferença: com todo o enquadramento e, por vezes, a denúncia frontal das envolventes política, social e económica que estão na base da proliferação da corrupção, da violência e do crime, «Hill Street» estava bem mais próxima da realidade de um sistema iníquo do que o está «Crimes». Pelo que esta série, focando o ângulo mais superficial e sensacionalista de tamanhos dramas e misérias, exibindo com despudor os efeitos mas sonegando as causas, configura-se como um verdadeiro e obscuro embuste.

... e uma droga...

É ainda neste contexto que deparamos com incontornáveis e graves problemas deontológicos que atravessam toda a concretização da série. Para nos atermos a um único



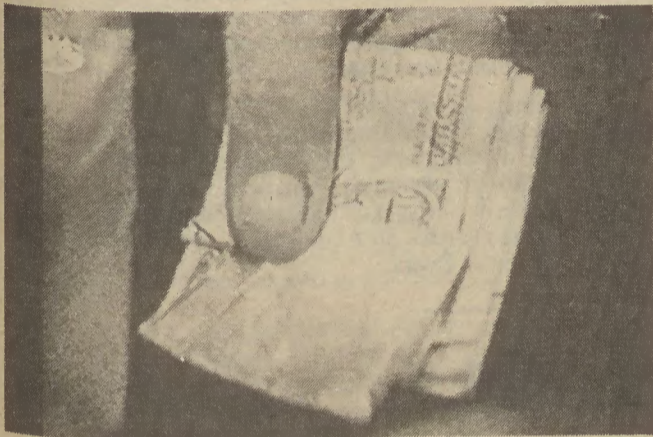
Loures cresce... e aparece!

A semana passada publicámos uma entrevista com **Demétrio Alves**, presidente da Câmara Municipal de Loures, que nos afirmou estar "a jovem equipa responsável pela administração do Município já a trabalhar afinadamente no planeamento e preparação dos anos relativos ao próximo mandato", ilustrando com uma circunstanciada enunciação dos grandes empreendimentos em perspectiva e em curso no Concelho, nomeadamente nas áreas dos transportes e comunicações, do ambiente e dos serviços urbanos, da cultura e do desporto, que irão ter um fortíssimo impacto no desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida deste segundo mais populoso município do País. Hoje, faremos uma breve ilustração de outros aspectos do trabalho dos comunistas e seus aliados da CDU no Concelho de Loures.

al que deixa criminosos impunes, o juiz **Nick Marshall**, levado a absolvê-los de dia, prefere justiciá-los de noite - pelas próprias mãos! Em «O Repórter da Meia-Noite», um ex-polícia, **Jack Killian**, transformado em nocturno confidente radiofónico, resolve à bordoadá os casos mais complicados que os desesperados ouvintes lhe denunciam! Em «Comando Relâmpago», um grupo de três homens e uma mulher, de diversas nacionalidades, formam um comando especial que, à revelia de autoridades e governos, persegue terroristas e outras forças do mal! Em «Raven», é um especialista em artes marciais, **Jonathan Raven**, com tirocínio na espionagem e ex-emprego na «guerrafria», que despacha a golpes de *karaté* outros tantos tenebrosos assassinos...

Ou seja: nascidas de uma cadeia de produção estandardizada em que os temas e os «heróis» se copiam uns aos outros; filmadas, representadas, encenadas e realizadas com cada vez mais confrangedora mediania técnica e indigentes acabamentos - já na fase de consumo, chega a parecer que assistimos, ao longo dos dias, aos vários episódios de uma mesma série.

Que é como quem diz: Canal 1, TV 2 ou SIC, o mesmo combate!



exemplo, entre dezenas, basta recordar uma cena do primeiro episódio em que, chegado a casa, um sargento da Brigada de Narcóticos é alvo das lamentações da mulher, doméstica, que lhe recrimina o facto de haver falta de comunicação no casal, um notório arrefecimento da afectividade, a sobreposição dos problemas da profissão à boa harmonia do lar. Tudo isto figurado, em arremedos de «cinema-verdade e numa cúmplice, autorizada e permissiva devassa da intimidade, à frente de uma câmara (!), a qual, frequentemente, se desloca do seu eixo de captação para, no diálogo fragmentado entre ambos, nos dar aquilo que, em cinema, se chama «campo-contra-campo», assim transformando duas pessoas da vida real em duas personagens de um espectáculo!

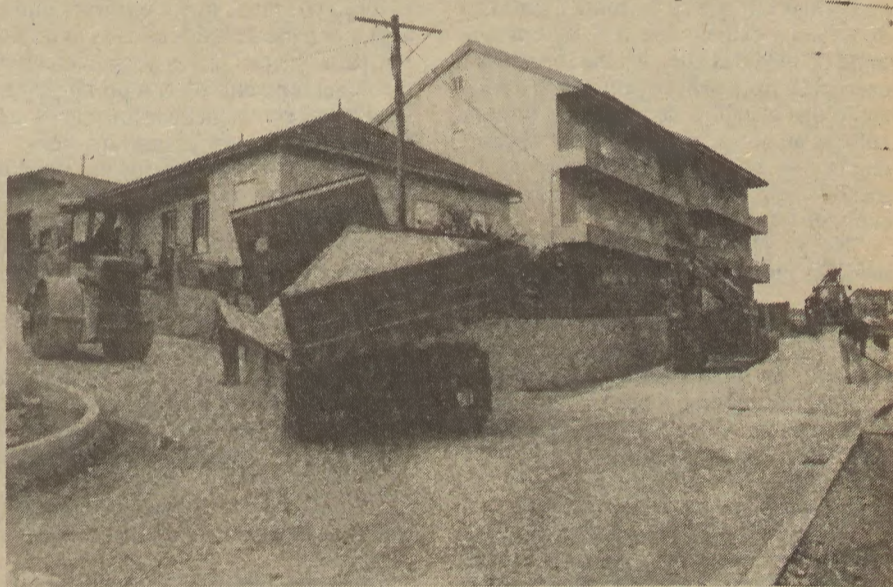
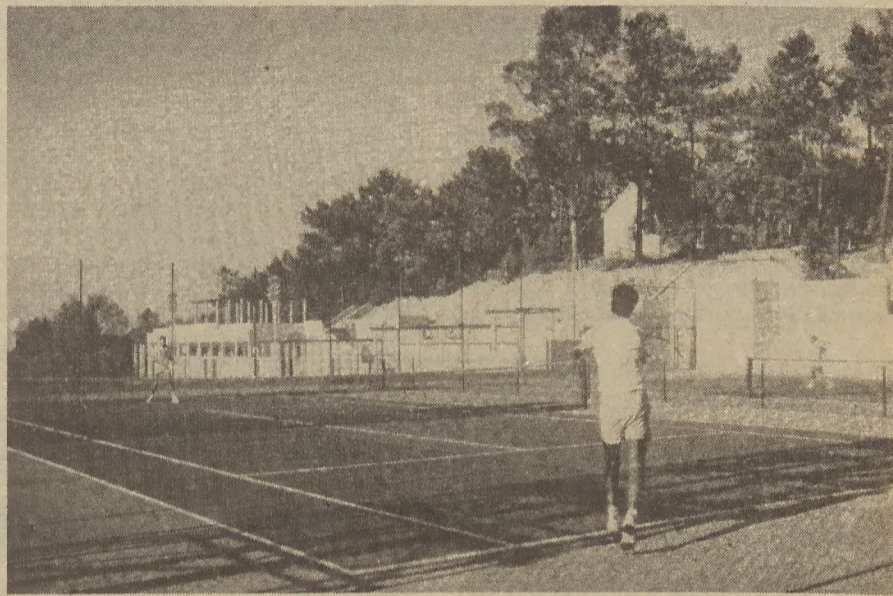
Com efeito, sem margem para dúvidas, os condicionamentos técnicos e materiais de semelhante e assumida «encenação» e «representação», ampliados pelos artificios dos acabamentos da «pós-produção», imediatamente fazem transferir sequências como esta, dos domínios da realidade para os domínios da ficção! O mesmo se passando com cenas de rusgas e capturas, nas quais, por entre a desmedida agressividade física e psicológica (num contexto radicalmente diferente do das «reportagens de telejornal») não raro deparamos com os próprios polícias e suspeitos objectivamente representando em presença da câmara!

«Crimes» nasceu como produto televisivo para que a Fox pudesse situar-se, na «guerra de audiências» com as grandes cadeias NBC, CBS e ABC, num plano mais favorável. As Folhas de Informação à Imprensa, da SIC, não escondem que «o conceito de Cops foi inicialmente rejeitado pelas maiores redes de televisão», uma vez que «a série deixava bem claro que o sofrimento e a dor provocados pelo crime nada tinham de espectacular» e ela era rotulada pela crítica como «um pesadelo legal em directo».

Mas é a própria SIC que não hesita, na sua estratégia de ganhar terreno, em projectar este sofrimento, esta dor, este pesadelo. Traficando com o espectador uma droga. Por de mais lamentável.

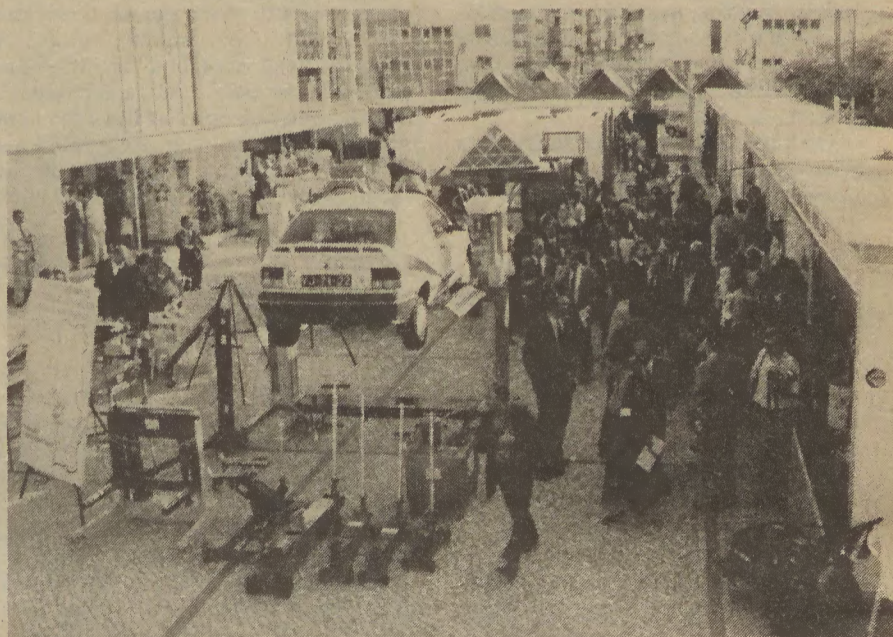
Educação, Cultura e Desporto

Só neste mandato encaabeçado por Demétrio Alves, foram numerosas as realizações e iniciativas que deram expressiva continuidade à atenção do município pelas questões da Educação, Cultura e Desporto. No primeiro caso foram construídas numerosas escolas primárias e assinados protocolos com o ME para novas escolas secundárias, num investimento que rondará os 800 000 contos. No campo da Cultura (e sem sermos exaustivos) realizou-se o «Simpósio da Tapeçaria Contemporânea», as noites de jazz e o lançamento do concurso «Jov'Arte», que atraiu uma avalanche de jovens artistas de quase todo o País. No Desporto, foram construídos e postos a funcionar alguns conjuntos polidesportivos, sem contar com instalações não municipais valorizadas pela Câmara (na foto, pormenor do esplêndido Parque de Montachique).



Por essas ruas fora

O empenho em reforçar e melhorar, no Concelho de Loures, as adequadas infra-estruturas, pode ilustrar-se com o grande reforço do trabalho registado nos dois últimos anos na recuperação das diversas vias municipais, das estradas, das ruas e dos caminhos. «Esse esforço», disse-nos Demétrio Alves, «divide-se entre repavimentações e recuperações totais, como aconteceu, por exemplo, com a estrada que liga Odivelas à Paiã (uma obra dividida em três fases e representando um investimento de 400 000 contos), ou em Loures, em Santo António de Cavaleiros, Sacavém, etc.» (na foto, obras nas ruas da Ramada).



Das hortas à ExpoLoures

A gestão CDU em Loures actua diversifica-

da e criativamente, nas mais diversas áreas da vida do município: ora promove um originalíssimo concurso «As Hortas de Loures», onde se procura dinamizar (e aproveitar) a rica agricultura local, ora se incentiva a actividade turística (que mereceu

atenção especial no Plano Director Municipal, recentemente elaborado), ou se cria o «Centro de Informação Autárquica do Consumidor», que procura interligar a autarquia não só com os produtores e as várias actividades económicas (tanto do sector primário

como do secundário), mas também com os consumidores e com o cidadão em geral, ou promove a importante ExpoLoures (que vemos na foto, durante a abertura da sua edição deste ano). Isto para darmos apenas alguns exemplos.

Due to the graphic nature
of this program, viewer
discretion is advised.

ACONSELHA-SE A DISCRICÃO
DO TELESPECTADOR.

PCP faz o balanço da época turística de 1992

«A época turística de 1992 foi marcada por profundas perturbações e evidentes sinais de crise», concluiu o Grupo de Trabalho de Turismo junto do Comité Central do PCP, no seu balanço à actividade do sector, realizado na passada semana em Faro.

Na conferência de imprensa, o responsável por este grupo de trabalho, Carlos Luís Figueira, realçou que essa crise é consequência de factores conjunturais, avolumados por problemas de fundo cuja base reside na ausência de uma política de turismo planeada e articulada.

O dirigente comunista referiu também a «impossibilidade de compatibilizar interesses que se exprimem no imobiliário turístico, muitas vezes especulativo e, em grande parte, responsáveis pelo crescimento desordenado da oferta».

A análise deste Grupo de Trabalho do PCP é bastante crítica em relação à actuação de muitos hoteleiros que «hoje se queixam de uma concorrência que eles próprios estimularam».

«Independente de não haver política de turismo para o País — sublinhou Carlos Luís Figueira — é bom que se diga que alguns hoteleiros, tiveram da indústria turística a visão do lucro especulativo e a curto prazo.

Não venham agora queixar-se de uma situação que provocaram, para reivindicarem, à custa do erário público, subsídios para suportarem prejuízos que eles próprios incentivaram. Isto é irresponsável, imoral e chantagioso». Edgar Costa, presidente da Região de Turismo do Costa Azul, afirmou que «não há uma classe empresarial no turismo, porque basta haver pequenos desequilíbrios, que até são previsíveis, para não haver capacidade de res-

posta para algo que não é um acaso». Frisou também a ausência e a «passividade» dos hoteleiros no capítulo da promoção turística e na falta de uma política para o sector, devido a uma postura «onde o que se espera é ver, até que ponto, individualmente podem tirar proveito desta amalgama negativa».

«É preciso dizer que o rei vai nu — salientou Edgar Costa —, é preciso dizer de uma maneira muito clara: senhores empresários, acordem».

RTA

Em relação à Região de Turismo do Algarve e ao período eleitoral que se avizinha para este órgão, Carlos Luís Figueira reafirmou a posição do PCP, que assenta na rejeição da RTA como palco de instrumentalização político-partidária.

«A Região de Turismo — salientou o dirigente do PCP — deve ser integrada por uma componente técnica, voltada para a solução de problemas do sector e com gente que perceba de turismo».

Confrontado com a tão falada «coligação» com o PSD, Carlos Figueira explicou que, «se nesta perspectiva estratégica convergirmos com opiniões diversas, independentemente da cor política, naturalmente continuaremos a convergir, porque é nessa perspectiva que entendemos a gestão deste órgão».

Afastando a hipótese de apoio a um «político político» e reforçando a necessidade de um técnico de turismo para a presidência da RTA, o dirigente do PCP



afirmou que «é esta diferenciação essencial a estabelecer para a presidência deste órgão. Creio que a Administração Pública e política deste País têm hoje uma imagem de degradação, em muitos aspectos, porque há maus políticos instrumentalizando os órgãos, o que diminui a sua eficácia», concluiu Carlos Luís Figueira.

Na Conferência de imprensa de dia 29 participaram ainda os camaradas: Carlos Humberto, membro do CC e do Executivo da Organização Regional de Setúbal; Armindo Pinhão, presidente da Câmara da Alpiarça e membro da Região de Turismo do Ribatejo, e João Ribeiro, presidente da Câmara do Alandroal e membro da Região de Turismo de Évora.

Resolver as questões de fundo — medidas indispensáveis a curto e médio prazos

A complexidade e importância dos problemas em que se defronta a actividade turística exigem que se tome um conjunto de medidas que, de uma forma séria coerente e responsável, promovam a resolução das questões de fundo, de forma a colocar ao abrigo de factores de circunstância e da agressividade concorrencial a estabilidade deste importante sector da economia nacional.

Nesse sentido sublinham-se como medidas indispensáveis de curto e médio prazos:

- A imperiosa necessidade de conter os níveis de crescimento da oferta de alojamento, sobretudo as que dependem do imobiliário-turístico e que de uma forma clara se processe a diferenciação, necessária à disciplina do próprio sector, entre o que entende por alojamento turístico e aquele que é destinado a outros fins.

- Tal medida tem de estar associada à urgente elaboração de planos regionais de turismo, planos que definam níveis de ocupação de solos, qualidade e quantidade da oferta e disponibilizar, no quadro da defesa dos recursos naturais existentes, valores indispensáveis à promoção de uma oferta de qualidade;

- Os importantes recursos financeiros que, no plano regional e nacional, são anualmente disponibilizados na promoção

turística têm de estar associados a um esforço conjunto que é exigível que se faça, por parte de todos os agentes do sector, para que tais meios possam efectivamente ser rentabilizados. A promoção tem de ser vista como um investimento da qual há que exigir e esperar contrapartidas.

Tal facto pressupõe que por parte de quem promove o turismo nacional tenha de ter em conta as características da oferta disponível, a sua diversificação regional, o que nos pode e deve diferenciar para além do clima, do sol e da praia, valorizando o património histórico e cultural existente e as especificidades já hoje disponíveis de oferta (no plano do desporto, do turismo de negócios, turismo rural e agro-turismo, etc.) de forma a que com novas ideias e conceitos se explorem mercados alternativos, se combata a excessiva sazonalidade e se diminuam as consequências de outras dependências e estrangulamentos.

Tal atitude pressupõe igualmente que por parte dos diversos agentes do sector — operadores de viagens, hoteleiros, companhias aéreas, rent-a-car, etc. — haja a resposta necessária com a apresentação de programas de estadias baseadas numa séria relação, qualidade-preço, para que, de forma articulada, possam ser devidamente rentabilizados os dinheiros públi-

cos aplicados na promoção turística do País.

Ainda neste plano é cada vez mais necessário prestar uma maior atenção ao turismo interno e ao importante mercado que este pode constituir, medida que naturalmente em grande parte também dependerá da melhoria do nível de vida do povo português;

- E indispensável que os importantes recursos financeiros anunciados pelo Governo para apoio ao sector, no montante de 50 milhões de contos, sejam acompanhados de medidas que assegurem a transparência na sua utilização, salvaguardem a qualidade dos projectos a apoiar e tenham em conta a sua distribuição pelas diversas regiões de forma a que possam constituir um estímulo à actividade turística, dando combate ao atraso e ao isolamento das depauperadas regiões do interior;

- A situação presente exige ainda que se estabeleçam forma de coopera-

ção mais estreitas entre as autarquias e as Regiões de Turismo, para que de forma mais rápida e eficaz se possa determinar o conjunto de medidas a implementar visando a defesa e valorização da actividade turística.

(Do documento-síntese «O ano turístico de 1992», divulgado pelo Grupo de Trabalho após a reunião de dia 29)

Queixas e responsabilidades

Pelos números já disponíveis — afirma o Grupo de Trabalho — é possível concluir que, apesar de tudo, não houve diminuição na afluência de turistas na época alta. Entretanto o que os mesmos dados evidenciam, é que ao pequeno aumento verificado, continuou a corresponder um crescimento da oferta a níveis superiores à procura, baixando naturalmente os níveis globais de ocupação. Mais, que ao aumento verificado no contingente de turistas não corresponderá um acréscimo de receitas, tal como já se vinha verificando em anos anteriores.

Esta realidade encerra para o PCP uma questão de fundo, da maior importância, a que há que dar resposta com a necessária urgência. De facto não vai ser mais possível continuar a compatibilizar os interesses que se exprimem associados ao imobiliário-turístico — interesses em boa parte especulativos e de outro prazo, responsáveis hoje por grande parte da oferta disponível, a crescer de forma desordenada e sem qualquer tipo de preocupações em relação à qualidade da oferta — com a manutenção de níveis de ocupação que o justifiquem.

Nesta actividade investiram — recordam os comunistas — muitos dos hoteleiros que hoje se queixam de uma concorrência de eles próprios estimularam e apoiaram com o recurso à descapitalização das unidades de hotelaria clássica. E por de mais evidente que uma oferta de alojamento excessivamente dependente do imobiliário-turístico e que se impõe ainda pelo baixo preço, atrai com peso excessivo correntes turísticas de menores recursos, de tal se ressentindo os valores globais e de cada um, nas receitas obtidas.

É pois grande irresponsabilidade apresentarem-se agora queixas de causas provocadas pelos próprios, como constitui um acto de chantagem inqualificável ameaçar com encerramento de empresas e despedimentos de trabalhadores ou exigir, à custa do erário público, subsídios e outras facilidades de financiamentos — comenta o Grupo de Trabalho do PCP no documento que divulgou no dia 29.



Itália

Caminhos da unidade e da luta

■ Fosco Giannini

A dialética histórica abriu caminho para o período efêmero da restauração. O produtivismo desenfreado e louco do capitalismo, que continua a basear-se numa pilhagem do Terceiro Mundo inteiramente análoga, na sua crueldade, à que há 500 anos foi imposta pela nascente burguesia europeia ao "Novo Mundo"; a incapacidade do "socialismo real" de conjugar o poder de classe com a construção revolucionária da democracia socialista e que levou à derrocada das primeiras experiências de construção do socialismo; o apagamento da natureza revolucionária em tantos sectores do movimento operário europeu e das suas organizações políticas, tudo isto levou a uma deslocação para a direita do eixo da situação mundial e à crença, por parte das forças reformistas, de que a História acabou e de que o seu epílogo é a vitória eterna do capital.

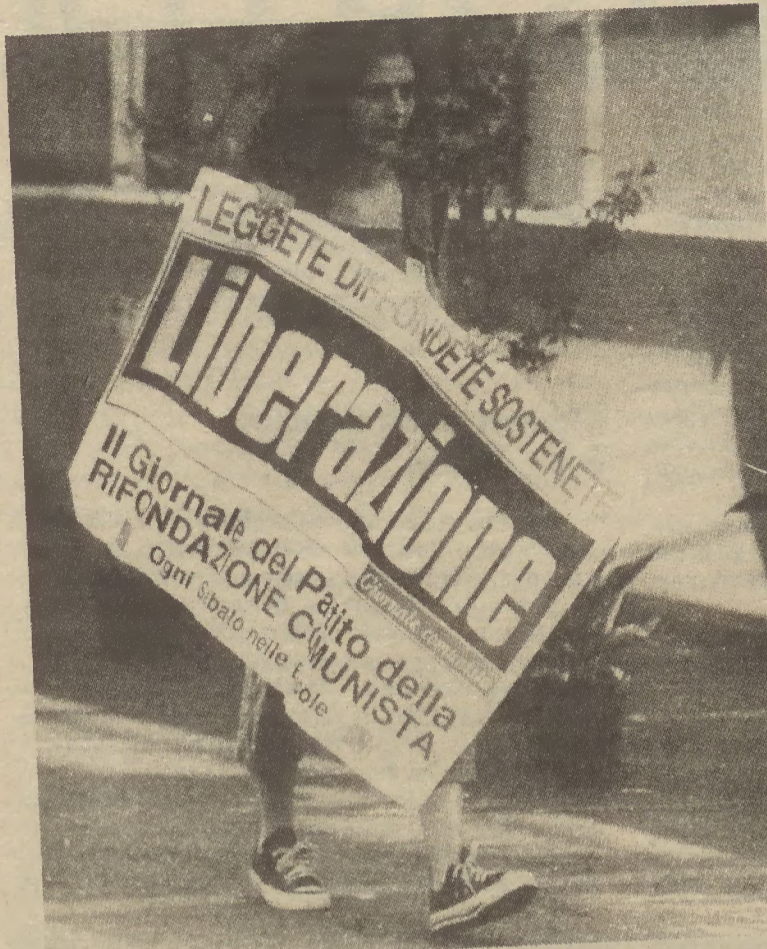
Também em Itália há quem acredite no fim dos tempos: foi com base nessa convicção que Achille Occhetto suprimiu o Partido Comunista Italiano e fez nascer o Partido Democrático de Esquerda (PDS), cujo único objectivo declarado de mudança consiste em dar novos rostos - os deles - à condução desse mesmo sistema capitalista.

Mas o movimento comunista italiano é demasiado grande e demasiado enraizado na classe operária e no povo do seu país para poder ser apagado com uma passagem de esponja de Occhetto. E eis que surge o Partido da Refundação Comunista, que não acredita no fim da História e que se lembra ainda que em 1911 Benedetto Croce, um dos maiores filósofos do idealismo europeu, "decretou" o fim do marxismo, a apenas seis anos da eclosão da Revolução de Outubro.

Aqueles que pensavam que a queda do "campo socialista" traria finalmente a "Pax" do capital, não conheciam ainda as condições impostas pelo tratado de Maastricht, não conheciam ainda os custos políticos e sociais que a unificação do grande capital europeu iria impor aos povos da Europa.

No nosso país, o governo do "socialista" Amato correspondeu à exigência de Maastricht de controlar a inflação e refrear a dívida pública com uma compressão feroz dos salários e rendimentos dos trabalhadores; com uma dramática demolição do Estado social; com um agravamento das retenções fiscais que recaem sobre a classe operária e os trabalhadores por conta de outrem e com uma política objectivamente virada para o desemprego em massa.

A viragem global à direita que afectou as organizações políticas e sindicais do movimento operário na última década foi plenamente compreendida pela classe operária italiana após 31 de Julho. Esta data, 31 de Julho de 1992, tornou-se-á emblemática na história do movimento sindical italiano: de facto, nesse dia, sem qualquer consulta prévia aos trabalhadores, nem sequer aos seus próprios inscritos, as três Confederações sindicais italianas - CGIL, CISL, UIL - assinaram em plena época de férias e perante o encerramento das fábricas e a ausência dos trabalhadores, em férias, que ficaram assim impossibilitados de reagir, um vergonhoso acordo com o governo e a confederação patronal Confindustria. Esse acordo eliminava o mecanismo de indexação salarial ("scala mobile") e congelava toda e qualquer negociação nas empresas até 1994. O fascínio perverso de Maastricht tinha vergado também os representantes do movimento operário italiano.



O governo Amato compreendeu que essa rendição dos sindicatos abria a possibilidade de abrir fogo cerrado: todos os decretos posteriores do governo iriam assim visar a destruição do Estado social, reduzir as reformas e criar um sistema de retenções fiscais visando o esvaziamento dos salários e a defesa das grandes fortunas industriais e financeiras.

Em Setembro, com o regresso às fábricas que se seguiu ao período de férias, a classe operária italiana respondeu de forma espontânea à ofensiva governamental e patronal: os Conselhos de Fábrica (Comissões de Trabalhadores) lançavam apelos à greve geral nacional. Mas nem a CGIL, nem o PDS de Occhetto correspondiam às exigências operárias. O Partido da Refundação Comunista convocou então uma manifestação de protesto contra as medidas governamentais, para o dia 12 de Setembro. Excedendo as previsões mais optimistas, mais de 200 mil trabalhadores aderiram a esta manifestação em Roma.

Ganhava assim corpo e vigor o movimento operário espontâneo. No seio da CGIL, uma consistente área sindical de classe, "Essere Sindacato", dirigida pelo camarada Fausto Bertinotti, exigia em voz alta a convocação de uma greve geral. Os sindicatos responderam com greves regionais, greves às quais aderiram muitos milhões de trabalhadores, que nas ruas contestaram duramente os dirigentes sindicais e exigiam a extensão da luta com a realização de uma greve nacional visando a queda do governo Amato.

Quando, sob o ímpeto operário, a CGIL, CISL, UIL avançam para a convocação da greve geral a 18 de Setembro, as praças italianas encheram-se de um mar de trabalhadores, como já não acontecia há muitos anos. Mas, nessas praças, os sindicatos foram novamente alvo de contestação. A greve era, de facto, uma greve nacional, mas a sua duração era de apenas 4 horas e sem que a convocatória abrangesse todos os trabalhadores, como foi o caso de sectores importantes da Função Pública, nomeadamente na Saúde e Autarquias Locais.

A exigência do movimento operário é clara: greve geral nacional de 8 horas, greve geral até à queda do governo Amato, o governo que pretende aplicar o Tratado de Maastricht.

E a situação actual vem dar razão aos trabalhadores em luta: no dia 23 de Outubro o governo impôs, através de um decreto-lei que, de forma antidemocrática, subtraiu ao Parlamento as suas competências, um conjunto de medidas económicas das mais antipopulares do pós-guerra. E tudo isto perante o silêncio quase total e a rendição, quer do PDS de Occhetto, quer das forças sindicais. A lei do Tratado de Maastricht, que contou com o voto favorável do PDS, está a apresentar a factura, quer aos trabalhadores, quer às forças políticas que a desejaram.

A situação política geral em Itália é inquietante. Perante a derrocada do regime democrata-cristão, abrem-se cenários perigosos: a "Liga" de Bossi (Umberto Bossi é uma figura grotesca do que se poderia designar de "marialvismo" italiano), representante dos interesses da média burguesia da região da Lombardia, defende uma mal camuflada política de secessão da Itália do Norte. Noutra frente, uma vasta camada política que tem vindo a distanciar-se dos partidos tradicionais está a constituir um novo movimento político, a Aliança Democrática, que por detrás da palavra de ordem de renovação, propõe reformas institucionais antidemocráticas que visam destruir o sistema eleitoral de representação proporcional e uma política visando a defesa dos interesses do grande capital. Enquanto a Refundação Comunista, pela voz do seu secretário-geral Sérgio Garavini, lança diariamente apelos à unidade na luta das forças de esquerda, o PDS não parece capaz de exprimir uma política clara e coerente: alguns dos seus sectores estão a ser atraídos pela Aliança Democrática, outros visam a constituição de governos com os socialistas e a Democracia Cristã, enquanto que outros, como o sector de Pietro Ingrao, declaram-se pela criação de um leque de forças de esquerda.

No pós-guerra surgiu em Itália um vasto movimento de direita, que se designou "L'uomo Qualunque" ("O Cidadão Comum"). Esse movimento deu origem ao termo "qualunquismo". Em breve, o "L'uomo Qualunque" tornou-se uma grande força política que estava prestes a desestabilizar, a partir de posições de direita, a Itália. Palmiro Togliatti disse, a propósito deste movimento: "Quando o 'L'uomo Qualunque' surgiu, nos primeiros anos após o fascismo, estava-se na fase de colaboração governamental entre a Democracia Cristã, os comunistas e os socialistas.

Os dirigentes democratas-cristãos não podiam romper essa colaboração, nem apelar directamente aos grupos reaccionários da burguesia. Esse era o seu objectivo e trabalhavam nesse sentido, mas era necessária, numa primeira fase, a intervenção de um factor de ruptura da situação então existente. Esta função de ruptura foi desempenhada pelo partido do 'Uomo Qualunque', cujos êxitos teriam portanto de ser conjunturais. A burguesia conservadora procurava um instrumento bem mais sólido para a restauração do seu poder: esse instrumento era a Democracia Cristã".

Estas eram as palavras de Togliatti. Hoje é a "Liga" que desempenha o papel de ruptura protagonizado na altura pelo "L'uomo Qualunque". Mas o verdadeiro cavalo no qual a burguesia italiana aposta é o nascente movimento da Aliança Democrática. A tarefa da esquerda italiana tem de ser o combate, quer à "Liga", quer à "Aliança Democrática", através de uma grande luta de oposição que leve à unidade dessas mesmas forças de esquerda. Esta é a posição da Refundação Comunista; este é o apelo incessante do camarada Garavini. Desejariamos que também o PDS não abandonasse o percurso da unidade e da luta.



Maastricht confrontado com a nova realidade britânica

■ Manoel de Lencastro

Escrevia o «Financial Times» no passado dia 21: «A economia precisa de remédios não ortodoxos». E um dos seus leitores, em nome do «The Reform Club», observava: «Não existem dúvidas de que se nos envolvêssemos numa guerra, mesmo moderada, o pleno emprego seria conseguido em pouco tempo. Não desejo com isto dizer que queremos a guerra...» Um dia antes, o conhecido colunista W. F. Deedes escrevia no «Daily Telegraph»: «Conseguimos salvar a cabeça em 1931. Não podemos perdê-la agora.»

O «deficit» das agências mundiais de financiamento ao crédito de exportação (seguros de crédito) é de 50 biliões de dólares, segundo Ragnar Sohlman, presidente da «Berne Union», que declarou: «No total, 49 países não conseguiram realizar os seus pagamentos. Trata-se, para nós, de um assunto de contínua preocupação e a recuperação das dívidas subscritas por países em processo de fragmentação colocam-nos problemas adicionais.»

De Janeiro a Setembro, os 21 principais Bancos japoneses acumularam dívidas duvidosas ou incobráveis que ascendem a £61 biliões, ou seja, 13 115 milhões de contos. Significativo?

Arthur Scargill, dirigente popular

Sobre a segunda manifestação realizada na capital britânica em apoio da causa dos mineiros, no dia 25 de Outubro, o «Daily Telegraph», o «crème de la crème» da imprensa conservadora inglesa e farol da classe média deste país, escreveu no dia seguinte:

«Dos céus cinzentos, caía chuva sem mercê. Mas milhares e milhares de mineiros e suas famílias marchavam sobre Hyde Park pela segunda vez em 5 dias. Era tão longa a marcha, que continuava despejando contingentes 4 horas depois de haverem terminado as alocações dos oradores. Estava lá toda a gente: mineiros e médicos; professores e enfermeiras; estudantes, frades, senhoras elegantes, avozinhas escocesas, sem política, mas exibindo cartazes dizendo «Coal. Not Dole.» (1) O som dos tambores atroava os ares. No meio de um oceano de chapéus de chuva distinguia-se o estandarte da NUM (National Union of Mineworkers). Homens vestidos modernamente aplaudiam. Turistas, incrédulos, olhavam o passar do povo britânico. O deputado conservador por Rochford, Michael Clark, dizia: «A opinião pública apoia os mineiros. Eu também.» Alan Tuffin, presidente da TUC (a central sindical britânica), observava: «Se Pavarotti esteve aqui à chuva, também a TUC o pode fazer.» O principal orador foi o novo «mais querido» da nação: Arthur Scargill, que, punho cerrado, disse: «Camaradas! Temos sido tratados como simples vírgulas no visor dos computadores.» Depois, gritou: «Nós não somos vírgulas!»

*
* *

Quando, na 5ª-feira, esta edição do «Avante!» estiver nas ruas, ter-se-á produzido a votação na Câmara dos Comuns quanto ao Tratado de Maastricht. Um acto

importante, sem dúvida, representando o culminar da política «europeia» do primeiro-ministro John Major. Mas realizou-se perante uma situação diferente quando o povo britânico começa a verificar que é nas ruas que está conseguindo forçar o governo a considerar que existe na Grã-Bretanha uma nova realidade — após os mineiros, surgiram em Londres, numa longa manifestação sobre o Parlamento, os trabalhadores da «British Aerospace», 70 mil dos quais se acham sob ameaça de despedimento. Tinham vindo de Hatfield, de Preston, de todos os cantos do país. Empunhavam cartazes aos milhares. «No closures. No job losses.» (2)

Maastricht na Câmara dos Comuns

A batalha parlamentar contra Maastricht tem-se desenhado a ritmo alucinante. Os trabalhistas, incluindo os seus próprios pró-europeus, uniram-se perante a possibilidade de derrota do governo. Declararam: «Se o debate está sendo transformado numa questão de confiança ao governo Major, a nossa resposta é, não!»

Os conservadores anti-Maastricht, entretanto, viram-se confrontados com uma clara ameaça por parte do primeiro-ministro: eleições. Há 40 ou 50 deputados «tories» que se declararam dispostos a votar contra o governo. Mas a ameaça de John Major, fazendo-lhes lembrar que se fosse derrotado nos Comuns solicitaria da rainha a dissolução do parlamento e a convocação de novas eleições, fez com que alguns comessem a pensar duas vezes. Um

ar de estranha ansiedade e de verdadeira incredulidade penetrou os corredores do histórico palácio de Westminster. Entretanto, os 31 mais fortemente inclinados contra Maastricht (suficientes para cancelarem o Tratado e derrotarem Major) continuam a resistir à pressão do primeiro-ministro. Desses, só 11 parece absolutamente certo que acabarão por votar contra o seu próprio governo: Sir Rhodes Boyson, Nicholas Winterton, Ann Winterton, Richard Shepherd, John Townend, Bill Cash, Toby Jessel, Sir Patrick McNair Wilson, Elizabeth Peacock, Peter Fry, James Cran. Anti-Maastricht, pró-thatcheristas, são estes deputados que conduzem a bandeira da atração fatal pela queda do governo — porque o país, dizem, para lá das questões europeias e das rivalidades internas do partido conservador, exige ser governado decentemente e quer a economia em mãos prudentes.

John Major, o funcionário primeiro-ministro, será salvo pelos liberais-democratas, no fim de contas, que, espectacularmente (deliciosamente...) resolveram que o inimigo são... os trabalhistas. O seu «leader», Paddy Ashdown, perdido no meio de uma situação que não compreende ou finge não compreender, pediu aos seus deputados que coloquem os respectivos votos do lado de um governo que já ninguém respeita neste país. Política sábia, a dos liberais-democratas. No momento em que o povo se mobiliza para a defesa dos seus empregos e para a salvação do país, da bancarrota, preferem salvar Maastricht, o Tratado cujas cláusulas compreendem o estrangulamento da independência e das liberdades por que os povos britânicos têm lutado desde a Guerra Civil, pelo menos, para não descermos mais fundo na História.

Major dispõe ainda de uma segunda reserva de votos que, eventualmente, o ajudarão: a dos unionistas do Ulster cujo papel sinistro em toda a crise que se vem vivendo desde o Verão tem feito muito boa gente pensar no quanto são anacrónicas, irreais, imerecedoras dos sacrifícios feitos pela Grã-Bretanha, as suas posições.

Na hora da verdade

Mas enquanto o governo joga a sua vida nos Comuns, perdem-se as de 200 empresas, semanalmente, e extinguem-se milhares e milhares de postos de trabalho. O que tem a Europa de Maastricht para oferecer? De Janeiro a Julho, o desemprego nos países da CEE atingiu os 14 milhões de pessoas. Toda a indústria siderúrgica sofre.

A «British Steel» cortou os programas de produção em 20% e as suas fábricas em Scunthorpe, no Humberside, parecem destinadas ao encerramento. O pessoal, olhando o que se passou com os mineiros, já se agita. «Não fecharão as minas! Não fecharão os altos fornos!» Toda a siderurgia dos países da CEE procura reestruturar-se enquanto as importações de aço barato proveniente da Europa de leste invadem o mercado. Vão desaparecer 50 mil empregos. «Está tudo no caos», dizem os analistas económicos especializados na indústria siderúrgica. Replicam os trabalhadores: «É o fim do mundo!»

Ao sector ferroviário chegam notícias alarmantes: nada menos de 15 mil empregos estão na linha de fogo. O governo cortou grande parte do investimento a que se encontrava comprometido. O programa de construção de novos modelos de locomotivas será abandonado. Outras grandes fábricas que trabalham em conjunto com as das locomotivas e demais material rolante poderão ver o seu pessoal reduzido em mais de metade nos próximos dois anos — a GEC-Alsthom, a Balfour-Beatty, a ABB e a Brush Traction.

A crise alarga-se sempre e sempre. A «Ford» fechou por uma semana inteira em Dagenham (a fábrica principal) e em Southampton. Não há trabalho para os mais de 6800 operários. As perdas da grande companhia nas suas operações europeias ascenderam, durante os 9 primeiros meses deste ano, a 371 milhões de dólares. Ao contrário, os prejuízos da «General Motors» (753 milhões durante o mesmo período) construíram-se nos Estados Unidos, principalmente. Disse o «Financial Times» (30.10): «A indústria automóvel europeia acha-se à beira da sua hora da verdade.» Só no nosso Portugal, que acabamos de reavistar, o capitalismo vai funcionando com graciosidade e algum encanto. Os ministros sorriem sempre (dos portugueses, ou de si próprios?) e nas páginas de Economia do «Expresso» só se escreve sobre Bancos, empresas financeiras diversas, privatizações, pequenos e grandes accionistas. Raramente se fala em fábricas ou em trabalho. O que se compreende, dado que a nossa Lisboa está sendo transformada numa gargalhável mini-Wall Street da nossa estupefacção. Só se fala em dinheiro enquanto o mundo, à nossa volta, começa a desabar. Bem fazem os ministros. Riem-se, enquanto não chega para eles, como para a indústria automóvel em toda a Europa e no mundo, a hora da verdade.

(1) «Carvão, sim. Desemprego, não.»

(2) «Não ao encerramento. Não aos despedimentos.»





APELO CONTRA O BLOQUEIO A CUBA

Em Cuba, a conjugação do embargo americano que se mantém há 30 anos e a redução drástica das trocas económicas com a URSS e os países do Leste deu origem a uma situação dramática.

As dificuldades de abastecimento multiplicam-se. As aquisições incontestáveis em matéria de Saúde e Educação arriscam-se a ser postas em causa. Critica-se, em nome dos direitos do Homem, as carências de Cuba em matéria de democracia. Mas esta crítica não dá por isso o direito, em nome dos mesmos direitos do Homem, a asfixiar o país economicamente. Temos sobre o regime cubano posições divergentes. Mas juntamo-nos para denunciar uma situação que visa acabar com um regime matando à fome o seu povo. Em caso algum esta agressão unilateral pela primeira potencia mundial poderá conduzir à liberdade deste povo. Exigimos, por isso, o levantamento do bloqueio que é um atentado à dignidade e à vida do povo cubano.

• A. Belmiro Guimarães – Tradutor • A. M. Tenreiro – Médico • Adolfo Betencourt – Comerciante • Albano Martins – Escritor • Albano Nunes – Funcionário Político • Albertina Dias – Atleta de Alta Competição • Alberto Pérsimo – Pintor • Alberto Vilaça – Advogado • Alcina Bastos – Jurista • Alcino Soutinho – Arquitecto • Alexandre Cabral – Escritor • Alexandre Castanheira – Professor • Alfredo Augusto Caria Baptista – Engenheiro Civil JAE Braga • Alfredo Caldeira – Técnico de Cinema • Alfredo Casal Ribeiro – Engenheiro • Alfredo Flores – Músico • Alfredo Melo de Carvalho – Inspector Geral do ME • Alfredo Soveral Martins – Advogado • Almor Viegas – Economista • Álvaro Batista Pereira – Gerente de Empresas • Álvaro Faria – Actor • Álvaro Ferreira Alves – Médico • Álvaro Salazar – Maestro • Álvaro Siza Vieira – Arquitecto • Alves Barbosa – Director Técnico da Fed. Portuguesa de Ciclismo • Ana Avoila – Dirigente Sindical • Ana Coelho Maldonado – Professora • Ana Dias Coutinho – Estudante • Ana Nave – Actriz • Anabela Feliciano – Estudante • Aníbal Figueiredo – Agricultor • António Abreu – Engenheiro • António Alexandre Manta – Engenheiro Téc. Agrário • António Arnaut – Advogado • António Avelãs Nunes – Professor Unversitário FDUC • António Cardoso Ferreira – Médico Dirig. Sind. Delegado Saúde • António Carmo – Pintor • António Casimiro – Cenógrafo • António Domingues – Pintor • António Espírito Santo – Engenheiro Agrónomo • António Ferreira Lopes – Funcionário Político • António Godinho Ferreira – Economista • António Gomes da Silva – Alfaiate • António Goulart – Dirigente Sindical • António José Guarda Ribeiro – Advogado • António José R. Henriques – Técnico de Informática • António Macário Monteiro – Coordenador U. Sind. Viseu • António Madureira – Arquitecto • António Modesto Navarro – Escritor • António Muñoz – Produtor da TV • António Paulouro – Jornalista • António Rato – Agricultor • António Redol – Engenheiro • António Reis – Actor • António Rodrigues Dias – Médico • António Rosa Coutinho – Almirante • Arlindo Fagundes – Economista • Armanda Carvalho Fonseca – Advogada • Armando Aldegaleta – Atleta do SCP • Armando Alves – Pintor • Armando Cairo – Professor Unversitário • Armando F. Rocha – Oficial de Diligências • Armando Melo – Arquitecto • Armando Pereira Silva – Jornalista • Armando Sá Coimbra – Juiz Desembargador • Armindo Barros – Arquitecto • Armindo Rodrigues – Reformado • Arnaldo Mendonça – Médico • Artur Augusto Silva – Médico • Artur Pinto – Publicitário • Artur Ramos – Realizador • Artur Semedo – Realizador • Aurélio Pereira Barbosa – Industrial • Baltazar Vilela – Médico • Bárbara Flores – Estudante • Bernardino Pereira – Treinador de Atletismo • Bernardo Sá Tinoco – Professor • Blasco Hugo Fernandes – Engenheiro • Carlos Alberto Freitas Lourenço – Emp. Escritório, Dirigente Sindical • Carlos Alberto Peshino – Presidente CM Palmela • Carlos Alberto S. Pinho – Comissário de Bordo • Carlos Alberto S. Vale – Gerente Comercial • Carlos Amaro – Engenheiro Agrónomo • Carlos do Carmo – Músico • Carlos Coutinho – Jornalista • Carlos Gomes – Economista • Carlos Luís Figueira – Funcionário Político • Carlos M. Ascensão Calado – Geólogo • Carlos Mota Soares – Professor Catedrático IST • Carlos Pauleta – Presidente da J. Freguesia dos Prazeres • Carlos Pinhão – Jornalista • Carlos Plácido de Sousa – Médico/Cientista • Carlos Reis – Pintor • Carlos Salomé – Cantor • Carlos Viana – Assistente de Realização de TV • Casimiro Menezes – Médico • Cassiano Abreu e Lima – Prof. Univ/Médico • Catarina Eufémia Trigo – Estudante • Cecília Netto – Realizadora de TV • Celeste Amorim – Cantora • Celorico Moreira – Vice-Presidente do Comité Olímpico Português • César Abel – Médico • Cílio Pereira Correia – Médico • Cláudia Antunes – Dirigente Ass. Escola Secundária Santo André/Barreiro • Clara d'Ovar • Conde Reis – Cenógrafa • Correia da Fonseca – Crítico de TV • Cremilda Gil – Actriz • Cristóvão de Aguiar – Escritor • Cruz Santos – Editor • Daniel Barros Meirim – Empresário • Daniel Branco – Presidente CM Vila Franca de Xira • Daniel do Rosário – Dirigente Ass. Escola Secundária de Queluz • Daniel Santos – Dirigente Ass. Faculdade Ciências de Lisboa • David Mourão Ferreira – Escritor • Deolinda Jacinto de Azevedo – Professora • Deolindo Leal Pessoa – Médico • Diana Adringa – Jornalista • Diniz de Almeida – Oficial do Exército • Domingos da Costa Gomes – Advogado • Domingos Tavares – Prof. Fac. Arq. Porto • Duarte Caldeira – Director Executivo • Duarte Nunes Simões – Arquitecto • Dulce Rebelo – Investigadora • Eduarda Chiotte – Escritora • Eduardo Anselmo Castro – Assistente Unversitário • Eduardo Chitas – Professor Unversitário FLL • Eduardo Cruzeiro – Cenógrafo • Eduardo Manuel Madureira Jordão – Prof. Indep. • Eduardo Mota – Professor • Eduardo Rodil – Anotador de TV • Eduardo Lima Teixeira – Professor • Egito Gonçalves – Escritor • Emílio Peres – Médico • Ernesto Mello e Castro – Escritor • Esmeralda Almeida – Veterinária • Euclides Pereira – Empregado • Eufrazio Filipe – Presidente da CM Seixal • Eugénia Pereira Correia – Licenciada em Antropologia • Ezequiel Lino – Presidente da CM Sesimbra • F. Lopes Pereira – Engenheiro Agrónomo • Fátima Dina Silva de Almeida – Professora, Dirigente Sindical do SFRC • Fátima Neves – Pintora • Fernando Amaro – Dirigente CGTP Coordenador U. Sind. Algarve • Fernando Blanqui Teixeira – Engenheiro • Fernando Cortés Pinto – Arquitecto • Fernando Fernandes – Livreiro • Fernando Gonçalves – Economista • Fernando Gomes – Médico • Fernando J. Vicente Mendes – Engenheiro • Fer-

nando Lopes Graça – Compositor • Fernando Midões – Realizador • Fernando Moraes – Dirigente Sindical • Fernando Paulouro Neves – Jornalista • Fernando Pimenta – Professor • Fernando Piteira Santos – Professor Unversitário • Fernando S. Neves – Professor • Fernando Silva Mougá – Advogado • Fernando Tavares Ferreira – Médico • Fernando Torres – Arquitecto • Fernando Vicente – Engenheiro • Fernando Vieira de Sá – Médico Veterinário • Flórida Lança – Dirigente Sindical • Francisco Melo – Editor • Francisco Moraes – Coordenador Regional do STAL • Francisco dos Santos Caetano – Médico • Frederico Gama Carvalho – Investigador • Frederico Mirão – Engenheiro • Garcez da Silva – Escritor • Gertrudes Marçal – Anotadora de TV • Gil Matias – Actor • Gonçalo Fagundes Meira – Agente de Método • Gordillo – Escultor • Graça Branco – Docente Unversitária, Univ. do Minho • Graça Mexia – Psicóloga • Graciete Monteiro Fernandes – Engenheira • Helder Coelho – Professor Catedrático da UTL • Helder Costa – Encenador • Helder Madeira – Presidente da AM Barreiro • Helena Bastos – Professora Unversitária IST, Dirigente do MDM • Helena Seródio – Professora Unversitária FLL • Henrique Barreto Nunes – Bibliotecário • Henrique Cunha – Engenheiro • Henrique Espírito Santo – Produtor de Cinema • Henrique Lopes Mendonça – Oficial da Marinha de Guerra • Henrique Ochenberg – Reformado • Henrique Ruivo – Pintor • Henrique Silva – Pintor • Herberto Goulart – Economista • Hermenegildo Fernandes – Professor Unversitário • Hérmani Resende – Docente • Hipólito Clemente – Pintor • Hironidina Chitas – Assistente Social • Homero de Serpa – Jornalista • Irene Cruz – Actriz • Isabel Amaro – Arquitecta • Isabel Carvalho – Jornalista • Isaura Machado dos Reis – Professora, Vereadora CM Covilhã • Isaura Vieira – Secretária, Dirigente do MDM • Eduardo Campos Rebelo – Assistente Unversitário • J. Luís Bucho de Matos – Director Administrativo • J. Luís Madeira Lopes – Advogado • Jaime A. Couto Ferreira – Professor Unversitário FEUC • Jaime Campos – Realizador de TV • Jaime Cortesão Casimiro – Gestor • Jaime Miranda Azinheira – Professor da ESBAP • João Amaral – Deputado, Presidente da AM Lisboa • João Barros Duarte – Presidente da CM Marinha Grande • João Corregedor da Fonseca – Deputado • João Coucinho – Vereador da CM da Azambuja • João Duarte – Escultor • João Lourenço – Encenador • João Machado Ferreira – Presidente da Junta de Freg. Fanhões • João Madeira Lopes – Advogado • João Matos Silva – Realizador • João Melo – Escritor • João Paulo M. Correia – Estudante • João Serpa – Dirigente Sindical • João de Sousa Andrade – Professor Ass. Faculdade Ec. UC • João Torrado – Dirigente Sindical • Joaquim D. Roque Barata – Engenheiro Técnico Electromecânico • Joaquim Gomes – Funcionário Político • Joaquim M. Nunes Lopes – Engenheiro Técnico Agrário • Joaquim Pires Gil – Advogado • Joaquim Salgado Almeida – Artista Plástico • Jorge Adelino de Sousa Gonçalves – Delegado do Procurador da República • Jorge Grácio – Técnico de Contas • Jorge Nogueira Silva – Actor • Jorge Pisco – Designer • Jorge Seabra – Médico • Jorge Ulisses – Escultor • Jorge Veiga – Vice-Reitor da Universidade de Coimbra • José António Ambrósio – Professor • José Alberto Ferreira Figueiredo – Professor Ens. Secundário • José Barbosa Pires – G. F. Reserva • José Barata Moura – Professor Unversitário • José Botelho da Costa – Comerciante • José Carlos F. Soares – Professor • José Carlos Nogueira – Professor • José Chitas – Presidente da CM de Mora • José Dantas – Animador Cultural • José de Deus – Presidente da CM de Vila do Bispo • José Duarte – Musicólogo • José Duarte Silva – Professor • José Durão – Engenheiro Electrónico • José Emílio da Silva – Engenheiro • José Freitas Sampaio – Engenheiro • José Garibaldi – Jornalista • José Gomes – Actor • José Jardim – Comerciante • José Joaquim Brita – Dirigente Sindical • José Lopes de Almeida – Advogado • José Luís Borges Coelho – Maestro • José Luís Cabrita – Gerente Comercial • José Luís Lopes Pereira – Presidente da CM da Moita • José M. Oliveira Brás – Gerente Comercial • José Manuel Godinho – Professor • José Manuel Maia – Deputado, Presidente da AM de Almada • José Manuel Mendes – Escritor • José Manuel da Costa – Prof. Ensino Secundário • José Maria da Cunha Costa Dias – Economista • José Martins Leitão – Advogado • José Metelo – Engenheiro • José Morgado – Prof. Univ. Jubilado • José Nogueira Gil – Inspector Principal do ME • José Oliveira – Tradutor • José Oliveira Barata – Professor Unversitário FLUC • José Honório – Empregado, Vereador CM Gaia • José Paixão Correia – Dirigente da Inter Jovem • José Pastor – Fotógrafo • José Paulo Serralheiro – Professor, Dirigente Sindical • José Pedro M. Teixeira – Jornalista • José Robert – Músico • José Rodrigues – Escultor • José Saramago – Escritor • José Veloso – Arquitecto • José Vitoriano – Funcionário Político • José Zagallo e Mello – Artista Plástico • Judite Baptista – Programadora • Júlio Almeida Pires – Médico • Júlio Cardoso – Actor • Júlio Couto Escritor • Júlio Gago – Teatrólogo • Júlio Graça – Escritor • Júlio Roldão – Jornalista • Juvenal Garcês – Actor • Laura Lopes – Jurista, Dirigente do MDM • Leonor Moniz Pereira – Professora Unversitária • Leonor Ribeiro – Advogada • Luís Alberto – Actor • Luís António Nunes Lourenço – Professor Unversitário • Luís Catarino – Advogado • Luís Costa Dias – Historiador • Luís Dantas Ferreira – Engenheiro • Luís Filipe Costa – Realizador de TV • Luís Filipe Viladinas – Jurista • Luís Manuel Cambra Nogueira – Professor, Tradutor • Luís Miranda – Economista • Luís Moita – Professor Unversitário • Luís Moreira – Bailarino Clássico • Luís

Oliveira Dias – Engenheiro • Luís Pereira Garra – Coordenador U. Sind. Castelo Branco • Luís Ralha – Professor • Luís de Sousa Seco – Advogado • Luísa Araújo – Emp. Escritório • Luísa Amorim – Médica, Dirigente do MDM • Luísa Irene D. Amado – Professora • Luiz Francisco Rebello – Presidente da SPA • Lusitano Correia – Licenciado em Física • Luz Maria Gonçalves Barbosa – Professora • Manuel A. Pires – Produtor de TV • Manuel Alegre – Escritor e Deputado • Manuel B. Figueiredo – Economista • Manuel Cerqueira Rodrigues – Engenheiro Técnico Agrário • Manuel Costa Martins – Arquitecto • Manuel Dias Duarte – Professor • Manuel Gusmão – Professor Unversitário FLL • Manuel Guerra – Encenador • Manuel João da Palma Carlos – Jurista • Manuel Neves Moia – Presidente da AM de Vila R. S. António • Manuel Ruas – Realizador • Manuel Sequeira Afonso – Advogado • Manuel Veiga – Presidente da CM de Loures • Manuela Abreu e Lima – Secretária Coop. Árvore • Manuel Pilar – Cenografista • Marcial Lopes – Advogado • Margarida Tengarrinha – Pintora • Maria Alberta Cruz – Geógrafa • Maria Carlota Quintanilha – Arquitecta • Maria Celsa L. Pimenta – Psicóloga • Maria do Céu Guerra – Actriz • Maria D. Flores – Professora • Maria Dolores Cabrita – Secretária • Maria Elisa da Silva César – Pintora, Prof. Inst. Politécnico • Maria Emília Salavessa – Professora • Maria Emília de Sousa – Presidente da CM de Almada • Maria Fernanda Mateus – Operária Têxtil, Dirigente do MDM • Maria Helena Dias – Produtora de TV • Maria Helena Duarte – Psicóloga • Maria Helena Mateus – Professora Unversitária • Maria Isabel A. Ferreira – Estudante • Maria João Faria – Engenheira • Maria José Gomes – Relações Públicas • Maria Leonor Ribeiro – Advogada • Maria de Lurdes Abrantes N. Figueira – Dirigente Sindicato Professores • Maria Luísa Sabino – Funcionária Portuária • Maria Luz Nogueira – Dirigente da InterJovem • Maria Sofia Machado Horta – Professora • Maria Teresa S. L. Gomes – Médica • Marina Barradas – Empresária • Mário Alberto – Cenógrafo • Mário Carvalho – Docente Unversitário • Mário Castrim – Jornalista • Mário David Soares – Professor, Presidente Sind. Prof. Norte • Mário Jorge S. Neves – Médico • Mário Nogueira – Professor, Coordenador do SPRC • Mário Sousa – Dirigente Sind. Professores, Vereador CM VRS António • Mário Sottomayor Cardia – Professor Unversitário • Mary Van-Dunen – Produtora de TV • Marta Cristina Araújo – Escritora • Maurício de Sousa – Inspector, Vereador da CM Viana • Miguel Boieiro – Presidente da CM de Alcochete • Miguel Soares – Assistente de Realização de TV • Miguel Urbano Rodrigues – Jornalista • Moraes e Castro – Actor • Natália Correia – Escritora • Nuno A. Pereira Mendes – Engenheiro • Octávio Teixeira – Economista • Octávio V. Ferreira – Professor Unversitário • Odete Filipe – Dirigente da CGTP • Odete Santos – Advogada • Olga Taborda – Geógrafa • Oliveira Costa – Realizador de TV • Olívia Moreira – Médica • Orlando de Almeida – Presidente da CM Amadora • Oscar Jordão Pires – Advogado • Oscar Lopes – Escritor, Prof. Unversitário • Oscar Soares de Oliveira – Protésico Dentário • Palma Inácio – Vogal da AM de Lisboa • Paula Cristina Henriques – Licenciada em Serviço Social • Paula Gomes Ribeiro – Musicóloga • Paula Pontes – Campeã Nacional de Judo • Paulo Jorge Anacleto – Estudante • Paulo Pais – Professor • Pedro Abrunhosa – Músico • Pedro Vieira de Almeida – Arquitecto • Raul Figueiredo – Engenheiro • Raul Peixoto – Advogado • Rego Mendes – Vereador da CM Lisboa • Ricardo Jorge M. Ferreira – Estudante • Rita Maria Folha – Secretária • Rodrigo Ollero – Arquitecto • Rogério Carapinha – Jornalista • Rogério Paulo – Actor • Rosa Ventura – Música, Dirigente Sindical • Rosário Quintas – Professora • Rui Alberto Nunes – Chefe da Estação CP • Rui Anahory – Artista Plástico • Rui Cairo – Advogado • Rui Carrington da Costa – Professor Catedrático de Fac. Med. UC • Rui Garção – Produtor de TV • Rui Godinho – Vereador da CM Lisboa • Rui Madeira – Encenador • Rui Mendes – Actor • Rui Peixoto – Actor • Rui Pereira – Presidente da Associação Estudantes ESBAL • Rui Ramos – Dirigente do STAL • Rui Sacramento – Vereador da CM Portimão • Salgado Lobo – Advogado • Sandra Gusmão – Estudante • Santos Cardoso – Vereador da CM de Coimbra • Sara Canavezes – Dirigente Ass. Rep. das Ass. Est. Ens. Sec. na CM Lisboa • Sara Lemos – Historiadora de Arte • Sérgio Carvalhão Duarte – Médico • Silva Marques – Médico • Simões Ferreira – Arquitecto • Sousa Fernandes – Médico Oftalmologista • Teresa Bauté – Escritora • Teresa Olga – Realizadora de TV • Teresa Paula Valente Martins – Comissária Internacional de Ciclismo • Teresa Ponceleão – Engenheira • Teresa Vilaverde – Realizadora de Cinema • Tiago Manuel – Pintor • Tiago Rodrigues – Estudante • Tito Seabra Diniz – Professor de Psiquiatria • Ulpiano Nascimento – Economista • Ulisses Garrido – Dirigente Sindical • Urbano Tavares Rodrigues – Escritor, Professor da Unversitário FLL • Vasco Gonçalves – General • Vasco Magalhães Vilhena – Filósofo • Viale Moutinho – Jornalista • Victor Costa – Geólogo • Victor Manuel Borrego – Presidente da AM de Palmela • Virgílio Alberto Vieira – Escritor • Virgílio Domingues – Escultor • Virgínia Maria Gonçalves Barbosa – Advogada • Virgínia de Moura – Engenheira • Viriato Teles – Jornalista • Victor Caldeira – Odontologista • Victor Matias Ferreira – Sociólogo, Professor Unversitário • Victor Sá – Professor Unversitário • Waldemar de Sousa – Actor • Wladimir Brito – Advogado, Docente Unversitário • Zilda Carvalho – Investigadora • Zillah Branco – Socióloga • Zulmira Neves – Advogada.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Sim, que diferença?

Li isto em qualquer lado:
nas eleições ianques — um flagelo! —
também é candidato um cadastrado
já com bastante xelindró no pêlo.

Por quê a admiração?
Deixem lá o rapaz.
Um delinquente mais, não me dirão?,
que diferença é que faz?...

Esperança!

Um governo operoso!
Laborinho, que ideias!
Vai — diz ele orgulhoso —
Vai haver mais cadeias.

Não, não. Não é operação de charme.
Sossegai, pois. A modos
que não há mais motivo para alarme:
há cadeias pra todos.

Afim, assim não...

A Inglaterra estala.
A França nem se fala.
A Itália mal se amanha.
E até a Alemanha
essa grande promessa
já recessa!

Há uma voz zangada
chateada
porque «assim, não se resolve nada...»

A História o diz: pra comprar os melões
não bastam os milhões...

Se embarcas na ilusão
do moni de arreganho
ficas com um melão
de todo o tamanho...

Estatística

A tal economia de veludo?
História à popa!
Gasta-se tudo
já ninguém poupa.

(Estatística: a poupança
está no prato de cima
da balança
e triste, desanima...)

Dona de casa, amiga, que chatice!
Tu vês a roubalheira?
Eu bem te disse
que tivesses cuidado com a carteira...

Bêbedos

Agora é mesmo a sério. Quem guiar
metido numa grande carraspana
fica a saber: agora vai de cana
e quanto a multas nem é bom falar.

Acho bem. Pode um bêbedo causar
mil prejuízos. Dê-lhe antes na gana
em vez de álcool beber uma tisana.
Muito agradece o povo que passar.

Este soneto rima a sugestão:
mande-se já que soprem no balão
Couto, Macedo, Arlindo, o Prof. ao leme,

o Loureiro, o Santana, o Marques Mendes.
São um perigo ao volante, estes duendes.
Passam eles e já o país treme!

«Socialistas»

Quem tivesse tido a
paciência de ver o frente-a-
frente na TV, entre João
Jardim e Almeida Santos,
ficava certamente com a
impressão de que tinha
assistido a um «lado-a-
lado». Com efeito,
seguindo a actual linha
«socialista» de aproximação
— ou de mistura? — com o
PSD, o destacado socialista
Almeida Santos nem sequer
se preocupou em distanciar-
se de um indivíduo tão
radical do PSD como João
Jardim. De acordo
estiveram em tudo, menos
naqueles acessórios que é
de bom tom civilizadamente
discordar.
Mais uma vez se vê o
antigamente acutilante
Almeida Santos quase a
desculpar-se de ser
«socialista». Também é
verdade que João lhe
perdoou bastante e não lhe
deu forte e feio. Como ele
merecia...

«Vigilantes»

Quem se lembra não
esqueceu. Era no tempo do
fascismo. Ou, como diria
hoje Almeida Santos,
«antigamente». Era no
tempo em que um ministro
de Marcelo Caetano enviava
para a Universidade os seus
gorilas, pagos para a
repressão aos estudantes,
numa sábia política de
«diálogo».
Hoje, em entrevista ao mui
«democrático» pasquim «O

Diabo», Veiga Simão, o
antigo ministro de Marcelo
e logo depois membro
destacado do Partido
Socialista, vem — como
seguindo pelo faro as
mutações no interior do PS
— novamente defender que
«se justifica» a actuação de
«vigilantes» — leia-se
gorilas — nas universidades.
Reconhece que, no tempo
do fascismo, foi uma
medida errada. Mas que
hoje não seria. Que seria
dos estudantes se «este» PS
fosse para o Governo?
Entretanto, para não deixar
dúvidas de que está apenas
a seguir o «chefe» do PS,
Veiga Simão lembra que foi
recrutado para o Partido
Socialista pelo inefável
Almeida Santos — que é
actualmente Presidente do
PS e Presidente do seu
grupo parlamentar...

Uma ajudinha

Quem dá uma ajudinha a
perceber como o actual PS
ajuda na verdade o PSD a
continuar no Governo é o
insuspeito Vítor Cunha
Rego, na sua crônica do
«novo» «Diário de
Notícias». Este comentador,
que escrevia anteontem
sobre o «Bloco de
Maastricht» afirma
textualmente, depois de
sublinhar que «o
federalismo desta Europa é
irrealizável», dadas as
depressões, confusões,
divisões e radicalizações
que por aí correm: «O que

não faria o PSD se estivesse
na oposição! O PS ajudou,
pelo contrário, o PSD a
ficar no Governo, opondo-
-se a um referendo que
poderia ser desastroso para
Cavaco Silva!
Cavaco Silva, certamente,
vai agradecer...

«Democratas»

O partido do Governo é
«democrático». Está no
nome. Quer a gente se
lembre dos tempos que já lá
vão, em que se chamava
PPD, quer nos tempos
seguintes, em que mudou
para PSD, quer ainda
depois, juntando as duas
siglas em PPD/PSD, sempre
guardou a qualificação de
«democrático» ou de
«democrata», certamente
com receio de que lhe
duvidassem da democracia.
Em mais um roubo
democrático, o PSD fez
publicar no seu órgão
oficial — ou talvez melhor
dito «órgão particular» que
responde pelo nome de
«Povo Livre» — do passado
dia 28 de Outubro, os
volumosos textos das
moções ao próximo
Congresso, que vai realizar-
-se a 13 de Novembro —
uma sexta-feira, data aziaga.
Como se vê, o militante
social-democrata — e
também o popular-
democrata — tem tempo de
sobra, 15 dias, para ler e
pronunciar-se sobre as
«democráticas» estratégias
dos seus barões.

frases
da
Semana

«Sabe quem vai ser o próximo
Presidente dos EUA? Bush?
Clinton? Ou Perot? De certeza,
só Deus e os eleitores norte-
americanos podem dizer.»

☞ (Anúncio da TSF à cobertu-
ra das eleições americanas —
dos jornais)

«Santana Lopes parece que
está a perder o único lado sim-
pático que tinha: a sua aversão
ao puritanismo.»

☞ (Nátalia Correia —
«Público», 31.10.92)

«É verdade. O Abel tem três
amores. O Futebol Clube do
Porto, Cavaco Silva e Fernando
Nogueira.»

☞ (Carlos Branco, Presidente
da secção da Sé (Porto) do PSD
— «Expresso», 31.10.92)

«(...) sempre que Cavaco
Silva ou Fernando Nogueira
vêm ao Porto, o Abel gosta de
estar presente e, por isso, em
diversas ocasiões, fui eu que o
convidei para ir dar uma
ajuda.»

☞ (Idem)

«Nunca fui a nenhum comício
de nenhum partido.»

☞ (Pinto da Costa, Presidente
do FCP — «Expresso»,
31.10.92)

«Adopta-se este procedimen-
to (informações à imprensa,
pelo telefone) em atenção quer
à nobreza das Conferências de
Imprensa, que devem ser reser-
vadas para assuntos de dimen-
são nacional, quer em atenção
aos senhores jornalistas, cujas
deslocações sempre difíceis no
caótico trânsito de Lisboa se
pretende, deste modo, dispen-
sar.»

☞ (Nota do PSN à imprensa,
citada em «Expresso»,
31.10.92)

«Considera-se um homem
rico?
«Não, não, de jeito nenhum, até
porque a riqueza deve ser pro-
duzida e é propriedade de
todos, a riqueza é transitória em
relação às pessoas. Como sabe,
nascemos e morremos da
mesma maneira, isto é: com 0
de activos.»

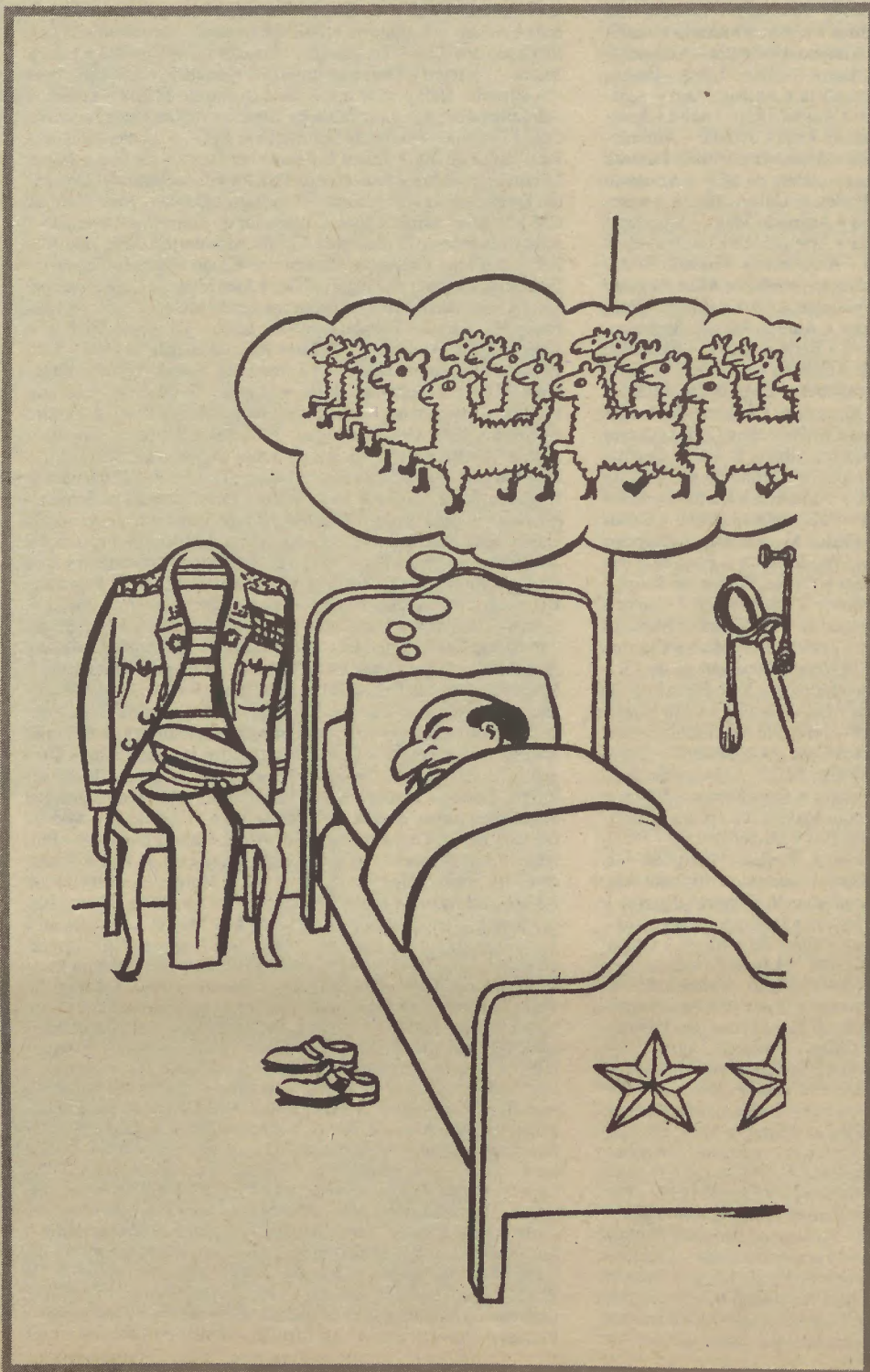
☞ (Belmiro de Azevedo —
Telejornal, Canal 1, 29.10.92)

«A imprensa internacional e
observadores independentes
não dispõem de dados suficien-
tes para saberem o que se passa
hoje em Angola. Toda a infor-
mação disponível assenta em
fontes governamentais, depen-
dentes do MPLA, ou em muito
escassos contactos com raros
dirigentes da UNITA, menos
disponíveis desde o momento
em que o líder da UNITA se
fechou numa concha a que
accede apenas um pequeníssimo
grupo de incondicionais.»

☞ (Adelino Gomes — «Públi-
co», 1.11.92)

«É difícil que não tenham
concluído, ou acabado por con-
cluir, que Savimbi é mesmo um
troca-tintas.»

☞ (Augusto Abelaira — «O
Jornal», 30.10.92)



Iniciativas preparatórias

- **ALCOBAÇA**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia plenária.
- **ALCOCHETE**
Domingo, às 16 horas, assembleia plenária da organização do Samouco, na Junta de Freguesia. Terça-feira, às 21.30, assembleia plenária da organização de freguesia de Alcochete, no CT.
- **ALENQUER**
Amanhã, às 21 horas, assembleia plenária no Carregado. Sábado, às 15.00, assembleia plenária na vila de Alenquer.
- **ALIJÓ**
Sábado, às 15 horas, assembleia plenária concelhia, com Armando Carvalho, do CC.
- **ALJEZUR**
Sábado, às 16 horas, assembleias plenárias em Alfambras-Rogil e Odeceixe-Maria Vinagre.
- **ALUSTREL**
Sábado, no CT, assembleias da célula das Pirites (às 15 horas) e de empresas da vila (às 16.30).
- **ALMADA**
Amanhã, às 21.30, reunião dos camaradas da Comissão de Centro, PMEs, Informação e Propaganda e Movimento Associativo da freguesia da Cova da Piedade, no CT local.
Sábado, às 15 horas, no CT da Cova da Piedade, reunião de comissões locais (Zona Centro, Bairro, Pão de Açúcar e Ramalha); às 15.30, assembleia plenária do Feijó, no CT local.
Domingo, às 15 horas, assembleia plenária da Charneca, no CT local.
Quarta-feira, às 21 horas, no CT concelhio, reunião da célula da Aíptica.
- **AMADORA**
Hoje, às 18 horas, no CT, reunião da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal, com Júlio Filipe, do CC.
- **ARRAIÓLOS**
Amanhã, às 20 horas, reuniões de militantes, no CT de Arraiolos e nas juntas de freguesia da Igreja e Vale do Pereiro.
- **ARRUDA**
Quarta-feira, às 21 horas, assem-
bleia plenária.
- **AVEIRO**
Sexta-feira, às 14 horas, na Póvoa do Paço, reunião da célula da Renault/Cacia.
- **AZAMBUJA**
Amanhã, às 21 horas, assembleias plenárias em Manique do Intendente e Aveiras de Baixo. Sábado, às 21 horas, assembleia plenária em Tagaró.
- **BARREIRO**
Sábado, às 15 horas, assembleia plenária da organização de freguesia de Palhais, no CT. Quarta-feira, no CT, assembleia de célula da CP.
- **BOMBARRAL**
Sexta-feira, às 21.30, na Junta de Freguesia, assembleia plenária.
- **BEJA**
Amanhã, às 20 horas, assembleia plenária da organização de Montes Velhos, no CT local; às 21 horas, assembleia plenária da Função Pública, no CT de Beja; às 20 horas, assembleia plenária das organizações de Marmelar e Pe-
drógão, na Coop. de Consumo de Marmelar, com José Moreira Rita, do CC.
- **BORBA**
Amanhã, às 20 horas, reunião de militantes na Orada. Sábado, às 20.30, reunião de militantes na Nora.
- **CARREGAL DO SAL**
Sábado, às 15 horas, reunião de militantes.
- **CARTAXO**
Sexta-feira, às 21 horas, assembleia plenária.
- **CASTELO BRANCO**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, reunião de militantes da zona do Cansado. Sábado, às 16.00, no CT, reunião de jovens.
- **CASTRO VERDE**
Quarta-feira, às 20 horas, assembleia plenária da org. de Entradas, na Casa do Povo.
- **CHAMUSCA**
Sábado, às 16 horas, assembleia plenária.
- **CHAVES**
Sábado, às 15 horas, assembleia plenária concelhia, com Carlos Brito, da Comissão Política do CC.
- **COIMBRA**
Plenários do sector metalúrgico (hoje, às 16 horas), da Função Pública e Serviços (hoje, às 21.30); das organizações de freguesia de S. Martinho do Bispo (sexta-feira) e Eiras (sexta-feira, às 21.30); da org. de professores (sexta-feira); da org. de reformados (sábado, às 16 horas); da org. de médicos e quadros técnicos; do sector de alimentação e bebidas (terça-feira, às 18.00).
- **COUÇO**
Sexta-feira, às 21 horas, assembleia em Santa Justa. Sábado, às 18 horas, assembleia em Volta do Vale.
- **CUBA**
Sábado, às 15 horas, no CT, assembleia plenária concelhia, com José Moreira Rita, do CC.
- **ENTRONCAMENTO**
Sábado, às 15 horas, assembleia plenária.
- **ESTREMOZ**
Amanhã, às 19 horas, reunião de militantes em S. Bento do Ameixal. Sábado, às 16 horas, assembleia de militantes na cidade de Estremoz.
- **ÉVORA**
Segunda-feira, às 21 horas, reunião do sector de serviços, no CT de Évora.
- **FARO**
Domingo, às 13 horas, almoço-convívio.
- **FEIRA**
Sexta-feira, às 21.30, na escola primária de S. Paio de Oleiros, assembleia plenária das organizações de freguesia de Mozeiros, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, S. Paio de Oleiros e Santa Maria de Lamas.
- **FERREIRA DO ALENTEJO**
Segunda-feira, às 20.30, no CT, assembleia plenária concelhia, com José Socero, da Comissão Política e do Secretariado do CC.
- **FIGUEIRA DA FOZ**
Plenários das organizações de freguesia de São Julião (sexta-feira) e Tavadre (sábado).
- **GONDOMAR**
Amanhã, às 21.30, assembleia de militantes em Melres.
- **GRÂNDOLA**
Sábado, às 17 horas, no CT de Melides, assembleia plenária das organizações de Melides e Carvalhal. Quarta-feira, às 17.15, no CT de Grândola, assembleia das células da Câmara Municipal, Unicervi e Angelo.
- **IDANHA-A-NOVA**
Domingo, às 15 horas, em S. Miguel de Acha, reunião de militantes, com António Gerásio, da CEN do CC.
- **ÍLHAVO**
Sexta-feira, às 21.30, no CT, assembleia plenária das organizações concelhias de Ílhavo e Vagos.
- **LAGOS**
Hoje, às 21.30, reunião de empregados e quadros técnicos. Amanhã, às 21.30, reunião de militantes no Odeixe. Sábado, às 16 horas, reunião de mulheres, pescadores e reformados.
- **LAMEGO**
Sábado, às 20.30, no CT, plenário de militantes do concelho.
- **LISBOA**
Hoje, no CT da Av. Ant. Serpa: às 12.30, plenário da célula do Ministério da Educação; às 18.30, assembleia da Gulbenkian e empresas Centro/Norte e plenário da célula do Ministério das Obras Públicas. No CT Vitória: às 18.00, plenário dos camaradas da ARS/INSA/DGCP e células de saúde concelhias e plenário do sector de seguros; às 21.30, debate do sector da comunicação social sobre as propostas de alteração ao Programa e aos Estatutos. No CT de Alcântara, plenário da célula da FIL. Às 19 horas, no CT de Santos, plenário da célula da Marconi. Às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, assembleia do sector de serviços. Amanhã, no CT Vitória: às 17 horas, reunião de camaradas dos CTT das estruturas do SNTCT; às 18.30, plenário da célula da Petrogal. Às 17 horas, no CT da Graça, plenário das OGFE, com Henrique de Sousa, do Secretariado do CC. Às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, plenário da construção civil.
Sábado, às 15 horas, na escola primária nº 32, assembleia plenária da organização da freguesia de Santa Maria dos Olivais, com Euclides Pereira, do CC.
Domingo, às 10 horas, no CT Vitória, reunião de militantes dos CTT / Cabo Ruivo.
Segunda-feira, no CT Vitória, às 18 horas, reunião do OD do sector de seguros, e plenário dos MAC/IPO/ IHMT e hospitais Egas Moniz, Pulido Valente e S. Francisco Xavier. Às 19.30, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário de quadros do sector público, com Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC. No CT da Av. Duque de Loulé, às 19.30, assembleia do sector gráfico.
Terça-feira, às 21 horas, no CT Vitória, plenário das células dos hospitais Júlio de Matos e Miguel Bombarda.
Quarta-feira, no CT Vitória: plenário da célula do BESCL; às 18.30, plenário da célula do Ministério das Finanças; às 21.30, plenário das células dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Às 12.30, no CT de Alcântara, reunião da célula do Ministério da Educação. Às 18.30, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário da célula da Segurança Social.
- **MAIA**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia de militantes em Águas Santas (no CT). Segunda-feira, às 21.30, no CT da Maia, assembleia de militantes de Gueifais/Milheiros.
- **MARINHA GRANDE**
Sexta-feira, às 21.30, no CT da Av. Duque de Loulé, assembleia do sector de serviços. Amanhã, no CT Vitória: às 17 horas, reunião de camaradas dos CTT das estruturas do SNTCT; às 18.30, plenário da célula da Petrogal. Às 17 horas, no CT da Graça, plenário das OGFE, com Henrique de Sousa, do Secretariado do CC. Às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, plenário da construção civil.
Sábado, às 15 horas, na escola primária nº 32, assembleia plenária da organização da freguesia de Santa Maria dos Olivais, com Euclides Pereira, do CC.
Domingo, às 10 horas, no CT Vitória, reunião de militantes dos CTT / Cabo Ruivo.
Segunda-feira, no CT Vitória, às 18 horas, reunião do OD do sector de seguros, e plenário dos MAC/IPO/ IHMT e hospitais Egas Moniz, Pulido Valente e S. Francisco Xavier. Às 19.30, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário de quadros do sector público, com Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC. No CT da Av. Duque de Loulé, às 19.30, assembleia do sector gráfico.
Terça-feira, às 21 horas, no CT Vitória, plenário das células dos hospitais Júlio de Matos e Miguel Bombarda.
Quarta-feira, no CT Vitória: plenário da célula do BESCL; às 18.30, plenário da célula do Ministério das Finanças; às 21.30, plenário das células dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Às 12.30, no CT de Alcântara, reunião da célula do Ministério da Educação. Às 18.30, no CT da Av. Ant. Serpa, plenário da célula da Segurança Social.
- **LOURES**
Hoje, às 21.30, reunião de militantes nos bairros da freguesia da Pontinha (Bairro Mário Madeira, Bairro Falcão, Paia, Casal do Rato e Vale Grande), no CT; plenário de reformados em S. Iria. Amanhã, às 15

Agenda do 14º Congresso

LISBOA



Álvaro Cunhal hoje em Vila Franca de Xira

O secretário-geral do PCP participa na reunião de quadros dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira, que decorre hoje, a partir das 21.30, no Salão Nobre dos Bombeiros vilafranquenses.

As respostas dos trabalhadores

Com Carlos Carvalhas
secretário-geral adjunto do PCP

Plenário distrital de militantes em células de empresa, dirigentes e delegados sindicais, membros de CTs e de outras estruturas de trabalhadores, membros de organismos de direcção de concelhos, sectores e comissões para o trabalho nas empresas, sindicatos e CTs, e membros da DORL.

Sábado, 7 de Novembro, às 14.30 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara.

Para discussão dos documentos preparatórios do 14º Congresso, designadamente as Teses, e as respostas necessárias à política do Governo.

SETÚBAL

Reunião alargada da Direcção da Organização Regional, amanhã, a partir das 20 horas, na Sociedade Timbre Seixalense (Seixal), com a participação de Álvaro Cunhal, para discussão dos documentos do 14º Congresso.

ÉVORA

Luís Sá, da Comissão Política do PCP, visita sábado os concelhos de Mora e Redondo, onde participa em várias iniciativas, juntamente com Raimundo Cabral, da CEN.

AVEIRO

Reunião de quadros sindicais e das comissões de trabalhadores, hoje, no Centro de Trabalho de Aveiro, com Henrique de Sousa, do Secretariado do CC.

21.30, assembleias plenárias de quadros técnicos e intelectuais (no CT) e de militantes no Engenho (cam. Celeste Morgado); no CT, reunião de eleitos do poder local e Parcis.

• **MONDIM DE BASTO**
Sexta-feira, assembleia plenária das organizações concelhias de Mondim de Basto e Ribeira de Pena, com Vasco Paiva, da CEN do CC.

• **MONTEMOR-O-VELHO**
Plenários das organizações de freguesia de Liceia (hoje), Carapinheira (amanhã) e Arazede (sábado).

• **MATOSINHOS**
Amanhã, às 21.30, assembleias de militantes em Perafita (na Junta de Freguesia), em Matosinhos (no CT) e S. Mamede de Infesta (no CT)

• **MESÃO FRIO**
Sábado, assembleia plenária concelhia, com Fernando Teixeira, do CC.

• **MOIMENTA DA BEIRA**
Domingo, às 10 horas, reunião de militantes.

• **MOITA**
Sábado, às 15

• **MARINHA GRANDE**
Sexta-feira, às

• **MAIA**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia de militantes em Águas Santas (no CT). Segunda-feira, às 21.30, no CT da Maia, assembleia de militantes de Gueifais/Milheiros.

• **LOURES**
Hoje, às 21.30, reunião de militantes nos bairros da freguesia da Pontinha (Bairro Mário Madeira, Bairro Falcão, Paia, Casal do Rato e Vale Grande), no CT; plenário de reformados em S. Iria. Amanhã, às 15

congresso

PCP

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992



de Foros do Trapo (S. Isidro).

• MORA

Amanhã, às 20.30, reunião da célula da Cooperativa «A Luta é de Todos», com Raimundo Cabral, da CEN do CC. Sábado, almoço com Luís Sá e Raimundo Cabral. Domingo, às 20.30, assembleia de militantes em Mora. Terça-feira, às 16 horas, assembleia de reformados, com Raimundo Cabral.

• MOURA

Sábado, às 10 horas, assembleia plenária da organização de Santo Amador, no Centro Cultural, com Ana Benedita, do CC.

• NAZARÉ

Sábado, às 21.30, assembleia plenária na loja de tintas Pescado.

• ÓBIDOS

Sábado, às 21.30, assembleia plenária da org. de Óbidos, no Pinhal.

• ODEMIRA

Sábado, às 16.30, no Centro Social das Brunheiras, assembleia plenária da organização de Vila Nova de Milfontes; às 20.30, assembleia plenária da org. de São Luís, na JF.

• OEIRAS

Terça-feira, às 18.45, no CT de Algés, plenário de empresas de Oeiras.

• OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Sexta-feira, às 21.30, na escola primária da Feira em Nogueira do Cravo, assembleia plenária da organização concelhia, com Sérgio Teixeira, da CEN do CC.

• PALMELA

Sábado, assembleias plenárias das organizações de freguesia do Pinhal Novo e da Quinta do Anjo, às 16 horas, nos centros de trabalho locais; às 21 horas, da organização local do Bairro Alentejano (no CT) e da org. de freguesia da Marateca (Águas de Moura, em casa do cam. Manuel Correia).

• PAREDES

Sábado, às 21.30, no CT; assembleia de militantes de Recarei.

• PENEDONO

Sexta-feira, às 20 horas, reunião de militantes dos concelhos de Ser-

nancelhe e Penedono, na Granja (em casa do cam. Orlando Timóteo).

• PORTALEGRE

Sábado, assembleias plenárias em Benavila (20 horas, no CT), Degolados (20.30, no União Futebol Clube), Longomel (20.30, na Casa do Povo) e Galveias (21.00, no CT).

• PORTEL

Sábado, às 13 horas, assembleia de militantes, com Domingos Lopes, do CC.

• PORTIMÃO

Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária.

• PORTO

Hoje, às 15 horas, no CT de Barão de S. Cosme, reuniões de militantes na freguesia da Campanhã e da JCP. Domingo, às 9.30, no CT da Boavista, reunião dos STCP. Terça-feira, às 18.30, no CT da Boavista, reunião da Função Pública. Quarta-feira, às 21.30, no CT da Boavista, reunião da org. de Massarelos.

• REDONDO

Amanhã, às 19 horas, assembleias de militantes no Redondo e em

Montoito, e reunião de militantes em Santana. Sábado, jantar com Luís Sá e Raimundo Cabral.

• SABROSA

Sábado, às 20 horas, assembleia plenária concelhia, com Armando Carvalho, do CC.

• SANTARÉM

Sexta-feira, às 21.15, assembleia plenária em Santarém. Sábado, às 17 horas, assembleia plenária no Pombarinho.

• SANTIAGO DO CACÉM

Sábado, às 10 horas, assembleia plenária da organização de Ermidas do Sado, no salão da Junta de Freguesia (seguida de almoço-convívio, com Rogério de Brito, deputado do PCP no PE); às 10 horas, assembleia da org. do Cercal, no CT local (seguida de almoço-convívio); às 16 horas, assembleia da célula dos trabalhadores das autarquias, em S. Bartolomeu.

• S. JOÃO DA MADEIRA

Sábado, às 16 horas, no CT, reunião de militantes do concelho.

• S. JOÃO DA PESQUEIRA

Sábado, às 17 horas, reunião de militantes (cam. António Anunciação).

• SEIXAL

Sábado, às 21.30, no CT da Cruz de Pau, assembleia das células dos professores, saúde e serviços. Segunda-feira, às 18 horas, no CT de Paio Pires, assembleia da célula da Siderurgia Nacional.

• SERPA

Amanhã, às 21 horas: assembleia plenária da organização de Vila Verde de Ficalho, no Sociedade; assembleia plenária da org. de Pias, no CT, com António Murteira, da CEN do CC; assembleia plenária da org. da vila de Serpa, no CT.

Sábado, às 17 horas, assembleia plenária da org. de Brinches, no CT local; às 20.30, assembleia plenária do organismo de mulheres da freguesia de Pias, no CT local, com Ana Benedita, do CC.

• TAVIRA

Sexta-feira, às 21.30, reunião de militantes.

• TOMAR

Sábado, às 15 horas, assembleia plenária.

• SESIMBRA

Sábado, às 16 horas, na Biblioteca do Zambujal, sessão sobre «Pedreiras, que futuro?», com Augusto Flor (DORS), Ezequiel Lino (Concelhia e presid. da CM), André Martins (deputado do PEV) e Cristóvão Marques (presid. da JF do Castelo) - iniciativa inserida num conjunto de debates preparatórios do congresso.

• SETÚBAL

Quinta-feira, às 21.30, no CT de Setúbal, assembleia plenária da organização de PMEs. Sexta-feira, às 21.30, no LATI, assembleia plenária da org. de freguesia de S. Sebastião.

Sábado, às 15 horas, assembleias plenárias da org. de S. Sebastião (na Junta de Freguesia) e dos sectores automóvel e cimenteiro (no CT de Setúbal). Domingo, às 10 horas, na Sociedade Filarmónica Providência (Vila Fresca de Azeitão), assembleia plenária da freguesia de São Simão.

• SILVES

Sexta-feira, às 21.30, reunião geral de militantes em Silves. Sábado, às 16 horas, reunião geral de militantes em São Bartolomeu de Messines.

• SINTRA

Sábado, às 15 horas, no CT de Sintra, assembleia plenária de militantes das freguesias de Santa Maria, S. Pedro, S. Martinho e célula da Câmara Municipal.

Domingo, às 15 horas, assembleia plenária da freguesia de Montelavar, no CT local.

Terça-feira, às 18.30, no CT da Amadora, assembleia da célula da Cel-Cat.

• SOURE

Sábado, às 21.30, assembleia plenária de militantes do concelho, com Vidal Pinto, do Secretariado do CC.

• TAVIRA

Sexta-feira, às 21.30, reunião de militantes.

• TOMAR

Sábado, às 15 horas, assembleia plenária.

Revolução de Outubro

75.º Aniversário

Debates e convívios evocativos

Em Almada - na SFUAP, sexta-feira às 21.30

com um debate em que participarão José Barata Moura e João Arsénio Nunes

No Barreiro - na Biblioteca Municipal, sábado, a partir das 15.30, com um debate introduzido por Manuel Gusmão:

«A Revolução de Outubro, a actualidade do Marxismo e a evolução internacional»

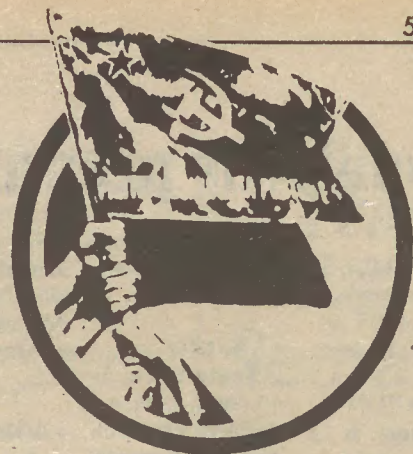
Em S. João da Madeira

- convívio e debate no CT do PCP, sábado, às 20.00

Em Alcântara/Lisboa - na Junta de Freguesia,

sábado, às 16.30,

com debate em que participa Agostinho Lopes



Questões sociais em Lisboa

A DORL promove hoje em todo o distrito uma acção de esclarecimento sobre questões sociais - direito à greve, salários, direito à Saúde, a desenvolver em locais de concentração de trabalhadores, empresas e outros locais de trabalho, nomeadamente nos seguintes concelhos e zonas:

V. Franca de Xira - junto à Cimpor, OGMA e Tudor; Cascais - Alcatel, Ibervisão e Semicondutores; Oeiras - CM Oeiras, Lusalite, Sumolis; Sintra - Zona Industrial do Cacém; Amadora - Zona Industrial da Venda Nova, empresas de Alfragide; Loures - Empresas de Sacavém, Prior Velho e Sta. Iria.

No concelho de Lisboa: Administração Pública - Terreiro do Paço, R. Filipe Folque, Av. Duque D'Ávila; Empresas do Sector Público - CTT, TLP, EDP, Marconi; Empresas da Zona Ocidental; Empresas da Zona Oriental - Rotunda da Baptista Russo; Rossio/R. Augusta (Estúdio Móvel).

Luís Sá e Octávio Teixeira no Porto

Hoje, às 21.30, no CT da Boavista, realiza-se um debate sob o tema «Democracia portuguesa - estado actual» que terá a participação dos camaradas Luís Sá, Avelino Gonçalves e Macedo Varela.

Hoje ainda, no mesmo local mas às 18.30, o camarada Luís Sá participa numa reunião dos eleitos nas autarquias do Porto durante a qual serão debatidas questões relacionadas com o OE 1993 e suas repercussões na Administração Local.

Amanhã, às 21.00, realiza-se no CT da Boavista um encontro/debate com a participação do camarada Octávio Teixeira sobre problemas e situação da Banca e dos bancários, promovido pela respectiva organização do Partido.

No sábado terá lugar a Assembleia da Organização da EDP, que debaterá questões do funcionamento da célula e elegerá o seu novo Secretariado, discutindo ainda os documentos e propostas para o XIV Congresso. A Assembleia realiza-se no CT da Boavista, a partir das 15.00, antecedida de um almoço-convívio. Participa o camarada Avelino Gonçalves.



Covilhã

A JCP promove a realização de um debate sobre Política Educativa na próxima quarta-feira, dia 11. A esta iniciativa - que terá início às 18.00 - segue-se um convívio e uma "Noite Rubra" em que a música será nota dominante.

Lino de Carvalho no Alandroal

Lino de Carvalho visita na próxima segunda-feira, na qualidade de deputado do PCP, o concelho de Alandroal, deslocando-se nomeadamente à Câmara Municipal, sedes dos Bombeiros e das empresas Alandromar e Alandal e participando, a partir das 20.30, em Aldeia da Venda, num debate sobre a situação na Agricultura.

• TRAMAGAL
Sexta-feira, às 21 horas, assembleia plenária.

• VENDAS NOVAS

Quarta-feira, às 15 horas, assembleia de reformados, com Raimundo Cabral.

• VILA FRANCA DE XIRA

Amanhã, plenário de militantes da freguesia da Calhandriz, às 21 horas. Terça-feira, às 17.30, no CT de Alverca, assembleia de células de empresas da freguesia; às 18 horas, no CT da Castanheira,

assembleia plenária da célula da Tudor; às 18 horas, no refeitório municipal de V. F. Xira, assembleia plenária da célula da Câmara Municipal.

• VILA DO BISPO

Hoje, às 21.30, assembleia plenária em Vila do Bispo.

• VILA DO CONDE

Amanhã, às 21.30, assembleia de militantes, no CT.

• VILA NOVA DE GAIA

Amanhã, às 21.30, assembleias

de militantes em Mafamude (no CT), Gulpilhares/Serzedo (na JF de Serzedo), Crestuma/Lever/Olival e Sandim (JF de Crestuma), e Oliveira Douro (no CT).

Sábado, às 21.30, assembleias de militantes de Valadares (na JF) e de Canelas/Perozinho.

• VILA NOVA DE OURÉM

Sexta-feira, às 21 horas, assembleia plenária em Ourém.

• VILA REAL

Sábado, às

21.30, assembleia plenária concelhia, no CT, com Carlos Brito, da Comissão Política do CC.

• VILA REAL DE S. ANTÓNIO

Sexta-feira, às 16 horas, debate público. Terça-feira, às 21.30, reunião de militantes.

• VOUZELA

Sábado, às 21 horas, na Pensão Marques, assembleia plenária dos concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela, com Maria da Piedade Morgadinho, do CC.



Solidariedade com Cuba

Alverca

Sessão-debate promovida pela JCP com a participação de Embaixador de Cuba, Presidente da Associação de Amizade e Miguel Urbano Rodrigues
Sábado, às 15.30, na Biblioteca Municipal



Magustos

Atalaia

Sábado, a partir das 13.00, promovido pela Concelhia do Seixal do PCP e pela célula da Festa do "Avante!", com a participação do camarada Henrique de Sousa.

Domingo, a partir das 13.00, promovido pelo Sector de Transportes da ORL, com a participação do camarada José Casanova.

Odivelas

Domingo, a partir das 15.30, promovido pela Comissão de Freguesia, no Centro de Trabalho.

Quinta do Conde

Sábado, a partir das 21.00, no CT do PCP. Com Fados e Guitarradas.

Verderena

Domingo, a partir das 16.00, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP.

Lisboa

Quarta-feira, a partir das 20.00, promovido pela Comissão de Freguesia de Arroios, no Centro de Trabalho local.

Outros convívios

Carcavelos

Convívio de Reformados no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Romeu do Rosário. Quarta-feira, dia 11, a partir das 15.00.

Laranjeiro

Almoço-convívio promovido pelas organizações de Feijó e Laranjeiro: sábado, dia 14. Inscrições no CT do Laranjeiro.

Quinta do Conde

Disco-convívio no domingo a partir das 16.00, promovido pela Juventude da CDU. No CT do PCP de Quinta do Conde.

Quinta, 5



07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Notas para Si
11.00 O Vale Misterioso
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Os Mestres da Animação
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Terra de Malvados (ver «Filmes na TV»)
16.40 Caderno Diário
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.45 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.25 Desenhos Animados
21.40 Simpsons
22.15 Noticiário
22.10 O Fogo de Gabriel
23.05 Sexualidades
23.55 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Murphy Brown



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.50 John Ross
13.15 Cheers, Aquele Bar
13.40 Euroritmias
14.30 TV2 Informação
14.40 Agora, Escolha! (A Lei das Ruas/O Chefe Ironside)
15.50 TV2 Informação
16.05 Cidades em Guerra
16.55 TV2 Informação
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
18.25 TV2 Informação
18.30 Luta Livre Americana
19.15 Dramazine
19.45 Cristóvão Colombo
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Os Maridos, as Mulheres e os Amantes (ver «Filmes na TV»)
00.55 Teatro: Oresteia - 1ª parte: «Agamemnon» Prod. Peter Hall



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 Batman
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 Meu Marido
21.35 Repórter da Meia-Noite
22.35 Conta Corrente
23.30 Deixem Correr o Sangue
24.00 Último Jornal

Sexta, 6



07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Agora é Que São Elas!
11.00 A Flecha Negra
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 O Ártico
14.25 Ponto po Ponto
15.00 A Idade da Inocência (ver «Filmes na TV»)
16.40 Caderno Diário
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Marina, Marina
22.15 Projecto Científico (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.30 Remate
00.55 Colheita Amarga (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 TV2 Desporto
13.30 Cheers, Aquele Bar
13.55 Euroritmias
14.35 TV2 Informação
14.40 Agora, Escolha! (Lenny - Maude/Cop Rock)
15.55 TV2 Informação
16.05 Odisseia Animal

17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
18.50 TV2 Informação
18.55 Rotações
20.00 Talhados no Céu
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.35 TV2 Informações
22.40 Interiores (com Jorge Sampaio)
23.45 Convite à Dança (ver «Filmes na TV»)
01.15 Outras Músicas



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 Elvis
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 Meu Marido
21.35 O Último Comboio de Gun Hill (ver «Filmes na TV»)
23.40 Cuidado com as Aparências
00.10 Os Amores de Lídia
01.05 Último Jornal

Sábado, 7



08.00 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
14.00 O Mundo Misterioso de A. Clark
14.25 Clube Disney
15.55 Elas São Mais Perigosas (ver «Filmes na TV»)
17.30 Feira de Música
17.55 Arca de Noé
18.40 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.05 Felicidade
22.05 Parabéns
23.10 Os Inimigos (ver «Filmes na TV»)
01.00 Os Parasitas da Morte (ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.35 Homem de Dois Mundos (ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
00.10 TV2 Informação
00.15 Força de Elite
01.00 Contradições



114.00 Sic Notícias
14.05 O Homem Árvore
14.35 Portugal Radical
15.00 Superman III (ver «Filmes na TV»)
16.40 MTV
17.30 Comando Relâmpago
18.00 Benny Hill
18.30 Sic Notícias
18.35 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 Meu Marido
21.35 Wrestling
22.05 Água na Boca
22.55 Perry Mason: O Caso do Crime Musical (ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal

Domingo, 8



08.00 À Mão de Semear
08.27 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Olha que Dois
15.10 Beverly Hills 90210
15.55 Coração Indomável (ver «Filmes na TV»)
17.30 Sons do Sol
18.20 Chefe mas Pouco
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Felicidade
22.25 Casa Cheia
23.00 Grande Área
00.20 Conversa Afiada



08.00 Desenhos Animados
08.30 Os Persuasores
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Regiões
10.30 Forum Musical
11.30 Gente da Frente
12.45 Viagens

Televisão

13.40 Em Busca de...
14.00 Marés Vivas
15.00 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Jornal Nacional
23.00 2010 - O Ano do Contacto (ver «Filmes na TV»)
00.55 No Cumprimento do Dever



114.00 Sic Notícias
14.05 O Livro da Selva
14.35 Um Planeta, uma Família (ver «Filmes na TV»)
16.35 MTV
18.00 Raven
18.40 Benny Hill
19.10 Sic Notícias
19.15 Futebol - Porto-Benfica
22.20 Jornal da Noite
22.50 Cosby Show
23.15 Desaparecido em Combate (ver «Filmes na TV»)
01.15 Último Jornal

Segunda, 9



07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Agora é que São Elas
11.00 Chicos Espertos
11.30 Clube da Manhã
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 América Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
15.05 O que Aconteceu a Totto Baby? (ver «Filmes na TV»)
16.40 Caderno Diário
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.45 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Apanhados
22.15 Entre Famílias
23.25 Outras Guerras
00.15 24 Horas
01.00 Remate
01.20 Amigo Desconhecido (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 TV2 Informação
12.05 Infantil
12.50 A Última Fronteira
13.20 Cheers - Aquele Bar
13.40 Euroritmias
14.35 Agora, Escolha!
16.05 Documentário: «Sub»
17.00 Chá das Cinco
17.55 Vira o Vídeo
19.05 Acerto de Contas
19.30 Cinemagazine
20.05 Os Trintões
21.00 Jornal das Nove
21.50 Barriga de Aluguer
22.45 Frente a Frente
23.45 Verão Assassino (ver «Filmes na TV»)
00.55 Últimas notas: «Reporter Estrábico»



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Tracey Hulman Show
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Portador
21.35 Justiça Negra
22.30 Jogo da Verdade
23.30 A Família do Senador
24.00 Último Jornal

Terça, 10



07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Notas Para Si
11.00 A Verdadeira História de Spit McPhee
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Futuro
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Raptado (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas

20.00 Telejornal
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Isto S6 Vídeo
22.15 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.15 De Caras
00.20 24 Horas
01.05 Remate
01.30 Murphy Brown



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.45 A Última Fronteira
13.15 Cheers - Aquele Bar
13.40 Euroritmias
14.35 Agora, Escolha!
16.05 Extra
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.10 Eternos Novatos
19.35 Aventura do Conhecimento
20.05 Sherlock Holmes
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Arsenio Hall Show
23.30 O Capitão Kidd (ver «Filmes na TV»)
01.15 Últimas Notas



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 O Quinteto do Lado
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 O Portador
21.35 Venham Ver o Paraíso (ver «Filmes na TV»)
23.30 Placard Electrónico
24.00 Último Jornal

Quarta, 11



07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Isto é Magia
11.00 Kelly
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Paragem no Tempo
14.25 Ponto por Ponto
15.05 O Vagabundo do Pacífico (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.35 Meu Bem, Meu Mal
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Era uma Vez... na América (ver «Filmes na TV»)
01.45 24 Horas
02.30 Remate
02.45 Murphy Brown



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.35 A Última Fronteira
13.15 Cheers - Aquele Bar
13.45 Euroritmias
14.30 Desafios do Mar
15.20 Futebol - Portugal-Bulgária
17.25 Chá das Cinco
18.25 Vira o Vídeo
19.05 Sarilhos com Elas
19.35 TV Artes
20.00 Café Imaginário
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.40 Artes e Letras - «Jorge Amado»
00.40 Shubun (ver «Filmes na TV»)
02.15 Pop-Off



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.30 Aventura
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Portador
21.35 Crimes
22.00 O Príncipe de Bel Air
22.35 Batalhas Conjugais
23.30 O Passageiro Imprevisto
24.00 Último Jornal

Filmes na TV

Terra de Malvados
«Badman's Territory», (EUA/1946). Realização de Tim Whelan. Interpretação de Randolph Scott, Ann Richards, George Gaby Hayes, Ray Collins, James Warren. P/B, 93 minutos.

Não é uma variante menos conhecida do western: um grupo de bandidos escapa-se para lá da fronteira, impedindo a sua captura pelo sheriff que os persegue. Mas Randolph Scott, fiel aos seus pergaminhos no género, vai conseguir os seus intentos. Um bom western, ingloriamente perdido numa sessão da tarde.

Quinta, 15.00, Canal 1

Os Maridos, as Mulheres e as Amantes

«Les Maris, Les Femmes et Les Amants», (Fr./1988). Realização de Pascal Tho-

mas. Interpretação de Jean-François Stévenin, Susan Moneur, Emilie Thomas, Clément Thomas, Olga Vincent, Michel Robin. Cor, 113 minutos.

Pormenor original em relação ao lugar-comum de tantos filmes: aqui são os homens que vão para férias enquanto as mulheres ficam em Paris. Mas as pequenas e grandes traições, os amores cruzados e as facadinhas no casamento, acabam mais uma vez por acontecer, tanto à beira-mar como à beira do Sena, nesta simpática comédia de costumes realizada com desenvoltura por Pascal Thomas.

Quinta, 22.40, TV 2

Idade da Inocência

«Age of Innocence», (Can./Gr.Br./1977). Realização de Alan Bridges. Interpretação de David Warner, Honor Blackman, Trudy Young, Cec Linder, Tim Henry,

Robert Hawkins. Cor, 97 minutos.

David Warner brilha a grande altura na personagem de um objector de consciência que, recusando-se a participar na I Grande Guerra, acaba por retirar-se para o Canadá onde, exercendo a profissão de professor, tem de arrostar com as críticas e as maledicências de uma sociedade conservadora e hostil. Um bom filme dramático, que retrata uma época.

Sexta, 15.00, Canal 1

O Último Comboio de Gun Hill

«Last Train From Gun Hill», (EUA/1959). Realização de John Sturges. Interpretação de Kirk Douglas, Anthony Quinn, Carolyn Jones, Earl Holliman, Brad Dexter, Brian Hutton. Cor, 94 minutos.

Segundo western da semana, este é assinado por um especialista no género: John Sturges. E inicia um ciclo subordinado ao tema «Vinganças». Vingança, e trágica, dando origem a uma sufocante atmosfera de tensão, é o sentimento que leva um *sheriff* a perseguir o violador e assassino da sua mulher, o qual é, nem mais nem menos, do que o filho de um seu velho companheiro. Excelente é o duelo final em que as contas são ajustadas, bem como impecavelmente interiorizados por Kirk Douglas e Anthony Quinn são os sentimentos contraditórios que simultaneamente aproximam e afastam os dois amigos. Mas, para ser uma obra-prima, *Gun Hill* deveria parecer-se menos com *O Comboio Apitou Três Vezes*.

Sexta, 21.35, SIC

Projecto Científico

«My Science Project», (EUA/1985). Realização de Jonathan R. Betuel. Interpretação de John Stockwell, Danielle Von Zerneck, Fisher Stevens, Dennis Hopper, Raphael Sbarge, Richard Masur, Barry Corbin. Cor, 90 minutos.

Transportados por uma poderosa máquina que descobrem, para um tempo estranho em que tanto nos surgem personagens do passado como do futuro, dois jovens embrenham-se em mirabolantes aventuras que mais não provocam no espectador do que, apenas, parcos sorrisos. O achado está no papel de *hippie* ao qual Dennis Hopper inevitavelmente bem se ajusta - o que é bem pouco para um filme que melhor caberia numa sessão da tarde.

Sexta, 22.15, Canal 1

Convite à Dança

«Invitation To The Dance», (Gr.Br./1954). Realização de Gene Kelly. Interpretação de Gene Kelly, Igor Youskevitch, Claire Sombert, David Paltenghi, Daphne Dale, Caude Bessy, David Kasday. Cor, 93 minutos.

Ultimamente na televisão, Gene Kelly continua a encantar-nos através da sua arte de bailarino e coreógrafo, embora com menos inspiração e frescura. Entretanto, se não tem nada de mais importante a fazer, só isso é bastante para que se veja este «Convite à Dança» que Kelly monopoliza, ao som de Previn, Ibert e Korsakov, num filme com três histórias musicais, a última das quais, *Sinbad*, conta com as figuras animadas de Hanna e Barbera.

Sexta, 23.45, TV 2

Colheita Mortal

«The Being», (EUA/1983). Realização de Jackie Kong. Interpretação de Martin Landau, José Ferrer, Rex Coltrane, Dorothy Malone, Ruth Buzzi. Cor, 79 minutos.

Um filme com um monstro horrendo, um mutante directa-

mente originado pelas radiações de um depósito de lixo nuclear, que se entretém a mutilar as pobres gentes da região de Idaho. É uma queda que costuma dar ao Canal 1, às sextas-feiras, dias de azar, e, em geral, dias de lixo. Para esquecer.

Sexta, 00.55, Canal 1

Homem de Dois Mundos

«Men Of Two Worlds / Witch Doctor», (Gr.Br./1946). Realização de Thorold Dickinson. Interpretação de Eric Portman, Phyllis Calvert, Arnold Marle, Cathleen Nesbitt, Robert Adams, Sam Blake. Cor, 100 minutos.

O ambiente da acção é o chamado «exotismo» africano, em meio do qual nativos, atacados por uma doença, hesitam entre os poderes curandeiros de um feiticeiro e os medicamentos eficazes do «homem branco», que lhes são trazidos por bem intencionados britânicos. Diz-se que o filme, embora repleto de lugares-comuns, é uma grande produção britânica, também ela bem intencionada. A propósito, a doença que ataca os pobres nativos é a do sono, pelo que, ao Sábado de manhã, depois de uma semana de duro trabalho, talvez o espectador não se importe de, solidário, sucumbir à mesma doença.

Sábado, 11.35, TV 2

Superman III

«Superman III», (Gr.Br./1983). Realização de Richard Lester. Interpretação de Christopher Reeve, Richard Pryor, Annette O'Toole, Jackie Cooper, Marc McClure, Annie Ross. Cor, 123 minutos.

Como o nome indica, trata-se do terceiro exemplar da série *Superman*, ao qual se seguiria ainda um quarto, pelo menos para já... Mas Richard Lester, abusando do jeito que se lhe reconhece e com a mania de ter graça, entendeu meter-se por atalhos que nada de especial vieram trazer à saga do, já de si engraçado, nosso herói - como, por exemplo, na inclusão de um bailado inicial que, segundo dizem as más línguas, deve pertencer a outra fita. Continue a dormir.

Sábado, 15.00, SIC

Elas São Mais Perigosas

«Deadlier Than Male», (Gr.Br./1966). Realização de Richard Johnson, Elke Sommer, Sylvia Koscina, Nigel Green, Steve Carlsons. Cor, 94 minutos.

Mas agora acorde. Consta-nos que a TVI vai ensaiar, hoje à tarde, uma primeira transmissão experimental (imagine!) de um desafio de futebol. Com trinta e nove câmaras, das quais sete, em gruas gigantes, mais dez, junto à relva, e ainda uma, mini e portátil, no apito do árbitro. Sempre é uma alternativa possível a este filme idiota, do autor de «Com Jeito Vai...», para o qual o Boletim de Informação da RTP avisadamente nos alerta ser «cheio de surpresas».

Sábado, 15.55, Canal 1

Perry Mason: O Caso do Crime Musical

«Perry Mason: The Case of The Musical Murder», (EUA/1989). Realização de Christian I. Nyby II. Interpretação de Raymond Burr, Barbara Hale, Debbie Reynolds, Jerry Orbach. Cor, 97 minutos.

É a história de Perry Mason a investigar os meandros do assassinato de um produtor da Broadway, com Debbie Reynolds ainda a fazer por cantar. Normal.

Sábado, 22.55, SIC



Carmen Miranda, em «Uma Noite no Rio»

Os Inimigos

«Enemy Mine», (EUA/1985). Realização de Wolfgang Petersen. Interpretação de Dennis Quaid, Louis Gosset, Jr., Brion James, Richard Marcus, Carolyn McCormick, Bumper Robinson. Cor, 104 minutos.

Petersen é o conhecido realizador de «Uma História Interminável», com uma simpática propensão para o cinema fantástico. E, neste filme, conta-se a história de uma guerra entre galáxias em que a Terra se encontra embrulhada, mas à qual o bom senso faz sobrepor a paz. Entretanto, pelo meio, os terrenos ainda se vêem confrontados com umas criaturas meio-répteis do planeta Dracon, um ensejo para que Rolf Zehetbauer, autor do grafismo da produção, dê rédea solta à sua inegável veia. Para entreter.

Sábado, 23.10, Canal 1

Os Parasitas da Morte

«Shivers / The Parasite Murders / They Came From Within», (Can./1974). Realização de David Cronenberg. Interpretação de Paul Hampton, Joe Silver, Lynn Lowry, Allan Migicovsky, Susan Petrie, Barbara Steele, Ronald Mlodzik, Barry Boldero. Cor, 84 minutos.

Trata-se do primeiro filme «importante» do que se costuma chamar a cineasta de «culto» - o polémico David Cronenberg. Pelo que, não deve escapar aos fiéis do dito «culto». Aos restantes, e em geral, assinala-se que aqui, neste filme (para o qual foram já avançados nada menos que três títulos!), começa o interesse do realizador pelas metamorfoses que viriam a constituir um *leitmotiv* na sua obra: desta vez, uns parasitas criados por um cientista são uma interessante combinação de benefícios afrodisíacos com maleitas venéreas e insinua-se, simpaticamente, «por dentro» dos corpos dos hóspedes de um hotel, levantando-os, por entre muitas orgias e alguns estragos e sangue, a fazer das suas, deles. Diz-se que tem sutileza e humor. E possível. E, se calhar, também tem bolinha!

Sábado, 01.00, Canal 1

Uma Noite no Rio

«That Night In Rio», (EUA/1941). Realização de Irving Cummings. Interpretação de Alice Faye, Don Ameche, Carmen Miranda,

Maria Montez. P/B, 90 minutos.

Desta vez, Carmen Miranda é a pimenta latina que vem dar um novo ar a um clássico do cinema musical americano que já inspira-ra, à data, duas outras versões.

Domingo, 15.10, SIC

Coração Indomável

«Return To Snowy River», (Austrália/1987). Realização de Geoff Burrows. Interpretação de Tom Burlinson, Sigrid Thornton, Brian Dennehy, Nicholas Eadie, Bryan Marshall. Cor, 95 minutos.

Filme construído à maneira do *western*, este filme é a continuação de um primeiro (de que Geoff Burrows fora então produtor) que se debruçava sobre a história e as aventuras de um pioneiro australiano no século passado.

Domingo, 15.55, Canal 1

Desaparecido em Combate

«Missing in Action», (EUA/1984). Realização de Joseph Zito. Interpretação de Chuck Norris, M. Emmett Walsh, David Tress, Leonore Kasdorf. Cor, 108 minutos.

Já terminada a guerra do Vietname, um ex-prisioneiro de guerra norte-americano volta ao «local do crime» para libertar outros americanos ainda presos. Mas o título é enganador: o novo *Rambo* não desapareceu em combate, já que, após este, ainda foram feitas, até ver, duas continuações!

Domingo, 23.15, SIC

2010, O Ano do Contacto

«2010», (EUA/1984). Realização de Peter Hyams. Interpretação de Roy Scheider, John Lightgow, Helen Mirren, Bob Balaban, Keir Dullea, Douglas Rain, Madolyn Smith, Dana Elcar, Taliesin Jaffe. Cor, 112 minutos.

Dezasseis anos depois de Kubrick ter realizado aquele que continua a constituir um marco no cinema de ficção científica - «2001, Odisseia no Espaço», recentemente transmitido pela RTP - Peter Hyams abalançou-se a realizar a continuação do romance de Arthur Clarke. E em boa hora o fez, uma vez que o filme que daí resultou, abrilhantado com os efeitos especiais de Richard Edlund, um especialista,



Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.

SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

DESCONTO ESPECIAL 15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

é a sequência credível para a primeira aventura. Destaque, ainda, para a interpretação de Roy Scheider...

Domingo, 23.00, TV 2

O Que Aconteceu a Totto Baby

«Che Fine Ha Fatto Totto Baby», (It./1964). Realização de Ottavio Alessi. Interpretação de Tóttó, Mischa Auer. Cor, 110 minutos.

Uma comédia com Tóttó, a iniciar mais uma semana de cinema na televisão.

Segunda, 15.30, Canal 1

O Verão Assassino

«L'Été Meurtrier», (Fr./1983). Realização de Jean Becker. Interpretação de Isabelle Adjani, Alain Souchon, Suzanne Flon, Maria Machado, Jenny Clève. Cor, 130 minutos.

Um filme menor e decepcionante de Jean Becker, com um cruzamento quase indecifrável de dramas e crimes que estão na origem de uma vingança. Insólito na obra do realizador...

Segunda, 23.30, TV 2

Amigo Desconhecido

«The Silent Partner», (Can./1978). Realização de Daryl Duke. Interpretação de Elliott Gould, Christopher Plummer, Susannah York, Celine Lomez, Michael Kirby. Cor, 103 minutos.

Uma história de um roubo a um banco, bem realizada mas algo prejudicada por violência em excesso, embora excelente na definição dos pormenores...

Segunda, 01.00, Canal 1

Raptado

«Lost», (Gr.Br./1955). Realização de Guy Green. Interpretação de David Farrar, David Knight, Julia Arnall, Anthony Oliver, Marjorie Rhodes. Cor, 89 minutos.

Os efeitos dramáticos do rapto de uma criança e sua repercussão nos pais, na polícia, na imprensa e nos próprios chantagistas.

Terça, 15.30, Canal 1

Venham Ver o Paraíso

«Come See The Paradise», (EUA/1990). Realização de Alan Parker. Interpretação de Dennis Quaid, Tamlyn Tomita. Cor, 138 minutos.

Uma jovem japonesa, casada com um sindicalista norte-americano, é internada com a sua família num campo de internamento nos EUA para prisioneiros de guerra de ascendência japonesa.

Terça, 21.35, SIC

Capitão Kidd

«Captain Kidd», (EUA/1945). Realização de Rowland V. Lee. Interpretação de Charles Laughton, Randolph Scott, Barbara...

Quarta, 21.45, Canal 1

Cinema

Table with 4 columns (M. M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres) and 4 rows (A Sombras e Nevoeiro, B Imperdoável, C O Festim Nu, D Jogos de Poder)

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Woody Allen - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30) - Lisboa.
B - Real. Clint Eastwood - Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) - Lisboa.
C - Real. Real. David Gronenberg - Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa.
D - Real. Phillip Noyce - Alfa/Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), São Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.

Britton, Reginald Owen, John Carradine, Gilbert Roland. P/B, 89 minutos.

A presença de Charles Laughton não é suficiente para conseguir salvar este filme, que aliás se recente de uma produção com baixíssimo orçamento. Mais próprio para uma sessão da tarde...

Terça, 23.30, TV 2

O Vagabundo do Pacífico

«The Beachcomber», (Gr.Br./1938). Realização de Erich Pommer. Interpretação de Charles Laughton, Elsa Lanchester, Tyrone Guthrie, Robert Newton, Dolly Mollinger. P/B, 92 minutos.

De novo Charles Laughton. No seguimento de uma avaria no motor de um barco, um homem e uma mulher são obrigados a ficar uma noite numa ilha. Ela, irmã de um missionário...

Quarta, 15.30, Canal 1

Era Uma Vez na América

«Once Upon A Time In America», (EUA/1984). Realização de Sergio Leone. Interpretação de Robert De Niro, James Woods, Elizabeth McGovern, Tuesday Weld, Larry Rapp, William Forsythe, James Hayden, Fred Williams, Darlanne Fleugel, Burt Young, Joe Pesci, Danny Aiello. Cor.

Embora menos mágico do que os grandes westerns que Leone realizou, este episódio da saga americana do realizador italiano é, mesmo assim, um impressionante fresco sobre uma época que trouxe ao cinema grandes filmes - a Depressão. Uma época que Noodles - um jovem judeu que nas brincadeiras da adolescência...

Escândalo

«Shubun», (Jap./1950). Realização de Akira Kurosawa. Interpretação de Toshiko Mifune, Yoshiko Yamaguchi, Takashi Shimura. P/B, 104 minutos.

Se o filme de Leone ainda não tiver terminado, não se esqueça de programar o vídeo para gravar este filme de Kurosawa. Não é, certamente, do que de melhor o mestre nos deixou...

ressante melodrama sobre o caso verídico de um escândalo de imprensa que atinge a vida amorosa de duas personalidades célebres.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou dos conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio...

CASA DA JUVENTUDE DE CACILHAS

Rua Trindade Coelho, 3, Cacilhas, tel. 2740757. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00 (até fins de Nov.): O DIA EM QUE TODAS AS PUTAS FORAM JOGAR TÊNIS, de Arthur Kopit...

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe...

INTERVALO

Palácio Ribamar, Algés. Sextas e sábados, às 21.30 (até 21 de Nov.): O CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, pelo grupo de teatro Intervalo.

PALCO ORIENTAL

Calç. Dq. Lafões, 78. Tel. 8586997. 6ª, sáb. e dom. às 22.00: MACBETH, de Shakespeare, enc. de Pedro Wilson.

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco...

TEATRO AVENIDA

Coimbra. Tel. 33513. 2ª, 5ª e 6ª, às 21.30, 3ª e 4ª às 16.30 (até 11 de Nov.): O TRIUNFO DO AMOR, de Marivaux...

TEATRO-CIRCO

Braga. Tel. 29423. 3ª a dom. às 21.30: A GUIA, de Botho Strauss, enc. de Rui Madeira...

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 (últ. semanas): APANHADOS NO DIVÃ, de Joe Orton...

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. também às 16.00: ONDE ESTÁ A MÚSICA?, de Costa Ferreira...

TEATRO MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 8497017. Sáb. (7) às 16.30, dom. (8) às 11.00: PIQUENIQUE NA FLORESTA, texto e enc. de Fernando Gomes...

TEATRO O BANDO

Rua de Stº António à Estrela, 60. Tel. 3953289/90. Diariamente às 21.45 (até 20 de Nov., descanso dia 9): KI FAIXIAMU NOI KUI, pelo Teatro Meridional.

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo...

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAZ, de Luís Riaza...

TEATRO DA TRINDADE

Sala Estúdio, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 (até 15 de Nov.): UM SABOR A MEL, de Shelag Delaney...

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword puzzle grid with black squares indicating non-letter positions.

HORIZONTAIS: 1 - Fortaleza de Moscovo e quarteirão central; palacete no parque de Versalhes construído no reinado de D. Luís XIV; 2 - lição; implorou; batráquio; 3 - metade do crânio...

VERTICAIS: 1 - Célebre filósofo alemão do séc. XVIII; mosteiro onde jazem D. Pedro e D. Inês; 2 - mulheres de cabelo avermelhado; amam apaixonadamente; 3 - argola de cadeia...

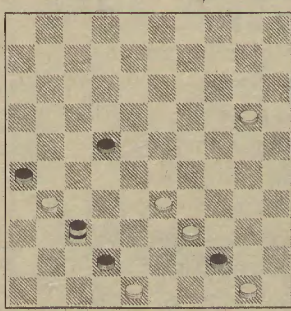
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Demónio; Satanás; 2 - Emas; trair; rogo; 3 - Dio; tragais; Sal; 4 - Ar; sei; dou; ri; 5 - Zonados; 6 - Apar; uso; fumo; 7 - Acodem; Naidae; 8 - Broa; elo; Zolá; 9 - Penosos; 10 - Te.; Sol; coa; tô; 11 - Ota; retocas; mor; 12 - Teor; vasos; paga; 13 - Arsenal; mofinas.

VERTICAIS: 1 - Dedada; batota; 2 - Emir; par; éter; 3 - Mão; nacos; aos; 4 - Os; roa; ré; 5 - Tez; pôr; 6 - Itrio; eleva; 7 - Ora; númen; tal; 8 - Agras; lobos; 9 - Sia; donos; com; 10 - árido; ocaso; 11 - SOS; sós; 12 - Ar; faz; pi; 13 - nós; pudor; Man; 14 - Agar; mel; toga; 15 - sólido; amoras.

DAMAS

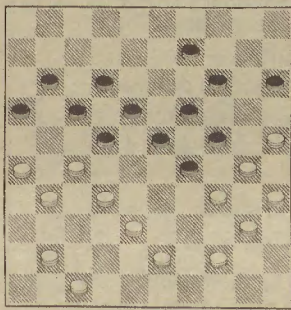
CCCLXXX 5 de Novembro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992D089 Por: HENRI CHILAND Le Monde, 28.VII.1990



Branças jogam e ganham [4T]

PROPOSIÇÃO N.º 1992D090 Por: LOUIS GIROUX Canadá, 1958

Pr.: [13]: 9-11-12-14-15-16-17-18-19-22-23-24-29 Br.: [14]: 25-26-27-30-31-32-34-35-38-40-41-43-44-47



Branças jogam e ganham[10T]

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXX

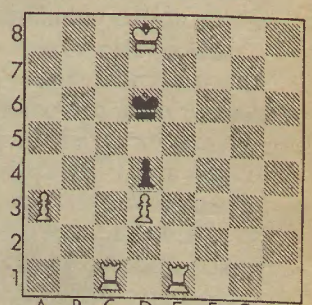
N.º 1992D089 [H. Ch.]: 1. 31-27, (22x31); 2. 33-281, (37x43); 3. 48-37, (31x42); 4. 50x37!!+

N.º 1992D090 [L. G.]: 1. 25-20, (14x25); 2. 27-21, (16x36); 3. 32-28, (22x42); 4. 47x38, (36x47=D); 5. 43-39, (47x33); 6. 39-28, (23x32); 7. 34x3-D, (25x45); 8. 44-40, (45x34); 9. 26-21, (17x26); 10. 3x6!+

XADREZ

CCCLXXX 5 de Novembro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992X089 Por: J. W. ARBOT Baltimore News, 1890

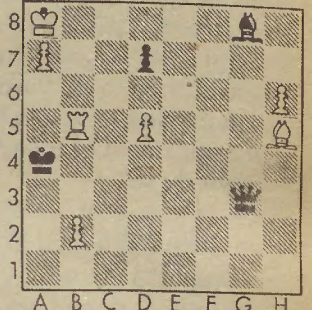
Pr.: [2]: Pd4-Rd6 Br.: [5]: Ps.a3, d3-Tsç1, é1-Rd8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X080 Por: A. KAZANTZIEV 1953

Pr.: [4]: Pd7-Bg8-Dg3-Ra4 Br.: [7]: Ps.a7, l-2, ds, h6-Bh5-Tb5-Ra8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXX

N.º 1992X089 [J. W. A.]: 1. Tç8, Rd5; 2. Rc7, Rc5; 3. Te5+7

N.º 1992X090 [A. K.]: 1. Tb7, Dc5; 2. Bd1+, Ra5; 3. b4+, Ra6; 4. Be2+, Dc2; 5. Rb8, Dc5+; 6. Rc8, Dc8+; 7. Rc7, B:d5; 8. a8=D+, R:a8; 9. Tb6+Ra7; 10. b-5, Bb7; 11. Ta6+, B:a6; 12. b6++

A. de M. M.

A. de M. M.

Tempo

No fim-de-semana, o céu estará geralmente limpo. Vai haver um acentuado arrefecimento nocturno e poderão ocorrer neblinas e nevoeiros.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

A barbaridade

Num simples editorial, Vicente Jorge Silva (VJS) alcançou o que muitos falharam em copiosos anos de escrita - uma ligação a Eça de Queirós. E dialecticamente, o que é obra. Enquanto o autor de "Os Maias" escreveu durante anos como "vencido da vida", burilando a pena e o talento em milhares de laboriosas páginas que os jornais iam fazendo o favor de publicar, VJS cedo entrou pelos jornais adentro como director e, portanto, como um vencedor - se não da vida, pelo menos da vidinha.

Se Eça de Queirós, ao longo duma empenhada carreira, escrevia cada vez melhor e pensava cada vez pior, VJS, numa ainda jovem caminhada de curtos parágrafos, já só escreve e pensa cada vez pior.

Sobretudo, se Eça era Queirós, VJS é queirosiano: o primeiro tinha talento, o segundo é um talentarrão. A prova aí está, no editorial que VJS subordinou ao mimoso título "Regresso à barbárie" e fez publicar num "Público" de há dias.

Para VJS, "a barbárie regressou a Angola" porque "os aparelhos políticos do MPLA e da UNITA estão a destruir implacavelmente o capital de esperança" das eleições.

Portanto, o facto de haver sido a UNITA a desencadear o horror, assassinando polícias e civis, assaltando o aeroporto, a rádio e a televisão em Luanda, retirando-se de organismos e compromissos internacionalmente assumidos e atacando a generalidade das capitais de província do País (enquanto o MPLA e o Governo angolano se mantinham numa expectativa angustiante), significa que "os aparelhos políticos do MPLA e da UNITA estão a destruir" a esperança.

Mas VJS também teoriza. Para ele, "a tradicional impopularidade do MPLA (tanta que ganhou as eleições com uma esmagadora maioria absoluta...) fizera crer aos dirigentes da UNITA que o resultado da ida às urnas só se poderia traduzir pela sua conquista do poder". E lamenta VJS, sempre muito informado das intimidades da UNITA: "os aliados exteriores de Savimbi falharam aí uma função essencial de pedagogia democrática, preparando o líder do movimento para as incógnitas e surpresas".

Temos, assim, que a pobre da UNITA foi enganada a dois carrinhos: internamente por si própria, ao iludir-se, já não com a sua própria popularidade, mas sobre a "impopularidade" do adversário; externamente pelos amigos, que a não ensinaram a perder!

Arrumando depois as irrecusáveis responsabilidades da UNITA no desencadear do drama com uma simples adversativa ("Se foi a UNITA que desencadeou o fogo pós-eleitoral..."), VJS conclui daí que "o MPLA (...) acabaria por deixar-se arrastar para a vertigem", que "é patente a responsabilidade do partido no poder" nos últimos acontecimentos de Luanda e que "o delírio estalinista e tribalista impôs-se de novo, marginalizando as vozes do bom senso e da moderação".

Isto quando no próprio jornal que dirige, e nas mesmas páginas onde VJS expelia estas enormidades, se noticiava que os angolanos até em Lisboa se manifestavam revoltados contra a UNITA e se relatava a actuação grotesca e criminosa das forças e dos dirigentes da UNITA na tragédia, crescendo o coro dos protestos internacionais.

Angola, ao contrário do que VJS quis demonstrar, não "regressou à barbárie". Quem a ela regressou foram os seus, pelos vistos, amigos da UNITA.

■ HC

VI Conferência Nacional do MURPI

Os reformados podem viver melhor

Um milhão e 900 mil reformados e pensionistas são obrigados a viver com pensões muito inferiores ao salário mínimo nacional, segundo denuncia o MURPI (Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos) após a sua sexta Conferência Nacional. Entre as reivindicações prioritárias do movimento está precisamente a passagem dos montantes das pensões dos diversos regimes para montantes não inferiores a 80 por cento dos correspondentes salários mínimos e para as restantes um aumento de seis mil escudos, com efeitos a contar a partir de 1 de Dezembro.

No Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, estiveram reunidos 450 delegados em representação de 145 organizações de reformados, pensionistas e idosos e ainda

1500 convidados e a presença de três mil reformados. «Na luta com o MURPI, os reformados podem viver melhor» foi um dos lemas

em pontos específicos sobre habitação, saúde, tempos livres e segurança social) e a aprovação de um caderno reivindicativo de onde foram

placas dentárias, meios complementares de diagnóstico e análises, desde que oficialmente receitados pelos serviços médicos.

Pensões baixas e deficiente sistema de saúde são duas das principais preocupações dos reformados portugueses

da sexta Conferência Nacional desta organização realizada sábado passado.

Múltiplas intervenções de reformados animaram o debate. Da ordem de trabalhos da reunião destaca-se a discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos do MURPI, a ratificação de novas adesões ao MURPI, a análise da situação económica e social dos reformados (com discussão

destacadas algumas reivindicações prioritárias.

Entre estas conta-se a fixação do suplemento de Grande Invalidez para um montante não inferior ao valor da pensão social, a supressão das taxas moderadoras, o apoio médico domiciliário a pessoas idosas, inválidas e acamadas retidas no lar e ainda a gratuitidade de medicamentos e próteses, ortóteses, lentes, óculos,

Das principais reivindicações saídas desta Conferência Nacional do MURPI conta-se ainda a exigência de aplicação de um eficiente Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito apoiado em serviços de geriatria, a fixação da renda de casa tendo em conta o rendimento do agregado familiar e a aplicação de descontos de cinco por cento no preço dos transportes colectivos sem restrições de utilização.

O movimento exigiu o estatuto de parceiro social, tempo de antena na rádio e na televisão e a participação em todas as estruturas oficiais cuja actividade diga respeito aos idosos: «não poderemos continuar a ser discriminados e ignorados pelos responsáveis governamentais e outros órgãos do poder, bem como pela comunicação social, com destaque para a televisão», afirma-se numa moção apresentada pela Coordenadora Nacional do MURPI ao plenário desta conferência.

Esta conferência fez igualmente o balanço do trabalho do MURPI desde a V Conferência Nacional, realizada em 1987. O MURPI representa milhares de reformados, pensionistas e idosos organizados em centenas de Associações e Comissões espalhadas pelos vários distritos do país.

O MURPI tem desenvolvido intensa actividade reivindicativa junto dos órgãos de soberania: Presidente da República, partidos políticos, grupos parlamentares com assento na Assembleia da República em defesa dos interesses dos reformados, um universo que hoje constitui mais de dois milhões e 300 mil indivíduos.

Militarizados da Marinha em Assembleia Geral

Demagogia e perigos na reestruturação das Forças de Segurança

A Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM) interroga-se sobre «qual o futuro que está reservado ao pessoal militarizado da Marinha, nomeadamente à Polícia Marítima/Cabos do Mar e Troço-Mar», bem como o papel das Capitánias, dado o processo de absorção de grande parte da Guarda Fiscal pela GNR a quem, segundo se anuncia, caberá a fiscalização de portos, das doze milhas, das águas interiores, dos navios à entrada dos portos, etc.

A ANMM, num comunicado datado de Outubro de 1992, esta semana chegado à nossa Redacção, consideraria a eventual absorção do pessoal militarizado da Marinha no seio da GNR «uma tolice que só pode ter justificação num objectivo de degradar o quadro geral da situação, com vista a justificar um vasto conjunto de outras medidas de duvidosa transparência».

«Ridícula» é outra qualificação da ANMM para a hipótese de «uma perspectiva de evolução que faça ramificar de uma superforça (GNR), braços de segurança, vigilância e/ou fiscalização tão diferenciados como o combate ao contrabando, fraude fiscal, segurança na navegação ou entrada nos portos».

A associação entendeu «alertar o pessoal militarizado de, por um lado, não se deixar levar por perspectivas demagógicas e, por outro, estar atento a linhas perigosas que, nas costas dos militarizados, se podem estar a desenvolver e para as quais esta reestruturação das Forças de Segurança

pode constituir parte integrante», convocando uma assembleia geral «para a qual convida todos os militarizados» para o próximo dia 21, às 15 horas, em Aipica (Cova da Piedade).

A ANMM recorda a posição de «diálogo sincero e frutuoso» que sempre defendeu nas relações com as estruturas dirigentes da Marinha, ao contrário do Chefe de Estado-Maior da Armada e o ministro da Defesa, «cujas únicas respostas foram de sentido intimidatório».

Entre as exigências apresentadas pela associação representativa dos trabalhadores militarizados conta-se a constituição de uma Guarda Costeira que assente nos meios existentes juntamente com meios da Guarda Fiscal, evolvendo para um quadro de independência de funcionamento. A ANMM reivindica no imediato um estatuto próprio para os trabalhadores que representa, balizado em duas grandes categorias: «a do pessoal com funções de fiscalização e vigilância» e «a do pessoal com funções técnicas».

A passagem dos militares a prestar serviço no Sistema de Autoridade Marítima à situação de comissão de serviço, deixando as capitánias e outros organismos de ser considerados unidades militares; a incorporação na Polícia Marítima da Polícia de Estabelecimentos de Marinha e o fim da aplicação do artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional ao pessoal militarizado da Marinha são outros objectivos da associação.

Emigrantes apelam ao Parlamento

Melhores consulados e ensino do Português

Sensibilizar a Assembleia da República para aspectos concretos que afectam a vida dos emigrantes portugueses, cuja resolução passa «por inteiro» pela intervenção do Estado português e sugerir a realização de um debate nacional sobre a política de emigração são dois objectivos de um abaixo-assinado promovido por 41 cidadãos das comunidades portuguesas em oito

países da Europa. A Associação de Reencontro dos Emigrantes divulgou no princípio desta semana o conteúdo do abaixo-assinado onde se afirma que os emigrantes portugueses na Europa «continuam a ser excluídos pela política do Governo» levantando-se um conjunto de problemas que ainda subsistem, de que são destacadas as deficiências nos consulados e no ensino do

Português. Modernizar e tornar mais eficiente a rede consular e promover a integração do ensino do Português no sistema curricular dos países de acolhimento, bem como o apoio às associações que promovem a difusão da língua e cultura portuguesas», são algumas das propostas constantes do documento dirigido à Assembleia da República.